

SOCIOLOGIA

VOL. XXXIX | JANEIRO-JUNHO 2020

Cecilia Zsögön

Idalina Machado

Paulo Castro Seixas

Diogo Guedes Vidal

Giuliana Casanova

Sara Melo

Ricardo Cunha Dias

Pedro Menezes



SOCIOLOGIA

**REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS DA
UNIVERSIDADE DO PORTO**

VOL. XXXIX | JANEIRO-JUNHO

2020

DIRETOR:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

CONSELHO DE REDAÇÃO:

António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

CONSELHO EDITORIAL:

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Antonio Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, Universidad del País Vasco (UPV)/Centro de Estudios sobre la Identidad Colectiva (CEIC), Espanha; Bernard Lahire, École Normale Supérieure de Lyon (ENSL)/“Dispositions, pouvoirs, cultures, socialisations” (Centre Max Weber), França; Chiara Saraceno, Università degli Studi di Torino, Itália/Social Science Research Center Berlin, Alemanha; Claudino Ferreira, FEUC/CES-UC; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lúcia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CIJE; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Ricca Edmondson, National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Víctor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vítor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

INDEXAÇÃO:

Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto é indexada em SciELO; DOAJ; European Index for the Humanities and the Social Sciences (ERIH PLUS); Fonte Académica (EBSCO Publishing); Redalyc.org; Google Scholar; CAPES Periódicos; Open Science Directory (EBSCO Publishing); Latindex; Sherpa / Romeo; Sociology Source Ultimate; EZB; Erih Plus; Ulrichsweb; Worldcat OCLC; Journals for Free; Academic Journals Database

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc39>

OS ARTIGOS SÃO DA EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.

OS ARTIGOS FORAM SUBMETIDOS A PEER REVIEW.

SUMÁRIO

EDITORIAL	4
ARTIGOS	
The role of the Gerontologist in the fight against Ageism Giuliana Casanova, Idalina Machado e Sara Melo	5
O campo da cultura na América-Latina e o caso da Ditadura Militar Brasileira: questões de autonomia, tradição e modernidade Pedro Menezes	19
Infancia y política social en regiones de frontera: una mirada desde América Latina Cecilia Zsögön	39
Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos Paulo Castro Seixas, Ricardo Cunha Dias e Diogo Guedes Vidal	56
SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES	84

ESTATUTO EDITORIAL	103
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS	106

EDITORIAL

O número XXXIX da revista *Sociologia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, de junho de 2020 apresenta inicialmente o artigo de Giuliana Casanova, Idalina Machado e Sara Melo sobre o papel profissional do que denominam de gerontólogos e particularmente da necessidade de assumirem posicionamentos contrários às concepções vulgares e discriminantes sobre a idade e o envelhecimento. Em suma, desconstruir o idadismo na qualidade intrínseca dum artefacto de leitura das sociedades contemporâneas ocidentais com fortes impactos sociais e culturais.

Por sua vez, Pedro Menezes aborda, numa leitura extensa, o campo cultural latino-americano, tomando como referência histórico-geográfica, o período da ditadura militar brasileira (1964-1985). O autor avança com dois eixos de análise. A dependência que aquele campo teve face ao Estado e ao mercado, duas das instituições sociais estruturantes das dinâmicas sociais. A convivência “espinhosa” entre a tradição e a modernidade constitutivas da cultura. Não mais do que uma relação entre o Estado-artistas-mercado.

Os direitos das crianças numa região transfronteiriça, entre Argentina, Brasil e Paraguai, é o objeto do artigo de Cecilia Zsögön. Especificamente aborda as políticas sociais desenvolvidas, as suas insuficiências face às realidades sociais específicas, com um cunho vincadamente assistencialista, que conduz à impossibilidade das crianças ultrapassarem a sua situação de vulnerabilidade social.

Paulo Castro Seixas, Ricardo Cunha Dias e Diogo Guedes Vidal apresentam uma escala para a identificação de tipologia ambientalistas. Tal instrumento baseia-se numa análise sobre as diversas leituras teóricas sobre o ambientalismo. Por sua vez, a testagem da escala foi realizada numa população de alunos do ensino superior. Os resultados obtidos com a sua aplicação devem possibilitar as condições para a implementação de metodologias de intervenção.

Boa leitura

Carlos Manuel Gonçalves

The role of the Gerontologist in the fight against Ageism

Giuliana Casanova

Instituto Superior de Serviço Social do Porto

Idalina Machado

Instituto Superior de Serviço Social do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Sara Melo

Instituto Superior de Serviço Social do Porto
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

Abstract

The progressive aging of societies is an unavoidable phenomenon that tends to be accentuated due to the scientific advances and the improvement of living conditions that allow people to live longer. But if the achievements in terms of years of life are, themselves, positive, they are accompanied by a set of prejudices associated with age. Thus, ageism has become a present reality, both in speeches and in practices. Gerontologists, as professionals with theoretical and practical knowledge on aging have an ethical and moral duty to fight ageism. This is intended to be accounted for in this article.

Keywords: gerontology; aging; ageism

O papel do Gerontólogo na luta contra o Idadismo

Resumo

O envelhecimento progressivo das sociedades é um fenómeno que tende a acentuar-se devido aos avanços científicos e à melhoria das condições de vida que permitem às pessoas viver mais. Mas se as conquistas em termos de anos de vida são, em si mesmas, positivas, a elas surge associado um conjunto de preconceitos relativos à idade. Assim, o idadismo tornou-se uma realidade presente, tanto nos discursos, como nas práticas. Os gerontólogos, como profissionais com conhecimentos teóricos e práticos sobre o envelhecimento, têm o dever ético e moral de lutar contra o idadismo. Disso se pretende dar conta neste artigo.

Palavras-chave: gerontologia; envelhecimento; idadismo

Le rôle du gérontologue dans la lutte contre l'âgisme

Resumé

Le vieillissement progressif des sociétés est un phénomène qui tend à s'accroître en raison des progrès scientifiques et de l'amélioration des conditions de vie qui permettent aux gens de vivre plus. Mais si les réalisations en termes d'années de vie sont en elles-mêmes positives, elles s'accompagnent de plus en plus de préjugés liés à l'âge. C'est pourquoi l'âgisme est devenu une réalité actuelle, tant dans le discours que dans la pratique. Les gérontologues, en tant que professionnels ayant des connaissances théoriques et pratiques, ont le devoir éthique et moral de lutter contre l'âgisme. Cela doit être pris en compte dans cet article.

Mots-clés: gérontologie; vieillissement; âgisme

El papel del gerontólogo en la lucha contra la discriminación por edad

Resumen

El envejecimiento progresivo de las sociedades es un fenómeno que tiende a acentuarse por los avances científicos y la mejora de las condiciones de vida que permiten vivir más. Pero si los logros en años de vida son, en sí mismos, positivos, van acompañados, de prejuicios asociados a la edad. Por eso, el edadismo se ha convertido en una realidad, tanto en los discursos, como en las prácticas. Los gerontólogos, como profesionales en el área del envejecimiento y la intervención científica, tienen el deber ético y moral de luchar contra el edadismo. Esto es lo que pretendemos abordar en este artículo.

Palabras-clave: Gerontología; Envejecimiento; discriminación por edad

Introduction

The progressive aging of societies is an unavoidable phenomenon that tends to be accentuated due to the medical-scientific advances and the improvement of living conditions that allow people to live more and more years. But if the achievements in terms of years of life are, themselves, positive, they continue to be accompanied, increasingly, by a set of prejudices associated with age. Therefore, ageism has become an increasingly present reality, both in speeches and in practices.

In order to understand and discuss in greater detail the role of a gerontologist in the fight against ageism, it is necessary to understand what ageism is, when did it start, its various forms, why it happens, and what impact does it have on the lives of those affected by it.

Social reality is dynamic and always anticipates the reflection that the individual can make on it. As far as the phenomenon of aging is concerned, never before has there been such a great battle for its extension in time, and the creation of the profession of the social gerontologist is also an image of this. With this paper we intend to problematize how a recent profession, created

in response to the increase of a social phenomenon - aging - can serve as a promoter of the fight against a prejudice that damages inescapably an important fringe of the population.

1. Concept, its origins and theoretical perspectives

Butler was the first to define ageism. According to this author, ageism represents the "prejudice by one age group against another age group" (1969: 243) and is a "process of systematic stereotyping or discrimination against people because they are old (...). Ageism allows younger generations to see older people as different than themselves" (Butler, 1975:12). However, ageism can be directed against any group of people. Corrigan (2004) defends that age-old attitudes often translate into behaviors that generate exclusion and stigmatization of people according to their age, with a negative impact on their quality of life. For the sake of this analysis, we will focus entirely on ageism towards the elderly and the impact it has on the members of this population. Ageism attitudes and behaviors towards older people are based on age-related prejudices: aging is associated with a lack of productivity, a decrease of intellectual capacity, a less physical attractiveness, amongst others (Wilkinson and Ferraro, 2002). These attitudes and behaviors lead to treating the elderly as if they were a homogeneous category.

The origins of Ageism can be traced back to historical developments. Prior to the development of the newspaper and other forms of information, elders were seen as sources of wisdom and respect. In small communities, they were considered an important part of the community, given a status of respect and recognition, so they were looked for advice. The creation of the newspaper took away the role of the elders as sources of information and later on the industrial revolution brought with it a change of perception of older adults. The industrial revolution focused on the demand for a young and mobile workforce. The development of industries demanded a workforce capable of working several hours a day, at very intense rates. As they get older, workers become less desirable because they are unable to meet the productivity demands that are imposed. It is in this period that the question of aging begins to gain more expression, evidenced by the speeches and the creation of structures designed to welcome and treat the elderly (Lenoir, 1979).

During the 21st century, the views regarding wealth and success were often represented by images of young and beautiful, and society shifted their views on aging making it unnatural to age or look old. The idea of growing old started to be linked to negative reactions, it started to be seen as suffering a "lack of". Longino (2005) referred to this phenomenon as "cultural ageism": societies admire and glorify the young and beautiful and reject or despise all the physical aspects that come with aging. In current society, there is an increased concern with growing old, such as

the loss of beauty, health, and independence. This negative approach continues to spread culturally and results in older adults being seen as weak, fragile, sick, and often senile. According to Chrisler, Barney and Palatino (2016), even in the political talk, elderly are often portrayed as a social problem through the rhetoric that pensioners are a burden on society, are using up all the currently available resources and will eventually end up taking away future pension funding from younger generations. This kind of rhetoric often tries to place elders and the youth against each other. All these scare tactics only create a bigger gap of understanding and tolerance between generations thus incrementing the stigma and prejudice against the elderly.

A consequence of ageism in modern times is younger generations purposely distancing themselves for older people. According to the research from Cuddy and Fiske (2002), the negative aspect of ageism includes younger people preferring to avoid physical and social contact with the elderly and this emphasizes the differences between them. The possibility of living more years should increase the possibility of intergenerational contacts. However, due to age-old attitudes, it generates the lack of these interactions and creates a feeling of “us” vs “them” thus preventing these generations from working together and learning from each other.

According to Butler (1975), ageism can be divided into 4 types: personal, institutional, intentional, and unintentional ageism. Personal ageism can be described as attitudes and beliefs towards a specific group that people learn through socialization process and that is carried throughout adulthood (for example: learn that as people get older behave like children again). Institutional ageism refers to rules, missions, and practices that discriminate people because of their age (for example, older adults being denied health insurance because of their age). Intentional or explicit ageism are attitudes and behaviors carried out with complete awareness that they are prejudiced (for example: not hiring someone based on their age). Unintentional or implicit ageism are attitudes and behaviors carried out without the awareness that they are prejudiced (for example: giving someone a birthday card that makes fun of their age).

Although ageism, in general, affects all people as they age, we can discuss some issues that particularly affect women more than men. One factor that contributes to this is that women tend to live longer than men and are higher in numbers. A double standard has been created: men are often seen as “interesting”, “wise” and “experienced” when they start to show physical signs of aging, like gray hair and wrinkles; on the other hand, women are criticized for displaying those same traits and deemed as less attractive and old. On social media, there’s the constant message that women must do whatever it takes to remain looking young for as long as humanly possible. The marketing sector “bombards” women with billboard ads, commercials, newspaper ads, all pointing to the fact that aging is bad. These strategies have a negative impact on women’s self-worth and self-esteem. Instead of encouraging women to love themselves and love the idea of

aging, it shames them and promotes gerascophobia, which is the fear of growing old. At the same time, ageism and sexism can be highly linked. In their research, Cuddy and Fiske (2002) have found that it is much easier to perceive older women as incompetent. There's also the wrong belief or stereotype that women lose their sexual interest. Although one of the changes of aging in women includes menopause, this does not mean that women have less sexual desires, on the contrary, the aging process does not interfere with a person's capacity to enjoy their sexuality to the fullest (Gazquez *et al.*, 2009). Even the area of sexuality during later life seems to be often a subject less talked about and even avoided by the population. In many instances, being sexual is seen as an “awkward”, “uncomfortable” topic to even discuss, and older people who display signs of affection in public are often seen as ridicule or infantile. These are also ageist behaviors that should be dealt with as a society.

But how to explain ageism? There are several theories, micro, meso, and macro level, that aim to explain ageism. Without pretending to be exhaustive in identifying all the theoretical perspectives that contribute to the explanation of this phenomenon, table 1 systematizes some of the most recurrent ones. Micro-level theories have their genesis in the approaches of social psychology and developmental psychology and center their analysis on the individual. But to focus the analysis only on the individual is to have a broadly reducing view of social reality. Individuals belong to groups/organizations, which are also responsible for the spread of age. So meso-level theories seek to highlight the role of intermediate groups in the production of ageism. Individuals and groups make part of a broader context, so ageism also stems from dominant cultural patterns (which may include ageism values) and societal institutions. In this sense, ageism is also explained in the framework of macro-level theories. The understanding of ageism requires, therefore, an articulation of the different theoretical perspectives because only by this is possible to apprehend all dimensions that the phenomenon encompasses: individual, group, and societal.

Table 1 - Ageism theoretical explanatory perspectives

Levels	Theories	Synthesis
Micro-level Theories	<i>Terror Management Theory</i>	The older ones symbolize vulnerability and death, dimensions of life that cause strong anxiety in humans. To deal with this anxiety, individuals took refuge in visions of the world that appeal to immortality.
	<i>Social Identity Theory</i>	The construction of identity is marked by belonging to groups. Individuals want to have a positive identity, which leads them to demonstrate prejudices that create a positive distance between their group and other groups.
	<i>The Stereotype Content Model</i>	This model suggests that people are classified according to levels of cordiality and competence. Older people are seen as cordial but incompetents, which can generate feelings of pity and sympathy.
	<i>Stereotype Embodiment Theory</i>	Lifelong exposure to negative stereotypes about older people leads to the internalization of ageism attitudes. Older people have also internalized these attitudes towards their age group.
Meso-level Theories	<i>Evolutionary Theories on Group Membership</i>	It is part of the social nature of human beings to belong to groups. Within the groups, interdependence relationships are established, namely reciprocity and cooperation. Deciding whether to provide, or not, assistance to group members depends on age, wealth, reputation, and health.
	<i>Age Segregation</i>	In Western societies, the life cycle of individuals is relatively well-demarcated in stages associated with education, integration into the labor market, family formation, and retirement. Even though life paths are becoming less and less linear, these stages clearly mark the segregation between young and old.
	<i>Intergroup Threat Theory</i>	This approach, although not specifically used to explain ageism, argues that members of a group react in a more or less hostile way to other groups depending on the degree of threat - real or symbolic - that they represent.
	<i>Intergenerational Conflict Theory</i>	According to this perspective, there are 3 bases of conflict between generations that include: “the expectations regarding the succession of resources from the older generations to the younger ones; minimum consumption of shared resources by the older generations; and maintaining an age-appropriate symbolic identity.” (2018: 6)
Macro-level Theories	<i>Modernization Theory</i>	The modernization process, associated with technological and medical advances, has allowed people to live longer. Long lives are, therefore, no longer an exception. At the same time, these advances contribute to the obsolescence of knowledge accumulated by older people, who are, in general, less educated than younger generations. Other phenomena, associated with the modernization process, also contribute to creating a distance between generations and to a less positive view of older people: urbanization and secularization, for example.

Source: Adapted from Ayalon and Tesch-Römer (2018)

2. The impact of ageism on those who are affected by it

How do these forms of ageism impact the stigmatized? Stigma, as Goffman has envisioned, consists of an “attribute, deeply discrediting” (1963: 3), which confirms the normality of another person compared to one whose characteristics do not comply with that normality. The normality to which we refer is nothing more than a socio-cultural situation acceptable to the

majority of individuals in a community. Although aging is a natural phase in the life course, its experience clashes with what is socially defined as most valued in today's society - that is youth. In this way, a stigma is created around those who do not comply with this norm, that is those who age. In this way, there's always a relation of power between those ones who can define what is social norm and those ones who, realistically (as opposed to virtual identity), can't follow what is prescribed as normal. This idea is contradictory in its essence, in that this society that overvalues youthfulness is also the one that strives most to make aging long and as successful as possible. Stigma, therefore, appears as a collective process and as a social response to the lack of correspondence with the values defended in a given situation in a given socio-historical context. Individuals, actors in this context, may fall into the normal group or, on the contrary, into the stigmatized group. Since ageism is a prejudice based on age, it means that they are not in the socially defined and defended group of normality, and can, therefore, say that the elderly are potentially in the group of the stigmatized.

This stigmatization process affects older adult in different areas. "Even there are positive stereotypes where older people are seen as being wise, kind, tolerant and so on (...) studies do suggest that negative ones are dominant (Donlon, 2005; Hummert, 2011; Levy, Chung, Bedford, and Navrazhina, 2014)" as Robertson (2017: 149-50) states, and this negative stigmatization rely on areas such as healthcare services, the workforce, and can also affect elderly individuals both on social and on a personal level.

In the healthcare area, ageism whether implicit or explicit can put older patients at risk for under treatment or overtreatment. Chrisler, Barney and Palatino (2016) research allowed them to found some stereotypes in words to describe the elderly in the healthcare industry from doctors and medical students include "rigid, religious, isolated, asexual, needy, easily confused, frustrating". Healthcare providers remain prone to stereotyping older adults by generalizing characteristics based on age rather than by looking at each patient as unique and individual. This attitude can lead to healthcare professionals dismissing or minimizing pain. Other examples of Ageism in healthcare include: healthcare professionals raising their voices or ignoring the person and only talking to their caregiver, speaking slowly or repeating themselves often to the patient, assuming somehow that they do not understand or are "slower" at catching information. The term "infantilization" was also mentioned in Chrisler, Barney and Palatino (2016), meaning healthcare professionals engage in child like talk when explaining health treatment to elders. Baby talk is referred to as similar to the talk used with babies or pets. This type of behavior is not only respectful to anyone, but it is condescending. This kind of behavior towards elderly patients can work against developing a good rapport and relationship and often times it might prevent the older patient from seeking further assistance and feeling like he/she is not being taken seriously.

When looking at ageism in the workforce, it has been shown that it translates into older workers being viewed as less trainable, less flexible, or that somehow they lack learning capabilities. Ilisanu and Andrei (2018) cite the research conducted by authors like Nelson (2016) and Posthuma and Campion (2009) that shows that people in organizations tend to perceive older workers as less productive, less motivated, resistant and reluctant to adapt to companies' new strategies. This type of stereotype creates a level of discouragement, low commitment and engagement.

All of these and more affect each individual personally and therefore affects their aging experience. Levy (2009), in her Stereotype Embodiment Theory, explains that our own beliefs and self-perceptions affect our own aging process. Negative attitudes toward aging can manifest into poor health outcomes, higher feelings of loneliness and will to live. Internalized stereotypes have been also associated with depression, negative effects on the immune system and the cardiovascular system. Older adults who possess negative attitudes about aging can also engage in behavior that can impact their health negatively, for example: delaying seeking healthcare treatment for conditions age related for example decreased libido, depression. Since these are often seen as age related, individuals will be less likely to seek medical treatment for it. Negative ideas about aging can also create self-fulfilling prophecies in which an elderly begin to feel helpless, unable to perform tasks, forgetful and therefore hindering their capabilities to look for medical care when needed because they associate their symptoms just to “old age”. These negative ideas can also create feelings of depression, low self-esteem and poor self-worth. According to Chrisler, Barney and Palatino, those who have a negative idea or perception of their own aging can suffer from higher hospital visits, poor assessment or overlook of their own physical health, loneliness and feelings of helplessness. According to Ilisanu and Andrei (2018), self-fulfilling prophecies can affect older employees job performance, by making them act exactly in the way it is expected of them, believing these bias or prejudice expectations can in fact make older workers become slower, less productive and unable to learn new information thus adding to the already self-fulfilling prophecy. On the contrary, positive self-perceptions of aging are associated with higher levels of wellbeing, overall satisfaction with life, living longer and better. Those who are able to maintain positive attitudes and perception about their own aging are more likely to have a higher rate of recovery when faced with events that affect their health both physical and mental. Keeping a positive perception of aging can increase and benefit the experience of successful aging.

3. The role of social gerontologist in fighting ageism

Gerontologists, as professionals with scientific knowledge about aging and theoretical and practical knowledge about intervention in concrete situations, have an ethical and moral duty to fight ageism.

The role of the gerontologist in fighting ageism can include multiple approaches. One of them is to change the frame of work and shift the paradigm from engaging in conventional social gerontology and adopting a critical social gerontology approach (Duffy, 2017). The difference is that conventional social gerontology refers to work that focuses on assessment, care planning, and service coordination whereas, critical social gerontology focuses on understanding each individual (the old one), paying deep and more attention to their own life story. The first type is more concerned with bureaucratic results following a set of rules and standards, arranging accreditations, professional development, and ethics. The main focus of critical gerontology is empowering each individual by creating change and in different ways fighting against inequality and oppression. The perspective of a liberating and emancipatory education fits here, following, among others, the thought of Freire (2008).

Critical social gerontology can also help professionals to challenge negative stereotypes, labels, and language that might delay or neglect older adults from receiving the proper care needed. Choosing to be a critical social gerontologist means understanding the history behind the older person and walking away from generalizing and falling into the traps of using labels (Duffy, 2017). Language is a powerful instrument of domination and very revealing of stereotypes. The critical gerontologist must, therefore, free himself from the use of language that perpetuates negative attitudes towards his elders, for example, in the case of care field: "resistant to care", "combative behavior", "non-compliant", "bed blockers", amongst others (Konno et al., 2012: 2). Instead of using a language that perpetuates problems and does not contribute to mitigate or solve them, professionals should invest in the analysis of older people's life paths, framing them in sociocultural contexts. In order to become an advocate, social gerontologist, whether in hospital meetings, interdisciplinary meetings, seminars, facilities, amongst others, must remember that the relationship with the elderly is key in developing a relational depth and should be based on mutual respect and quality of care.

As Duffy (2017) states, it is imperative to understand that older age groups need appropriate time to adjust to transitions, not only in terms of physical, but also emotional changes. Elderly patients need time to adjust to different changes that can include coping with disability, disease, losing their independence, having to accept outside help or services and even having to come to terms with the fact that they are no longer able to live alone and start considering

placement in residential facilities. These changes must be deal with care and sensitivity. Critical social gerontologists have the knowledge to provide support for those undergoing life transitions, being empathetic and active in proving assistance and quality of care.

It is important that social gerontologist focuses beyond the problem at hand and engage in more theoretical knowledge and research. The life-course theory approach is an important perspective to avoid falling in ageist ideas and behaviors. This perspective is concerned with understating the older person's whole history by looking into their past and their experiences. With this information, social gerontologist can understand their current challenges and responses to current life changes. Building rapport is essential in being able to successfully understand where the older person is coming from, why they might be acting a certain way, and how to fix certain responses to treatment or to services. Focusing on understanding each client's unique story and developing a more person-centered approach will assist social gerontologists into looking at each of them as an individual rather than a group and, therefore, targeting their needs effectively and providing the right services according to their needs.

Another way to fight against ageism is to promote professional preparation and training in order to counterbalance false beliefs. Education is key in maintaining an environment of informed professionals who are aware of the negative consequences of engaging in ageist behavior and to be able to serve the elderly community with dignity and quality of care. One learning technique that has been proven effective in the fields of social sciences is simulations. According to Schuldber (2015), allowing students to learn from real-life experiences is much more beneficial in the long run than by having them learn from reading textbooks. Being able to re-create real-life scenarios gives them the time to reflect on their own responses and behavior and better prepare for the future as professionals. The author uses as an example, the research conducted by Withborne and Cassidy in 1994 with undergraduate psychology classes that demonstrated that "simulations of the infantilization of older adults in residential settings were effective in reducing negative stereotypes..." (2005: 444). Role-play strategies and other tools are valuable in creating a real-life experience. For example, re-creating certain aspects of growing old, like, experiencing how someone who has glaucoma sees; how someone who has arthritis moves or feels and has to deal with daily life activities. To expose students to experience some of the shortcomings of aging can provide them with a deeper understanding, a greater sense of empathy, and overall awareness in order to provide them with the right tools to be effective future professionals.

As gerontologists, another way to combat ageism is always to remain vigilant of discriminatory or derogatory practices and calling them out for what they are. Social gerontologists are key players in defining how society sees and treats older people and therefore

must work towards debunking myths and ageist beliefs, bringing into the light a more positive view of aging. We must try at every chance possible to empower older people. In addition, a gerontologist, like any other care professional, is a human being with his own beliefs. Therefore, it is important that professionals start by challenging their own beliefs and attitudes about aging, recognizing, and admitting their own bias behavior, language, or thinking. This will also help social gerontologists to gain more insight into their own aging process, thus allowing them to develop positive attitudes and, by this shift, be able to positively impact and project that to their clients.

Finally, the problem of ageism is not an easy one to tackle and fight against. As discussed in this paper, it is seen in different aspects of our society, from the marketing industry to politics, to the workforce and healthcare. Different mentioned research and studies are available to analyze this phenomenon across different health and social care fields and they are helpful for increasing awareness and possibly develop future policies to protect and prevent the elderly population from experience Ageism. Aside from supporting studies and research, the most important is that change will have to begin within each of the gerontology professionals who must realize their own biases. Ageism will not be seen as a problem until is treated as such and until every professional who works with the elderly joins in the fight against it. It is important to start early by providing education and training to future professionals, and capacitation throughout work careers. Getting involved in communities as well and advocating for social justice can also bring about change. Social justice can only be achieved with everyone's effort and not just with those who deal directly with the aging population. However, if everybody commits to work together on initiatives such as those described above, perhaps ageism will diminish and eventually disappear.

Conclusion

Ageism is a concept whose first definition goes back to the 1960s and is strongly associated with the idea of segregation and stigmatization according to age.

The fast and deep transformations that Western societies have undergone, and which have resulted in modernization processes, have represented considerable gains in terms of survival. Having long lives is now a "norm" and no longer an exception as in the past. However, and in a paradoxical way, the contempt and negative view of the elders was accentuated. There is a constant stimulus to retard aging. And even the discourse around healthy and active aging, while positive, tends to accentuate individual responsibility in achieving it. Modernization was thus accompanied by an increase in inequality and segregation processes, particularly in terms of age. Ageism is a concrete example of this. Discourses and practices that tend to devalue the elderly

have become a prerogative in contemporary societies. People live longer but, as they get older, they lose their social value. Polivka refers that ageism attitudes result from the profound changes associated with postmodern trends, with emphasis on the “erosion of the welfare state, cultural traditions, and foundational beliefs” (2006: 560).

Age-old attitudes and behavior are reflected in various areas of life in society and have an important impact on the lives of those who are targeted by it. Deserve to be highlighted the development of feelings of depression, low self-esteem, and poor self-worth. Therefore, social gerontologists have an important role in combating age-based prejudices and in promoting the empowerment of older people so that they can have a positive aging process. To do this, they must mobilize different theoretical and practical knowledge in their intervention, in a perspective of critical social gerontology.

We conclude, therefore, and in the words of Achenbaum that “The gift of extra years should afford time and opportunities to grow, to cherish bonds, to review life’s meaning. Instead, older people often find themselves marginalized, which diminishes their capacities to contribute and to matter.” (2015: 14). Striving to reverse this situation must, therefore, be the motto of all professionals working with aging, particularly social gerontologists.

References

- ACHENBAUM, Andrew (2015), “A History of Ageism Since 1969, *Journal of the American Society on Aging*, vol. 39, no. 2, pp. 10-16.
- AYALON, Liat & TESCH-RÖMER, Clemens (2018), “Introduction to the Section: Ageism - Concept and Origins”, in L. Ayalon e C. Tesch-Römer (eds), *Contemporary Perspectives on Ageism*, Cham, Springer, pp. 1-10.
- AZULAI, Anna (2014), “Ageism and Future Cohorts of Elderly: Implications for Social Work”, *Journal of Social Work Value and Ethics*, vol. 11, no. 2, pp. 2-12.
- BUTLER, Robert (1969), “Age-ism: Another form of bigotry”, *The Gerontologist*, vol. 9, no. 4, pp. 243–246.
- BUTLER, Robert (1975), *Why survive? Being old in America*, New York, Harper & Row.
- CHRISLER, Joan.; BARNEY, Angela e PALATINO, Brigida (2016), “Ageism can be hazardous to Women’s Health: Ageism, Sexism and Stereotypes of Older Women in the Healthcare system”, *Journal of Social Issues*, vol. 72, no. 1, pp. 86-104.
- CORRIGAN, Patrick (2004), “How stigma interferes with mental health care”, *American Psychologist*, vol. 59, no. 7, pp. 614-625.

CASANOVA, Giuliana, MACHADO, Idalina e MELO, Sara (2020), “The role of the Gerontologist in the fight against Ageism”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 5-18

CUDDY, Amy e FISKE, Susan (2002), “Doddering but dear: Process, content, and function in stereotyping of older persons”, in T. Nelson (Ed.), *Ageism: Stereotyping and prejudice against older persons*, Cambridge, The MIT Press, pp. 3-26.

DONLON, Margie (2005), “Re-vision of older television characters: A stereotype awareness intervention”, *Journal of Social Science Issues*, vol. 61, no.2, pp. 307–319.

DUFFY, Francis (2017), “A social work perspective on How Ageist Language, Discourse and Understandings negatively frame old People and why taking a Critical Social Work Stance is Essential”, *British Journal of Social Work*, vol. 47, pp. 2068-2085.

FREIRE, Paulo (2008), *Pedagogia do Oprimido* (47 ed.), São Paulo, Paz e Terra.

GAZQUEZ, Jose *et. al.* (2009), “Old age stereotypes related to the gerontology education: an intergenerational study”, *European Journal of Education and Psychology*, vol. 2, no. 3, pp. 263-273.

GOFFMAN, Erving (1963), *Stigma. Notes on the management of spoiled identity*, New York, Simon and Schuster.

HUMMERT, Mary Lee (2011), “Age stereotypes and ageing”, in L. Carstensen e T. Rando (Eds.), *Handbook of the psychology of ageing*, San Diego, CA, Academic Press, pp. 249-262.

ILISANU, Georgina e ANDREI, Virginia (2018), “Age stereotypes and Ageism at the Workplace”, *Journal of Comparative Research in Anthropology and Sociology*, vol. 9, no. 2, pp.23-33

KONNO, Rie; KANG, Hee Sun & MAKIMOTO, Kyoko (2012), ‘The best evidence for minimizing resistance-to-care during assisted personal care for older adults with dementia in nursing homes: A systematic review’, *JBI-Library of Systematic Reviews*, vol. 10, no. 58, pp. 4622–4632.

LENOIR, Remi (1979), L'invention du "troisième âge", *Actes de la recherche en sciences sociales*, vol. 26-27, pp. 57-82.

LEVY, Becca (2009), “Eradication of Ageism requires addressing the Enemy Within”, *The Gerontologist*, vol. 41, no. 5, pp. 578-579.

LEVY, Becca; CHUNG, Pil; BEDFORD, Talya e NAVRAZHINA, Kristina (2014), “Facebook as a site for negative age stereotypes”, *The Gerontologist*, vol. 54, no. 2, pp. 172–176.

LONGINO, Charles (2005), “The future of ageism: Baby boomers at the doorstep”, *Generations*, vol. 29, no. 3, pp. 79-83.

MO, Ray *et. al.* (2015), “Gerontological Social Work: Reflections on its Role, Purpose and Value”, *British Journal of Social Work*, vol. 45, pp. 1296-1312.

NELSON, Todd (2016), “The age of ageism”, *Journal of Social Issues*, vol. 72, no. 1, pp. 191-198

POLIVKA, Larry (2006), “Gerontology for the 21st century”, *The Gerontologist*, vol. 46, no. 4, pp. 558-563.

POSTHUMA, Richard e CAMPION, Michael (2009), “Age Stereotypes in the Workplace: Common Stereotypes, Moderators, and Future Research Directions”, *Journal of Management*, vol. 35, no.1, pp. 158-188.

CASANOVA, Giuliana, MACHADO, Idalina e MELO, Sara (2020), “The role of the Gerontologist in the fight against Ageism”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 5-18

ROBERTSON, Guy (2017), “Ageing and ageism: the impact of stereotypical attitudes on personal health and well-being outcomes and possible personal compensation strategies”, *Self & Society*, vol. 45, no. 2, pp. 149-159.

SARGENT-COX, Kerry (2017), “Ageism: we are our own worst enemy”, *International Psychogeriatrics*, vol. 29, no. 1, pp. 1-8.

SCHULDBER, Jean, (2015), “It is easy to make Judgments if it’s not familiar: The use of simulation kits to develop self-awareness and reduce ageism”, *Journal of Social Work Education*, vol. 41, no.3, pp. 441-455.

WHITBOURNE, Susan e CASSIDY, Erin (1994), “Psychological implications of infantilization: A class exercise”, *Teaching of Psychology*, vol. 21, no.3, pp. 167-168.

WILKINSON, Jody & FERRARO, Kenneth (2002), “Thirty years of ageism research”, in T. Nelson (Ed.), *Ageism: Stereotyping and Prejudice against older persons*, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology, pp. 339-365.

Giuliana Casanova. Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Matosinhos (Matosinhos – Portugal). Endereço: Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, 4460-362 Senhora da Hora – Portugal. Email: 190121003@issp.pt

Idalina Machado (autor de correspondência). Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Matosinhos (Matosinhos – Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto – Portugal). Endereço: Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, 4460-362 Senhora da Hora – Portugal. Email: idalina.machado@issp.pt

Sara Melo. Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Matosinhos (Matosinhos – Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto – Portugal). Endereço: Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, 4460-362 Senhora da Hora – Portugal. Email: sara.melo@issp.pt

O campo da cultura na América-Latina e o caso da Ditadura Militar Brasileira: questões de autonomia, tradição e modernidade

Pedro Menezes

Instituto de Sociologia da Universidade do Porto
Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Resumo

O artigo objetiva analisar o campo cultural latino-americano, salientando dois traços marcantes desse espaço: 1) sua pouca autonomia, caracterizada por uma forte dependência das artes em relação ao Estado e ao mercado, quadro esse que promove tanto um apagamento da linha que dividiria a cultura entre “alta” e “baixa”, quanto a conseqüente fusão desses dois polos em um mesmo e indiferenciado todo; 2) a conflituosa harmonia entre as ideias de tradição e modernidade. Para ilustrar essas duas dinâmicas, o texto se debruça sobre um estudo de caso: o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) e o triângulo Estado-mercado-artistas, naquela época forjado.

Palavras-chave: América Latina; Ditadura militar brasileira; campo cultural

The cultural field in Latin America and the case of the Military Dictatorship in Brazil: issues regarding autonomy, tradition and modernity

Abstract

The article intends to analyze the Latin-American cultural field, emphasizing two of its relevant characteristics: 1) its fragile autonomy, characterized by a strong dependence of the arts on both the State and the market, which results not only in the fading of the line that supposedly would divide culture in “high” and “low”, but also in the fusion of these two poles into the same, undistinguished whole; 2) the conflictual harmony between the ideas of tradition and modernity. In order to demonstrate both dynamics, the text brings into focus a case study: the Brazilian military dictatorship period (1964 -1985) and the State-market-artists triangle forged at the time.

Keywords: Latin America; Brazilian military dictatorship; Cultural field.

MENEZES, Pedro (2020), "O campo da cultura na América-Latina e o caso da Ditadura Militar Brasileira: questões de autonomia, tradição e modernidade", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 19-38

Le champ de la culture en Amérique Latine et le cas de la Dictature Militaire Brésilienne : questions d'autonomie, de tradition et de modernité

Résumé

L'article vise à analyser le champ culturel latino-américain, en mettant en évidence deux caractéristiques marquantes de cet espace : 1) sa faible autonomie, caractérisée par une forte dépendance des arts par rapport à l'État et au marché, un cadre qui favorise à la fois une suppression de la ligne qui diviserait la culture entre "haute" et "basse", et la fusion consécutive de ces deux pôles en un ensemble identique et indifférencié ; 2) l'harmonie conflictuelle entre les idées de tradition et de modernité. Pour illustrer ces deux dynamiques, le texte se concentre sur une étude de cas : la période de la dictature militaire brésilienne (1964-1985) et le triangle État-marché-artistes, forgé à l'époque.

Mots-clés: Amérique latine; Dictature militaire brésilienne; Champ culturel.

El campo de la cultura en América Latina y el caso de la Dictadura Militar Brasileña: cuestiones de autonomía, tradición y modernidad

Resumen

El artículo tiene como objetivo analizar el campo cultural latinoamericano, destacando dos características sobresalientes de este espacio: 1) su débil autonomía, caracterizada por una fuerte dependencia de las artes en relación al Estado y al mercado, un marco que promueve tanto la eliminación de la línea que dividiría la cultura entre "alta" y "baja", como la consiguiente fusión de estos dos polos en un mismo e indiferenciado conjunto; 2) la armonía conflictiva entre las ideas de tradición y de modernidad. Para ilustrar estas dos dinámicas, el texto se centra en un estudio de caso: el período de la dictadura militar brasileña (1964-1985) y el triángulo estado-mercado-artistas, forjado en ese momento.

Palabras clave: América Latina, Dictadura militar brasileña; Campo cultural

1. Introdução

Esse artigo analisa o campo cultural latino-americano, salientando dois traços marcantes desse espaço: 1) sua pouca autonomia (Bourdieu, 1996), caracterizada por uma forte dependência das artes em relação ao Estado e ao mercado, quadro esse que promove tanto um apagamento da linha que acreditadamente dividiria a cultura entre "alta" e "baixa", quanto a consequente fusão desses dois domínios em um mesmo e indiferenciado todo; 2) a conflituosa harmonia entre as ideias de tradição e modernidade. Após o exame desses dois elementos centrais do campo cultural na América Latina, o texto partirá para um estudo de caso que evidencia essa articulação: o período da ditadura militar brasileira (1964-1985) e o triângulo Estado-mercado-artistas que na altura surgiu (Canclini, 2011; Ortiz, 2006 e 2012; Ridenti, 2014).

De um ponto de vista analítico, o artigo almeja promover um cruzamento entre a teoria bourdieusiana da autonomização dos campos (Bourdieu, 1996) e o pensamento de sociólogos que

se dedicaram à questão da cultura na América Latina, notadamente Renato Ortiz, Nestor Garcia Canclini e Marcelo Ridenti.

Por último, nas considerações finais, proporei uma inversão da seta que regula a relação entre teoria e empiria. Sendo assim, ao invés de me esforçar para descobrir o que os conceitos revelam do objeto, tentarei entender o que a paradoxal feição do campo cultural latino-americano diz sobre os textos que a tematizam.

2. O problema da autonomização dos campos na sociologia de Pierre Bourdieu

A questão da autonomia dos campos foi profundamente analisada na obra de Pierre Bourdieu (1996 e 2009). Criando um modelo circular entre as disposições subjetivas formadoras das agências e as posições objetivas relativas às estruturas, o autor define o campo como um jogo com regras em que o está em jogo são as próprias regras do jogo que se joga. Sendo assim, vence o jogo o jogador que conseguir a proeza de definir as regras do jogo, ou seja, o oponente capaz de ser também o árbitro da disputa que ele mesmo está disputando. Só ascende a essa posição vitoriosa de participante e juiz da partida aquele que reúne quantidade suficiente de *capital*: espécie de moeda ou quantum de poder desigualmente distribuído entre os membros daquela arena. Essa cifra simbólica assimetricamente partilhada entres os diferentes atores de um campo – ou, mais precisamente, a crença que recursivamente dela emana e que nela é depositada – regula e hierarquiza as relações no interior do campo, gerando efeitos de prestígio, que coroam como dominantes os que acumulam grande porção desse bem escasso, e auras de carência, que marginalizam como dominados os pouco providos de capital (Bourdieu, 2009).

O problema bourdiesiano da autonomia do campo está intimamente ligado à ideia de capital: quanto mais um campo estiver organizado de acordo com o capital produzido nas lutas internas àquele campo, mais autônomo ele é; inversamente, quanto mais um campo se deixa sistematizar por capitais de outros campos que o invadem, menos autonomia ele tem. Sendo assim, como o nível de autonomia de um campo depende de quanto capital nativo há nele (e como sempre há algum tanto desse dinheiro local em circulação), logo, nenhum campo é totalmente autônomo ou completamente heterônomo, não fazendo sentido, portanto, falar em “campos autônomos” e “não autônomos”, mas sim em “campos mais ou menos autônomos”. Mesmo que operasse apenas com o próprio capital, ainda assim um campo não poderia se dizer completamente autônomo, pois o princípio da homologia entre os campos faz com que eles se espelhem, ainda que não se toquem, de modo que uma mudança de posição no interior de um dado campo autônomo pode gerar uma mudança simétrica na posição equivalente de outro campo autônomo. Dito de forma definitiva, a autonomia de um campo não é um estado absoluto em que

se está ou não se está, mas um grau relativo que pode ser maior ou menor, a depender da quantidade de capital próprio ordenando as relações dentro daquela batalha (Bourdieu, 1996).

Um exame da problemática da cultura na América Latina pelo prisma da teoria bourdiesiana da autonomização dos campos revela duas características principais desse objeto: primeiro, tem-se aqui um campo bastante heterónimo; segundo, nota-se que a relação entre tradição e modernidade, diálogo caro à vida simbólica de qualquer lugar, ganha contornos muito próprios no continente (Canclini, 2011; Ortiz, 2006 e 2012; Ridenti, 2014). Aproximando Bourdieu de autores que pensaram a América Latina, tentaremos compreender essas duas marcas do campo cultural daquele lugar.

3. Campo cultural latino-americano: a questão da autonomia

Olhando para a questão da cultura na América Latina a partir de Bourdieu, pode-se dizer que há aqui um campo muito pouco autónomo, pois, historicamente, essa área sempre se deixou regular mais pelo capital oriundo de outros campos do que pelo capital dentro dela própria cultivado. Eis a tragédia fáustica da cultura nos trópicos: por fracassar em produzir grandes quantidades do seu capital, o campo cultural latino-americano precisou abrir suas portas para a invasão do capital de outros campos. Esses outros campos estavam prontamente dispostos a socorrer o campo da cultura, mas a um preço: os outros campos investiram seus próprios capitais no campo cultural carente de capital interno e, em troca, a cultura sacrificaria parte de sua autonomia e mediará seus próprios anseios com as demandas dos seus patrocinadores; demandas essas que, por vezes, eram diametralmente opostas aos fins perseguidos pelo campo cultural que patrocinavam (Canclini, 2011; Ortiz, 2006 e 2012; Ridenti, 2014).

Conforme dito anteriormente, a autonomia não é um estado fixo em que o campo está dentro ou fora, mais uma faixa em que ele pode se situar mais acima ou mais abaixo, a depender da razão entre capital interno e externo a regula-lo, e é por sempre haver alguma quantidade de ambos naquele espaço que um dado campo nunca consegue ser totalmente autónomo ou totalmente heterónimo (Bourdieu, 1996). Sendo assim, retomando a questão latino-americana, seria incorreto afirmar que o campo cultural trocou toda a sua autonomia pelo capital de outros campos, ou seja, que a cultura abriu mão de sua liberdade pelo investimento de outras áreas, que desse jeito passaram a tiranizá-la e direcioná-la para seus próprios objetivos. Ao invés desse ventriloquismo, o que se deu foi uma tensa articulação entre as regras internas da arte e as ambições desses investidores externos. Dito de maneira clara: a cultura na América Latina teve mecenas, mas não agiotas. Dentre os muitos fiadores desse campo dependente, dois se destacam como sendo seus principais avalistas: o Estado e o mercado ampliado de bens simbólicos, serviços

e entretenimento sustentado pelos meios de comunicação de massa, ou seja, aquilo que Adorno e Horkheimer chamaram de “indústria cultural” (2006).

Um paralelo entre Europa e América Latina revela a incipiente autonomia do campo cultural da ex-colônia em comparação com o da sua antiga metrópole.

Para Bourdieu (1996), uma fração das artes europeias conseguiu assumir a forma de um campo de produção e consumo restritos relativamente autonomizado do Estado e do mercado porque foi bem sucedida em criar uma “sociedade de artistas” (Bourdieu, 1996: 75): espécie de cooperativa ou sindicato quase independente que não precisa da atenção e do financiamento externos do Estado e do mercado porque internamente todos acumulam as funções de produtor e consumidor das obras nascidas dentro daquele universo autocontido, fechando-se assim um circuito em que cada um é simultaneamente colega de profissão, rival e plateia dos demais. Paradoxalmente baseada em relações tanto de mutualismo quanto de competitividade, a sociedade de artistas é uma comunidade de autores que funciona da seguinte maneira: encerrado o círculo de membros, todos os artistas se comprometem a adquirir o bem simbólico produzido por cada um deles, de modo que cada um conta com o amparo dos demais e, em contrapartida, devolve a esses outros o mesmo apoio incondicional que deles recebeu. Sendo assim, embora nenhum artista isoladamente tenha a capacidade de se bancar, o conjunto formado por todos consegue assegurar a subsistência de cada um. Desse modo, ainda que o dinheiro de fora não entre, o dinheiro de dentro circula, o que é suficiente para garantir ao menos que os artistas mantenham suas atividades. A sociedade de artistas não ambiciona crescer ou se voltar para fora de seus muros, mas tão somente continuar existindo, continuar sendo a condição de possibilidade para si mesma ao operar como o todo que sustenta as partes que o sustentam. Além dessa finalidade prática relativa à segurança financeira do grupo, a sociedade de artistas desempenha a função simbólica de proporcionar uma espécie de zona segura para as experimentações e ousadias dos autores. Quer dizer, na sociedade de artistas cada criador tem a certeza e a tranquilidade de que se encontra entre iguais, podendo assim dar vazão à sua obra sem constrangimento, pois sabe que os outros estarão se permitindo o mesmo. O comportamento que fora daquele espaço seria estigmatizado como extremo e radical, dentro dele é a praxe, a etiqueta encorajada, exigida e premiada. Por cumprir essa dupla função prática e simbólica, a comunidade de artistas é o único ambiente em que os criadores se sentem plenamente *livres*, em todos os sentidos do termo, como Bourdieu esclarece no trecho a seguir:

“Mas a sociedade dos artistas não é apenas o laboratório onde se inventa essa arte de viver muito particular que é o estilo de vida do artista, dimensão fundamental da empresa de criação artística. Uma de suas funções principais e, no entanto, sempre ignorada, é ser para si mesma o seu próprio mercado. Ela oferece às audácias e às transgressões que os escritores e os artistas introduzem, não

apenas em suas obras, mas também em sua existência, ela própria concebida como uma obra de arte, a acolhida mais favorável, mais compreensiva.” (Bourdieu, 1996: 75)

Ainda que uma larga faixa da vida cultural europeia se desenvolva em parceria com o governo e a indústria do entretenimento massificado, também é certo que uma acreditada “elite” da cultura do continente sobrevive à maneira da sociedade dos artistas de Bourdieu, ou seja, de forma autossustentável, alheia aos chamados da política e da multidão. Essa aristocracia da arte pela arte, livre do Estado e do mercado, é justamente a facção que conseguiu atingir o nível necessário de autonomia para poder legitimamente se considerar e ser considerada um campo cultural de fato. Essa diferença entre um campo cultural significativamente autônomo e uma produção dependente do Estado e do mercado é a mãe de todas as diferenças, quer dizer, é a distinção que, de maneira circular, gera e toma como pressuposto a crença em uma linha que dividiria a cultura entre “alta” e “baixa”, “erudita” e “popular”, “restrita” e “ampliada”, “pura” e “impura” ou quaisquer outros pares de opostos socialmente fabricados que, ao se naturalizarem, passam a ser aceitos como verdades universais (Bourdieu, 2007).

Se a cisão europeia entre, de um lado, um campo cultural suficientemente autonomizado do Estado e do mercado e, do outro lado, um circuito de produção dependente desses dois segmentos lastreia a fé no corte entre uma cultura “verdadeira” e uma “falsa”, logo, inversamente, a falta de uma separação entre essa realeza estética livre do Estado e do mercado e uma plebe espiritual deles necessitada também extinguiria tanto a fenda que aliena a cultura “legítima” da “ilegítima”, quanto esses próprios dois extremos, que, sem um fosso intransponível a afastá-los, acabariam por se ver reduzidos a um mesmo e indistinto monólito cultural. Foi justamente isso que aconteceu na América Latina, continente em que o mundo da arte, *todo ele*, falhou em realizar essa fotossíntese europeia, quer dizer, em instaurar esse sistema adiabático capaz de transformar a cultura em um “subcampo da produção restrita, onde os produtores têm como clientes apenas outros produtores, que são também seus concorrentes diretos” (Bourdieu, 1996: 246), precisando então se abrir para o Estado e o mercado. Como o Estado e o mercado se espalharam por todos os aspectos da cultura latino-americana, não há no continente nem a separação entre uma nobreza artística autonomizada desses segmentos e uma periferia simbólica a serviço deles, e nem a divisão que dessa resulta entre uma arte “sagrada” e uma “profana”. A bem da verdade, deve-se admitir que, mesmo que não haja na América Latina uma diferenciação entre um polo autonomizado do Estado e do Mercado e outro a eles subordinado, posto que toda a cultura precisa contar com esses outros dois campos, o certo é que, com algum esforço, até se pode ver um esboço da bifurcação entre uma cultura tida como “sofisticada” e outra classificada como “mundana”. Porém, ao contrário do que se dá na Europa, em que a “grande” cultura corresponde à parcela do campo cultural autonomizada do Estado e do mercado e a cultura “vulgar” diz respeito ao estrato

do campo controlado por esses outros dois campos, na América Latina os dois lados do par “alta/baixa” cultura encontram-se em um campo, todo ele, mediado pelo capital do Estado e do mercado. A maior prova disso pode ser encontrada no fato de que mesmo os artistas laureados com a arbitrária insígnia da “autêntica” cultura latino-americana voaram nas asas da máquina burocrática estatal e dos meios de comunicação de massa, seja indiretamente recebendo o patrocínio e a publicidade desses veículos, seja diretamente trabalhando em seus quadros, como demonstra a grande quantidade de artistas imortalizados no olimpo das artes locais que eram funcionários públicos ou empregados de grandes conglomerados de comunicação. Quer dizer: na América Latina é possível depender do Estado e do mercado massificado e *ainda assim* compor o cânone da “genuína” cultura do continente; um evidente sintoma de heteronomia que seria tido como uma aberração por um campo cultural mais autonomizado, como é o europeu. Apenas para ficarmos no caso brasileiro, pode-se identificar esse tipo ideal (Weber, 2009) de artista anfíbio em figuras como Machado de Assis, o patrono da literatura nacional e fundador da Academia Brasileira de Letras que também era funcionário público, ou Dias Gomes, dramaturgo membro dessa mesma academia que escreveu tanto a peça cuja adaptação para o cinema venceu a Palma de Ouro de Cannes em 1962, quanto telenovelas de enorme audiência exibidas no horário nobre do maior canal de televisão do país (Ortiz, 2006; Ridenti, 2014).

Canclini analisou bem essa diferença entre o campo cultural europeu e o latino-americano. De acordo com o autor, enquanto na Europa há uma divisão mais perceptível entre um polo de produção especializado (com menos lucros imediatos, porém mais prestigiado culturalmente) e um polo de circulação ampliado (mais rentável, contudo simbolicamente menos “distinto”), na América essas duas metades se confundem, sendo mais difícil ver a suposta separação entre “legítimo” e “comercial”, “espiritual” e “pecuniário”, “arte” e “mercado”. Diz o autor:

“[Na Europa] cria-se, deste modo, um duplo espaço cultural. De um lado, o de circulação restrita, (...), espaço em que se desenvolvem a literatura e as artes; de outro, o circuito de ampla difusão, protagonizado nas primeiras décadas do século XX pelos jornais, que iniciam a formação de públicos maciços para o consumo de textos (...). [Na América Latina] durante muitas décadas posteriores, os escritores não puderam viver da literatura, tendo que trabalhar como docentes, funcionários públicos ou jornalistas, o que criava relações de dependência do desenvolvimento literário com relação à burocracia estatal e ao mercado de informação de massa.” (Canclini, 2011: 68 e 69)

Analisada a fraca autonomia do campo cultural latino-americano, partamos para seu outro elemento fundante: a maneira como esse espaço concilia os conceitos opostos de tradição e modernidade.

4. Campo cultural latino-americano: a questão tradição/modernidade

Além da pronunciada heteronomia – revelada em uma sujeição da arte ao Estado e ao mercado que contribui tanto para o embotamento da acreditada fronteira que dividiria a “alta” da “baixa” cultura, quanto para a consequente fusão desses hemisférios –, outra característica muito própria do campo cultural latino-americano é o tratamento que lá recebeu a díade tradição/modernidade.

Historicamente tomadas como ideias antagônicas, na América Latina “tradição” e “modernidade” coexistem e até se implicam mutuamente, ora a tradição auxiliando a modernidade, ora a modernidade se prestando ao papel de força motriz da tradição. O fato de não haver aqui uma pura repelência não quer dizer que exista uma simples afinção. Na verdade, o mais certo seria considerar que, na América Latina, “tradição” e “modernidade” convergem e divergem ao mesmo tempo, compondo esse delicado oxímoro (Ortiz, 2015) que caracteriza o campo cultural do continente.

As causas desse paradoxal concerto remetem à relação que o binômio tradição/modernidade estabelece com a ideia de “identidade nacional”. Enquanto na maioria dos países a noção de identidade nacional repousa na tradição e toma a modernidade como uma ameaça a essa identidade, já que a modernidade empurraria o país para longe da tradição que abriga a identidade, na América Latina o conceito de identidade nacional está intimamente ligado à modernidade, de modo que a modernidade não seria lida como um risco para a identidade nacional, mas como sua cúmplice, pois levaria o país ao encontro dela. Isso implica que, nos outros lugares em que a identidade nacional abraça a tradição e recusa a modernidade, essa identidade seria entendida como uma joia bem acabada protegida pelo passado do país. Já no caso latino-americano, em que a identidade nacional aponta também para a modernidade, a identidade não poderia ser tomada como esse tesouro resguardado pelo passado, mas como um projeto inacabado a ser concretizado no futuro (Canclini, 2011; Ortiz, 2012).

Essa crença de que a identidade nacional dos países latino-americanos não seria uma ontologia encerrada no passado tradicional, mas uma promessa a ser cumprida no futuro modernista, tem suas origens nos discursos pseudocientíficos do século XIX acerca do continente. Inspirados pela doutrina do determinismo biológico e climático e por um darwinismo social enviesado, muitos autores dedicados ao problema da identidade na América Latina conduziram seu “raciocínio” para a mesma lacônica sentença: guardadas as devidas nuances, desde o primeiro manual de história do Brasil (Martius, 1991) até obras mais recentes, a maioria desses trabalhos acreditava que, por causa dessa miscigenação de raças e desse clima tropical, a formação de uma identidade nacional seria impossível. Enquanto o sangue e o meio representavam o berço da pátria dos xenófobos, na América Latina, ao menos para esses autores evolucionistas, esses potenciais

sustentáculos da nação eram justamente o grande óbice da construção da identidade nacional. Com a ruína desses alicerces tradicionais do passado, disseminou-se a crença de que só quando os ventos da modernidade soprassem para o futuro superaríamos esses males de origem e teríamos uma identidade nacional de fato. O trecho de Ortiz resume essas teorias: “O ideal nacional é, na verdade, uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das ‘raças superiores’, o que politicamente coloca a construção de um estado nacional como meta e não como realidade presente” (Ortiz, 2012: 22).

Assim, o projeto de modernização dos países latino-americanos e a busca por essa tal identidade nacional passaram a se entrelaçar, não sendo exagerado dizer que os dois processos viraram um só; uma síntese que Ortiz ilustrou com a máxima: “só seremos modernos se formos nacionais” (Ortiz, 2006: 34). Assim como Ortiz no que se refere ao Brasil, Canclini sublinha o mesmo diálogo entre nacionalidade e modernidade quando trata da experiência mexicana: “O modernismo cultural, em vez de ser desnacionalizador, deu o impulso e o repertório de símbolos para a construção da identidade nacional. (...) Depois da Revolução mexicana, vários movimentos culturais realizam simultaneamente um trabalho modernizador e de desenvolvimento nacional autônomo” (Canclini, 2011: 81).

O encantamento dos países latino-americanos com a modernidade, derivado da fé de que seria ela a chave para a descoberta das suas respectivas identidades nacionais, foi justamente o que pôs a modernidade em contato com seu avesso: a tradição. Isso se deu porque o interesse latino-americano na modernidade era bastante seletivo. Dito de forma alongada, o que se passou foi que, obedecendo aos vaticínios evolucionistas, a América Latina colocou em marcha o plano de se modernizar para forjar uma identidade. Entretanto, nessa sanha de se modernizar para saber quem de fato era, o continente aceitou a modernidade apenas enquanto um discurso ou uma ideologia (Mota, 2014), mas não enquanto uma realidade objetiva, que permanecia sendo a tradicional. Por abraçar somente o texto modernista, mas continuar aceitando o contexto tradicional, a América-Latina acabou criando esse cenário disjuntivo em que as ideias progressistas do iluminismo, da razão, do liberalismo, da igualdade, do livre comércio, da ode à máquina etc. se difundiram em uma sociedade escravocrata, rural, desindustrializada, com economia baseada na produção de matéria prima, taxas de analfabetismo enormes, e relações de poder altamente personalizadas estribadas na força e no compadrio¹.

¹ “Encontramos no estudo da heterogeneidade cultural uma das vias para explicar os poderes oblíquos que misturam instituições liberais e hábitos políticos autoritários” (Canclini, 2011: 19)

Enquanto na Europa a ideia de modernidade refletia o estado presente da sociedade, na América Latina a palavra não encontrava nenhum lastro na realidade, pelo contrário: era constantemente frustrada por uma paisagem profundamente arcaica. Se aceitarmos o pressuposto de Canclini de que “modernidade” se refere tanto um discurso modernista quanto a um processo técnico de modernização, então podemos afirmar que na Europa havia o discurso e o processo, enquanto no América Latina só se via a narrativa, mas não o ambiente; quadro esse que o autor definiu como um “modernismo sem modernização” (Canclini, 2013), posto que o modernismo não passava de uma “ideia fora do lugar”, para citar a feliz expressão que Schwarz (2012) usou para se referir à refração que tipos humanos de romances ambientados na Europa burguesa sofreram quando usados em novelas que se passavam um Brasil escravocrata.

Essa assimetria entre Europa e América fez com que a modernidade cumprisse funções muito diferentes em cada um dos lugares: referendado e espelhado por um entorno moderno, o discurso modernista europeu apontava para o presente, agindo assim como um reflexo ou diagnóstico de seu tempo. Enquanto isso, desmentido por um cenário tradicional, o discurso modernista dos trópicos se via impedido de referenciar o contemporâneo, por isso mirou o futuro, cumprindo o papel não de um registro, mas de uma profecia, uma meta, um vir-a-ser que “não se situa junto à concretude do presente, mas se desvenda enquanto virtualidade” (Ortiz, 2012: 138). Resgatando Schwarz para pensar especificamente o caso brasileiro, Ortiz afirma que, no país, “o modernismo é uma ideia fora do lugar que se expressa como projeto” (2006: 32). Essa é a diferença básica entre o modernismo europeu e latino-americano durante o século XIX: no primeiro caso, retrato de uma sociedade presente; no segundo caso, promessa de uma sociedade futura. Uma teleologia que, quando finalmente se cumprisse, revelaria a identidade nacional dos países do continente.

Esse curto-circuito latino-americano entre um discurso modernista ventilado em uma sociedade tradicional, que fez latifundiários caudilhos que usavam mão de obra escrava em suas monoculturas de matéria-prima citarem conceitos iluministas e teorias do liberalismo burguês escritas para explicar a urbanização e a revolução industrial europeia, foi o que gerou esse centauro tradição-modernidade que caracteriza o campo cultural latino-americano até os dias de hoje. Como bem resumiu Canclini: “Hoje concebemos a América Latina como uma articulação mais complexa de tradições e modernidades (diversas, desiguais), um continente heterogêneo formado por países onde, em cada um, coexistem múltiplas lógicas de desenvolvimento” (Canclini, 2011: 28).

Roma, drama do diretor mexicano Alfonso Cuarón vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro de 2019, ilustra bem essa relação ao mesmo tempo simbiótica e canibal entre tradição e modernidade. A cena de abertura do filme mostra empregadas domésticas indígenas lavando

um piso de típicos azulejos mexicanos e, refletida nessa água imunda, um avião cruza os céus da capital do país, como se a modernidade latino-americana só se deixasse ver projetada no anteparo da tradição do continente. O piso é o da apertada garagem da casa dos patrões, onde o novo Ford importado da família só cabe com muita dificuldade, simultaneamente sendo amassado pelas paredes estreitas, mas também arrancando partes delas, da mesma forma que o progresso estrangeiro tentando entrar na rígida moldura da história local.

A meu ver, as duas facetas aqui analisadas são as principais características do campo cultural latino-americano: 1) a limitada autonomia, representada por uma dependência da arte em relação ao Estado e ao mercado que borra a linha que dividiria a cultura entre “alta” e “baixa”, plasmando esses reinos em um só continuum, 2) a fraternidade predatória entre tradição e modernidade.

A seção seguinte será dedicada a um estudo de caso do que acredito ser a realização máxima e o exemplo mais bem acabado dessas duas características do campo cultural latino-americano aqui discutidas: a relação da ditadura militar brasileira com a cultura do país.

5. Ditadura militar brasileira e campo cultural nacional: o triângulo Estado-mercado-artistas

No senso comum, existe a crença de que Estado, mercado e artistas seriam inimigos naturais com interesses antagônicos: o Estado, com sua máquina burocrática hipertrofiada, desejaria engolir todas as atividades; o mercado, inspirado pelo liberalismo econômico, fugiria do controle estatal com o objetivo de lucrar cada vez mais; e os artistas, esses espíritos sensíveis e contestadores, ensejariam uma obra livre que denunciasses a tirania de ambos. Por mais disseminada que seja essa prenoção, a realidade dos fatos é mais complexa do que esse imaginário sugere, como prova a experiência da ditadura militar brasileira (1964 – 1985) (Ortiz, 2006 e 2012).

Durante aquele período, o campo cultural não se organizou nem da maneira acima descrita, nem da maneira oposta, ou melhor, não se organizou nem *só* de um jeito nem *só* de outro, mas se serviu de ambos, mesmo que sejam inversos. Colocando em termos claros, pode-se dizer que, na época do governo militar, Estado, mercado e artistas nem puramente rivalizavam, nem apenas se ajudavam, mas duelavam e cooperavam simultaneamente, firmando um tenso arranjo que conseguiu a proeza de se equilibrar na própria instabilidade justamente porque transformou forças disruptivas em novas formas de vínculo: as arestas desse triângulo separaram e conectaram os seus vértices ao mesmo tempo. Olhemos par cada um deles.

5.1 Estado

O governo militar estabeleceu com a cultura uma relação ambivalente de apoio na forma e controle do conteúdo: por um lado, o regime implementou todas as medidas técnicas e institucionais para que pudesse florescer no Brasil um mercado massificado de produção e consumo de bens e serviços simbólicos (apoio na forma); mas, por outro lado, o mesmo governo capaz de fazer esse investimento também censurava, perseguia, exilava, prendia, torturava e matava os criadores egressos desse parque industrial de arte e entretenimento que a própria ditadura ajudou a erigir (controle do conteúdo). Nesse contexto, “o Estado deve, portanto, ser repressor e incentivador das atividades culturais” (Ortiz, 2006: 116), um paradoxo definido por muitos sociólogos e sociólogas como uma “modernização conservadora”² (Dias, 2008; Ortiz, 2006; Ridenti, 2014) ou, simplesmente, uma “moderna tradição brasileira” (Ortiz, 2006). Segundo Ortiz,

“A expansão das atividades culturais se faz associada a um controle estrito das manifestações que se contrapõem ao pensamento autoritário. (...) O movimento cultural pós-1964 se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado se define pela repressão ideológica e política; por outro, é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais. Isto se deve ao fato de ser o próprio Estado autoritário o promotor do desenvolvimento capitalista na sua forma mais avançada” (Ortiz, 2006: 115).

Ridenti segue esse mesmo raciocínio quando afirma que “O processo da revolução burguesa – na sua especificidade autoritária e dependente, numa sociedade com desenvolvimento desigual e combinado, como a brasileira, em que o atraso é estruturalmente indissociável do progresso, o arcaico inseparável do moderno – seria coroado com o movimento de 1964” (Ridenti, 2014: 36).

Dentre as principais medidas técnicas e institucionais que a ditadura militar tomou para forjar esse mercado cultural, bem como os acontecimentos que se deram em decorrência desse investimento, podemos citar: em 1965, a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e a entrada do Brasil no INTELSAT, o sistema internacional de satélite; em 1966, a criação do Conselho Federal de Cultura, do Conselho Nacional de Turismo, da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), do Instituto Nacional de Cinema (INC), e a definição de uma política nacional de turismo; em 1967, criação do Ministério das Telecomunicações, do Sistema Nacional de Turismo e a realização do I Encontro Oficial de

² Segundo Dias, essa é uma “expressão utilizada por MARTINS, L. *Pouvoir et développement économique*. Paris: Anthropos, 1976, p. 22, inspirando-se na expressão de Barrington Morre para designar o processo de substituição da economia agrário-exportadora pela industrial por meio de um pacto entre Estado e classes dominantes” (Dias, 2008: 81).

Turismo Nacional; em 1968, realiza-se a I Reunião dos Conselhos Estaduais de Cultura; em 1969, é criada a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME); em 1970 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) passa por uma reforma administrativa que cria em sua burocracia interna novos órgãos voltados para a cultura, como o Departamento de Assuntos Culturais (DAC); em 1972, há a criação da Telecomunicações Brasileiras S.A (TELEBRÁS) e o I Congresso da Indústria Cinematográfica Brasileira; em 1973, o DAC lança o 1º Plano de Ação Cultural; em 1975 inaugura-se a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e o Centro Nacional de Referência Cultural, o primeiro Plano Nacional de Cultura é publicado, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro é lançada, realiza-se o I Encontro Nacional dos Dirigentes de Museus, e a EMBRAFILME é ampliada, absorvendo as competências do INC, que por essa razão é extinto; em 1976 são fundados o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), a Empresa Brasileira de Comunicação – Radiobrás e é realizado o I Encontro Nacional de Cultura; em 1979 o DAC é elevado ao estatuto de Secretaria de Assuntos Culturais, cria-se a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a Fundação Pró-Memória e se realizam o I Seminário Nacional de Artes Cênicas e o I Encontro Nacional de Artistas Plásticos Profissionais. (Ortiz, 2006). Mas, certamente, a mais relevante de todas essas medidas foi a criação de um sistema de comunicação de micro-ondas – iniciado em 1968 e completado em 1970, quando chega à Amazônia – “que viabiliza a aproximação de todos os cantos do país” (Dias, 2008: 55) “permitindo a interligação de todo o território nacional” (Ortiz, 2006: 118).

Em paralelo a essas medidas de estímulo burocrático e tecnológico à cultura, crescia também o aparato de repressão cultural e política da ditadura, que sufocava o conteúdo produzido pelo campo que o próprio governo ajudou a criar. No dia 13 de dezembro de 1968 é publicado o Ato Institucional 5 (AI-5), resolução do governo militar que radicaliza e escancara a violência do Estado ditatorial. Dentre as muitas medidas repressivas está a institucionalização da censura de obras culturais.

É em meio a esses sinais trocados que o mercado massificado de bens e serviços simbólicos e a indústria da arte e do entretenimento se desenvolvem no Brasil.

5.2 Mercado

Com o apoio técnico e institucional do Estado, o comércio da cultura no Brasil muda de nível: abandona-se uma fase aventureira baseada no faro, no instinto e no amadorismo otimista de pioneiros impulsivos que se confundem com suas próprias empresas (Assis Chateaubriand seria o tipo ideal weberiano [2009] mais bem acabado desse empresário), e se inicia um período de maior racionalização, especialização, profissionalização e modernização controlado por figuras impessoais que delegam funções e desaparecem atrás do próprio império midiático (caso

de Roberto Marinho) (Ortiz, 2006: 135). Para adotar o tom da Escola de Frankfurt, pode-se dizer que a cultura brasileira passa a aceitar a lógica sistêmica da economia, convertendo-se em uma “indústria cultural” de fato (Adorno & Horkheimer, 2006).

Os dados da época comprovam que o mercado reagiu à injeção do Estado: em 1964, havia 32 empresas de televisão no Brasil, dez anos depois passam a ser 75. Essa subida foi fundamentalmente conduzida pelas novelas: foram lançadas 195 entre 1963 e 1969, fazendo do Brasil a nona audiência mundial de televisão em 1975. O cinema mostra a mesma curva ascendente: entre 1957 e 1966, o Brasil produziu, em média, 32 longa-metragens por ano. Apenas entre 1967 e 1969, esse número salta para 50. Só em 1975 são lançados 89 filmes e em 1980, 103. O número de espectadores nos cinemas brasileiros também cresce: de 203 milhões em 1971 para 250 milhões em 1976. O mercado editorial passa de 43,6 milhões de livros editados em 1966 para 245,4 milhões em 1980, e de 104 milhões de exemplares de revistas em 1960 para 500 milhões em 1985 (Ortiz, 2006). No mercado fonográfico, as vendas também explodiram: a venda de toca-discos cresceu 813% entre 1967 e 1980 e o lucro das empresas fonográficas, entre 1970 e 1976, aumentou 1375%. (Dias, 2008; Morelli, 2009). O setor cresceu 7% em 1970, 19% em 1971 e 26% só no primeiro semestre de 1972 (Morelli, 2009). Segundo a Associação Brasileira de Produtores de Discos, se em 1966, 5,5 milhões de discos foram vendidos no Brasil, a cifra passou para 52,6 milhões em 1979 (Vicente, 2014), ano em que o Brasil passou a ocupar o 6º lugar no ranking do mercado de discos, tendo saltado oito posições em uma década (Morelli, 2009). Na publicidade, assiste-se à mesma tendência: 152 milhões de cruzeiros são investidos no setor em 1964 (0,8% do Produto Nacional Bruto), sendo que 12 anos depois esse valor passa para 12,6 bilhões (1,28% do Produto Nacional Bruto). Em 1974, o Brasil é o sétimo mercado de propaganda do mundo, superando países como a Itália, a Holanda e a Áustria. Esse é um período em que várias universidades públicas e privadas abrem cursos de publicidade: Universidade de São Paulo em 1966, Álvares Penteado em 1967, Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1968, ISCM em 1969. É nessa altura também que surgem as associações de profissionais da área: Associação Brasileira de Anunciantes em 1961, Conselho Nacional de Propaganda em 1964, Federação Brasileira de Marketing em 1969; bem como os institutos de pesquisas mercadológicas: Mavibel em 1964; Ipsen e Nopem em 1965; Gallup, Demanda e Simonsen em 1967; Ipape, Audit-TV e Sercin em 1968; Nielson e LPM em 1969; e Grande Parada Nacional em 1973 (Ortiz, 2006; Vicente, 2014). Na fotografia, também se vê a mesma tendência: se o país tinha apenas 7.921 fotógrafos em 1950 e 13.397 em 1960, após o golpe militar os números passaram para 25.452 em 1970 e 48.259 em 1980 (Ortiz, 2006). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de domicílios brasileiros com aparelhos de rádio era de 4.776.300 em 1960, 10.383.763

em 1970 e 19.203.907 em 1980, e com aparelhos de televisão 62.919 em 1960, 4.250.404 em 1970 e 14.142.924 em 1980³.

Enquanto isso, a ditadura militar declarava guerra aos mesmos criadores que ela havia ajudado a criar com seu investimento técnico e institucional no campo da cultura, selando com o mercado da arte e do entretenimento o estranho pacto de apoio formal e controle conteudístico acima mencionado. A indústria tinha a plena consciência que devia sua expansão ao governo militar, por isso subservientemente tolerava a intolerância da ditadura e considerava a censura das obras uma espécie de contrapartida justa que os generais cobravam em troca de tanto investimento no setor. Prova disso é o protocolo de autocensura que a TV Globo e a TV Tupi assinam em 1973, comprometendo-se a censurar internamente suas próprias produções antes de submetê-las à censura oficial do Estado.

Ensanduichados entre mercado e Estado, eles: os artistas.

5.3 Artistas

Os artistas que abertamente criticavam a ditadura militar e por ela eram perseguidos produziam suas obras amparados pelas empresas privadas ou estatais que cresceram por conta do investimento técnico e institucional do governo no campo da cultura. “No princípio dos anos 1970”, afirma Ridenti,

“sob o governo Médici, quando se consolidou o processo de modernização conservadora da sociedade brasileira, a atuação dos artistas de esquerda foi marcada por certa ambiguidade: por um lado, a presença castradora da censura e a constante repressão a quem ousava protestar, que implicou a prisão, o exílio e até mesmo a morte de alguns deles; por outro lado, cresceu e consolidou-se uma indústria cultural que deu emprego e bons contratos aos artistas, inclusive aos de esquerda, com o próprio Estado atuando como financiador de produções artísticas e criador de leis protecionistas aos empreendimentos culturais nacionais” (Ridenti, 2014: 286).

Ainda segundo esse autor, a paradoxal inimizade íntima entre ditadura e indústria cultural era tão explícita que a estratégia empregada pelos artistas de esquerda para combater essa “modernização conservadora” foi uma espécie de “tradicionalismo revolucionário”⁴, quer dizer: por um lado, a improvável aliança entre Estado e mercado usava a teleologia do progresso como meio de atingir um futuro reacionário; por outro lado, os artistas de esquerda propunham um retorno a uma suposta essência original do povo, acreditando que essa matriz virginal seria libertária. Se, para a diarquia Estado-Mercado, o passado conservador era o fim da história para

³ Fonte: Censos demográficos do IBGE dos respectivos anos.

⁴A expressão exata usada por Ridenti (2014) é “romantismo revolucionário”, mas adapto aqui para “tradicionalismo revolucionário” para que fique mais clara a simetria invertida com a “modernização conservadora” de seus opositores.

onde o progresso nos levaria; para os artistas o futuro revolucionário estava inscrito no ADN da natureza humana, razão pela qual sonhavam com o “porvir do passado” (Canclini, 2011) e, à maneira do *Angelus Novus* de Paul Klee analisado por Walter Benjamin⁵, tentavam “escovar a história a contrapelo” (Benjamin, 1985: 225).

Contudo, essa não era uma luta entre duas frentes que se chocavam, mas entre dois círculos concêntricos: o tradicionalismo revolucionário dos artistas era exercido no cerne da máquina tecnocrática da modernização conservadora engendrada por Estado e mercado.

“A derrota política de 1964 e o avanço da indústria cultural cobravam seu preço para a sobrevivência dos artistas. Aqueles ligados à música popular – diretamente vinculados à indústria fonográfica e à televisão – parecem ter sido dos primeiros a ver que não teriam como escapar do mercado”. (Ridenti, 2014: 117)

É a isso que Canclini se refere quando fala que “a arte do ocidente, confrontada com as forças do mercado e da indústria cultural, não consegue sustentar sua independência.” (2011: 89)

Guardadas as devidas mudanças, as linhas mestras do triângulo Estado-mercado-artistas continuaram balizando o campo da cultura no Brasil até o mandato do atual Presidente da República, um confesso admirador da ditadura que, seja por ironia do destino ou dialética hegeliana, vem sucateando o legado que herdou do regime totalitário que tanto idolatra. Mas isso já foge ao escopo desse estudo de caso.

Para os fins desse artigo, gostaria de demonstrar apenas como o triângulo Estado-mercado-artistas, conjurado durante a ditadura militar brasileira, exemplifica os dois eixos centrais do campo cultural latino-americano aqui discutidos: a pouca autonomia (que aproxima a arte do Estado e do mercado, derruba a muralha que separaria uma cultura “boa” de outra “ruim” e mescla essas áreas antes tidas como imiscíveis), e a interdependência belicosa entre um passado tradicional conservador e um futuro moderno revolucionário.

6. Considerações finais

⁵ “Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.” (Benjamin, 1985: 226)

Retomando o raciocínio que abre o texto e o acompanhou até aqui, esse artigo tentou explorar dois traços marcantes do campo cultural latino-americano: primeiro a sua baixa autonomia, evidenciada em uma dependência das artes em relação ao Estado e ao mercado, que turva a fronteira entre o que seriam a “alta” e a “baixa” cultura, unindo esses dois planos em uma única e indivisível totalidade; segundo, a espinhosa convivência entre as ideias opostas de tradição e modernidade. Para ilustrar essas dinâmicas, tratei a relação da ditadura militar brasileira com o campo cultural do país como um caso heurístico capaz de desvelar essas duas características.

Para uma visão crítica, essas duas idiosincrasias do campo cultural latino-americano poderiam representar uma fraqueza ou um defeito e, de fato, poucas leituras seriam capazes de se distanciar dessa conclusão negativa. Todavia, ainda que esse artigo concorde com a acusação de que a situação do campo cultural latino-americano é um tanto dramática, nessas considerações finais eu gostaria de analisar não essa limitação, mas essa crítica a ela.

Essas críticas ao campo cultural latino-americano parecem ter um ponto em comum: um bourdiesianismo apressado veria aí um campo *em busca* de autonomização (Bourdieu, 1996); uma leitura habermasiana diagnosticaria que esse é um típico caso de modernidade *inacabada* (Habermas, 2000), e muitas outras análises entenderiam a cultura latino-americana como um processo *em curso, em vias de, caminhando para, quase, no meio do caminho...* enfim, todas essas são críticas a uma suposta “incompletude” da América-Latina, como se o continente estivesse em uma transição para se transformar em algo pronto. Mas o que a América Latina se tornaria ao final dessa odisséia? A resposta me parece óbvia: a Europa. Falando de forma direta, o elemento que todas essas críticas compartilham é um evolucionismo teleológico que considera a América Latina tardiamente “presa” em um estágio transitório que a Europa já teria superado há muito tempo, como se o presente da ex-colônia fosse um retrato do passado da antiga metrópole. Quer dizer, tem-se nessas críticas mais uma teoria europeia do suposto “atraso” latino-americano em atingir o fim da história, ou seja, uma narrativa do fracasso do continente em cumprir sua missão histórica: tornar-se a Europa.

Não quero aqui fazer um elogio ufanista da América Latina. Pelo contrário: assim como as críticas europeias acima evocadas, quero também fazer uma crítica à América Latina, mas *outra* crítica; uma crítica que passa pela crítica da crítica europeia à América Latina. A crítica europeia da incompletude latino-americana é ineficiente porque, por mais que soe como uma crítica do centro à periferia, ela me parece mais um perdão da Europa a seu próprio passado colonial. Digo isso porque, no fundo, a teoria da incompletude latino-americana é otimista, já que reduz todos os problemas a uma questão de tempo, como se ainda não fosse tarde demais, como se no fim tudo fosse ficar bem, como se os males da colonização não fossem irreversíveis e um dia todos celebraremos juntos, como uma grande e próspera Europa.

Hipocritamente me servindo do recurso que acabei de condenar, concluo: a crítica europeia ao campo cultural latino-americano *quase* acertou. Ela acerta ao diagnosticar o aspecto contraditório desse campo, mas erra ao ver nessa monstruosidade uma etapa passageira. Isso não é o que nós *ainda* somos, mas o que nós *sempre* fomos. Quer dizer: a fraca autonomia do campo cultural da América Latina e a convivência entre tradição e modernidade passaram por um processo de requalificação no continente, deixando de ser vistas como fraquezas a serem superadas para se descobrirem enquanto singularidades que precisam ser afirmadas. Sendo assim, ao contrário do que sugere a crítica à pretensa incompletude da América Latina, aumentar a autonomia e apartar tradição e modernidade não seria corrigir os supostos “defeitos” da cultura latino-americana, mas negar os traços diferenciais da vida simbólica daquele lugar. Com essa afirmação, não quero fazer uma defesa substancial e valorativa da cultura latino-americana, mas apenas definir em que termos acredito que o debate deva se assentar e sublinhar a natureza desses elementos aqui em discussão: gostando ou não, a heteronomia do campo cultural latino-americano e o imbricamento entre tradição e modernidade não são “erros” passageiros que precisam ser ajustados, mas particularidades com a qual precisamos nos mediar. Não é por ser disjuntivo e assimétrico que um cenário está inacabado. Por vezes, essa estranheza é como o quadro de fato é. É a isso que Canclini (2011) e Bhabha (2013) se referem, cada um a sua maneira, quando definem a cultura das ex-colônias como *híbrida*: não se trata de um hibridismo de “partes” ou “elementos” (nesse sentido todas as culturas são híbridas), mas de *lógicas, dinâmicas, temporalidades*. Aquilo que no centro do capitalismo está dividido em diferentes campos (o Estado, o mercado, a cultura, etc.) ou em diferentes épocas (o passado tradicional conservador e o futuro moderno redentor, a história atrás de nós e o progresso à nossa frente), na América Latina se confunde, amalgamando-se e digladiando ao mesmo tempo. Para esses autores, ser pós-colonial não é retornar ao estágio anterior à colonização nem atingir o ponto em que ela será vencida, mas analisá-la da perspectiva do colonizado. Ou seja, não se trata de apagar nem de superar a colonização, mas de encará-la do ponto de vista de quem a sofreu, “tocar o futuro pelo lado de cá”, como diz Bhabha (2013). Seguindo esse raciocínio, ver a heteronomia do campo cultural e o casamento entre tradição e modernidade na América Latina não como uma falha a ser consertada, mas como um dado com o qual temos que lidar – ou melhor, não como uma incompletude, mas como um diagnóstico – é se definir e definir a questão global da colonização nos termos latino-americanos, é exibir um ponto de vista a um só tempo periférico e cosmopolita, é ser pós-colonial.

Foi exatamente isso o que a América Latina fez com seu campo cultural: ao invés de contornar uma dificuldade, fez dela o seu traço diferencial. Convertendo problemas em potencialidades e obstáculos em virtudes, o campo cultural latino americano transformou um

ecossistema hostil em um habitat natural e fez da fragilidade que impediria seu nascimento a própria condição de possibilidade em que ele se assenta.

O campo cultural da América Latina, com sua parca autonomia e seu diálogo entre tradição e modernidade, não está incompleto, mas pronto. Ele não é uma *etapa*, mas o *resultado* do “encontro” de um programa expansionista europeu com os elementos nativos. Foi isso o que fizemos com o que foi feito de nós. Se, por um lado, é verdade que a Europa conquistou a América, também é certo que, por outro lado, ela precisou adaptar sua vitória às limitações do território subjugado. Obviamente, tem-se aqui um jogo desleal, mas, ainda assim, um jogo. Esse é o tímido e insuficiente preço que o colonizador precisa pagar ao colonizado: toda narrativa que se globaliza o faz refratando nos contextos locais em que penetra (Hall, 2013). É por isso que mesmo os projetos de homogeneização produzem alguma heterogeneidade, pois o sentido de um discurso nunca é totalmente definido por quem o profere, mas sempre ressignificado e distorcido por quem o ouve, e ainda que só haja uma boca a falar, são muitos os ouvidos a escutá-la. Cada um do seu próprio jeito.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor.; HORKHEIMER., Max (2006), *A Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro, Zahar.
- BENJAMIN, Walter (1985), *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*, São Paulo, Brasiliense.
- BHABHA, Homi (2013), *O Local da Cultura*, Belo Horizonte: UFMG
- BOURDIEU, Pierre (1996), *As Regras da Arte*, São Paulo, Cia das Letras.
- (2007), *A Distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo, Edusp.
- (2009), *O Senso Prático*, Petrópolis, Vozes.
- CANCLINI, Nestor (2011) *Culturas Híbridas*, São Paulo, Edusp.
- DIAS, Marcia (2008), *Os Donos da Voz: Indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*, São Paulo, Boitempo.
- HABERMAS, Jürgen (2000), *O Discurso Filosófico da Modernidade*, São Paulo, Martins Fontes.
- HALL, Stuart (2013), *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte, UFMG.
- MARTIUS, Karl Von (1991), *Como se Deve Escrever a História do Brasil.*, Rio de Janeiro, IHGB.
- MORELLI, Rita (2009), *Indústria Fonográfica: um estudo antropológico*, Campinas, Unicamp.
- MOTA, Carlos Guilherme (2014) *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 - 1974)*. São Paulo, 34.
- ORTIZ, Renato (2006), *Moderna Tradição Brasileira*, São Paulo, Brasiliense.
- (2012), *Cultura Brasileira & Identidade Nacional*, São Paulo, Brasiliense.
- (2015), *Universalismo e Diversidade*, São Paulo, Boitempo.
- RIDENTI, Marcelo (2014), *Em Busca do Povo Brasileiro*, São Paulo, Unesp.
- SCHWARZ, Roberto (2012) *As Ideias Fora do Lugar*. São Paulo, 34.

MENEZES, Pedro (2020), “O campo da cultura na América-Latina e o caso da Ditadura Militar Brasileira: questões de autonomia, tradição e modernidade”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 19-38

VICENTE, Eduardo (2014), *Da Vitrola ao Ipod*, São Paulo, Alameda.

WEBER, Max (2009), *Economia e Sociedade*, Brasília, UnB.

Pedro Menezes. Doutorando do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (Porto, Portugal). Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT). Referência da Bolsa: SFRH/2018/140040. Endereço: Via Panorâmica, s/n 4150-564, Porto, Portugal. Email: pedromenezes89@gmail.com

Infancia y política social en regiones de frontera: una mirada desde América Latina

Cecilia Zsögön

Universidad de Buenos Aires

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas

Resumen

En este trabajo examinamos la capacidad de la política social para hacer operativos los derechos del niño en una región periférica transfronteriza. El análisis se centra en la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay. Uno de los desafíos para la política social es trascender el ámbito nacional para actuar en un plano transnacional, escala necesaria para abordar la realidad de la población en una región profundamente interconectada. Por otra parte la política social continúa anclada en una mirada asistencialista que considera a los sujetos como meros receptores de la ayuda estatal, y no como sujetos de derechos con capacidad de agencia. A ello se suma la indiferencia hacia la subjetividad de niñas, niños y adolescentes, que impide que las acciones implementadas logren finalmente revertir la situación de vulnerabilidad que las hicieron necesarias en un primer momento.

Palabras clave: política social; Triple Frontera; derechos del niño

Infância e política social em regiões de fronteira: um olhar da América latina

Resumo

Neste trabalho examinamos a capacidade da política social em operacionalizar os direitos das crianças numa região periférica transfronteiriça. A análise concentra-se na Tríplice Fronteira entre a Argentina, Brasil e Paraguai. Um dos desafios da política social nesta região é transcender a esfera nacional para atuar num plano transnacional necessário para dar conta das realidades da população num espaço profundamente interconectado. Por outro lado, a política social ancora-se numa perspectiva assistencialista que considera os sujeitos como beneficiários de auxílios estatais e não como sujeitos de direitos com capacidade de intervenção. Finalmente, a indiferença em relação às “vozes” das meninas e meninos, impede as ações de reverter à sua situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: política social; Tríplice Fronteira; direitos da criança

Childhood and social policy in border regions, a look from Latin America

Abstract

This work analyzes the capacity of social policy to make children's rights operational in a peripheral cross-border region. The study focuses on the Triple Border region between Argentina, Brazil and Paraguay. One of the challenges for social policy is to transcend the national sphere to act on a transnational scale, necessary to account for the reality of the population in a deeply interlinked region. On the other hand, social policy is still anchored in a welfare perspective that considers persons as recipients of state aid, and not as subjects with agency. Finally, we address the indifference towards the subjectivity of children, which prevents the implemented actions from reversing the situation of vulnerability that made them necessary at first.

Keywords: social policy; Triple Border; children's rights

Enfance et politique sociale dans les régions frontalières : un regard d'Amérique Latine

Résumé

Dans cet article, nous examinons la capacité de la politique sociale à opérationnaliser les droits des enfants dans une région périphérique transfrontalière. L'analyse se concentre sur la triple frontière entre l'Argentine, le Brésil et le Paraguay. L'un des défis de la politique sociale est de transcender la sphère nationale pour agir à un niveau transnational, une échelle nécessaire pour tenir compte de la réalité de la population dans une région profondément interconnectée. D'autre part, la politique sociale est toujours ancrée dans une perspective de bien-être qui considère les sujets comme de simples bénéficiaires d'aides de l'État, et non comme des sujets de droits à capacité d'agence. Il faut y ajouter l'indifférence à l'égard de la subjectivité des filles, des garçons et des adolescents, qui empêche aux actions mises en œuvre de parvenir finalement au renversement de la situation de vulnérabilité qui les rendait nécessaires au départ.

Mots-clés : politique sociale ; Triple Frontière ; Droits des enfants.

Introducción

Las políticas públicas han tenido históricamente entre sus objetivos compensar los efectos de la exclusión y amortiguar las desigualdades propias de las economías capitalistas. Más allá de la simpatía que pueda suscitar el trasfondo político e ideológico de estas motivaciones, aquí indagamos por qué en ocasiones las políticas no logran alcanzar sus objetivos. Esbozamos una respuesta en base a las experiencias en la región de la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y

Paraguay, donde realicé el trabajo de campo para mi tesis de doctorado sobre el trabajo infantil¹; problemática intrínsecamente ligada, en América Latina, a la pobreza estructural, la exclusión, el deterioro de los mercados de trabajo y otras cuestiones que persisten indiferentes a las acciones compensatorias implementadas por el Estado.

Si bien las políticas públicas presentan problemas comunes - escasez de recursos, de presupuesto, de capacitación del personal, deficientes o inexistentes diagnósticos, seguimientos y sistematizaciones, entre otros - aquí nos centramos en aquellas problemáticas específicamente ligadas al anclaje territorial y a la forma en que el contexto habilita dinámicas que requieren formas de abordaje diferenciados para incidir en la trama social de los contextos transfronterizos de América Latina.

La Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay constituye un espacio heterogéneo y dinámico, resultado de los procesos de imbricación de las dimensiones internacionales y locales. La región presenta marcadas asimetrías producto de las desiguales oportunidades que ofrece a turistas y consumidores por un lado y a los habitantes por otro. Un rasgo característico en la región es la porosidad de los límites geográficos, pero también simbólicos y normativos. Los modos de transitar y apropiarse del espacio no siempre se enmarcan dentro de la legalidad, y más allá de los tratados de derechos humanos vigentes, en la Triple Frontera tiene lugar un intenso tráfico de productos y de personas, incluidas niñas y niños con fines de explotación sexual o laboral. En este escenario complejo, multicultural y altamente dinámico el impacto de las políticas sociales orientadas a la infancia y a la adolescencia parece limitarse, en el mejor de los casos, a acciones de reducción de daños, aun ancladas en un enfoque asistencialista que no logra revertir las manifestaciones más extremas de las condiciones estructurales de pobreza y exclusión.

Comenzamos con una breve descripción de las fronteras y las dinámicas territoriales en la región, ya que la comprensión de la especificidad del anclaje territorial es central a la hora de elaborar un diagnóstico que permita construir políticas que traccionen a favor del bienestar de la infancia y la adolescencia. A continuación, repasamos la operatividad de los derechos del niño, en tanto instrumento de exigibilidad que podría ser recreado por medio de las políticas sociales, trascendiendo el formalismo que ha caracterizado a los tratados de derechos humanos en las regiones empobrecidas del mundo, que conduce a lo que Bourdieu (1989) denominaba "la circulación de un texto sin su contexto".

¹"Perspectivas sobre el trabajo infantil en un contexto transfronterizo: Puerto Iguazú en la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay", Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2017.

Finalmente nos centramos en los obstáculos para las políticas sociales en la región. En primer lugar revisamos el ya mencionado carácter asistencialista de las acciones implementadas; en segundo lugar, la persistencia de un dispositivo adultocéntrico que no incorpora las voces de niños, niñas y adolescentes; en tercer lugar, las dificultades del Estado para alcanzar los espacios por fuera de los mecanismos de socialización tradicionales tales como la familia y la escuela, y por último la persistencia de acciones ancladas en el nivel nacional sin atender al carácter fronterizo de la región, que requeriría acciones plenamente articuladas en un nivel transnacional.

1. Fronteras y dinámicas territoriales

Los límites y las fronteras son las estructuras elementales de la organización de los sistemas espaciales, pero en la dinámica territorial de los Estados modernos la frontera es también una construcción social que produce diferencias y conflictos. La frontera genera a la vez procesos de exclusión y de inclusión, por ello es indisoluble de la categoría de *poder*, en el sentido que le daba Max Weber (1922) al definir al Estado como la entidad que detenta el monopolio de la violencia física legítima en un determinado territorio. Las disparidades y asimetrías, así como los criterios de inclusión y exclusión, se encuentran condicionados por las fronteras que definen “el alcance del poder coercitivo del Estado nacional, señalando hasta dónde se extiende cada sistema de deberes, derechos y garantías” (Kralich, 2012:114). Su estudio es central para comprender la apropiación de las dinámicas regionales en las estrategias de supervivencia de los niños y sus familias, cuyas trayectorias están ligadas a las fluctuaciones socioeconómicas de la región. Como señala García Canclini, “las fronteras rígidas establecidas por los estados modernos se volvieron porosas. Pocas culturas pueden ser ahora descritas como unidades estables, con límites precisos basados en la ocupación de un territorio acotado” (Canclini, 2010:22). Por su parte, Bauman menciona que en la actualidad “la movilidad asciende al primer lugar entre los valores codiciados, la libertad de movimientos, una mercancía siempre escasa y distribuida de manera desigual, se convierte rápidamente en el factor de estratificación de nuestra época moderna tardía o posmoderna” (Bauman, 2006:8). Las desiguales formas de cruzar los límites internacionales, de capitalizar las ventajas que ofrecen los bordes a la vez que intentar reducir al máximo los riesgos, es central a la hora de delimitar las estrategias de los habitantes de la región. Finalmente, aquí como en cualquier región de frontera que presente algún nivel de urbanización, no se trata simplemente de regiones geográficas sino de *espacios humanizados* (Abínzano, 2010) donde lo que importa son las relaciones entre personas y colectivos sociales.

2. La Triple Frontera entre Argentina Brasil y Paraguay

La Triple Frontera es la región² integrada principal pero no únicamente, por las ciudades de Foz de Iguazú en Brasil, Ciudad del Este en Paraguay y Puerto Iguazú en Argentina. Su superficie es de aproximadamente 2500 Km² e incluye, además de los conglomerados urbanos, amplias zonas rurales. Es la zona donde río Iguazú confluye con el río Paraná, delimitando los bordes entre Brasil, Paraguay y Argentina. En cuanto a la dinámica de la región, las interrelaciones entre ambos lados de la frontera son tan numerosas que el límite internacional “puede parecer una abstracción en un espacio urbano continuo” (Rabossi, 2010). Sin embargo, es por la presencia del límite que dichas interrelaciones suceden: es por el hecho de que cada ciudad pertenece a diferentes Estados -y por lo tanto a diferentes espacios económicos- que los comerciantes venden, los compradores adquieren y miles de personas se trasladan a diario a trabajar en el país vecino (Giménez Béliveau, 2010). La frontera habilita el intercambio y la circulación de bienes y mercaderías en gran escala, donde Foz do Iguazú destaca como centro comercial y de servicios y como polo internacional de turismo, al igual que Puerto Iguazú, que ofrece asimismo servicios e infraestructura al turismo pero en menor volumen. Ciudad del Este se caracteriza por la actividad comercial, con presencia de todo tipo de negocios y un amplio crecimiento del comercio informal protagonizado por los *mesiteros* que abastecen a turistas, y especialmente a los *sacoleiros* (compradores informales con grandes bolsas o *sacolas*) que contribuyen a intensificar la densidad de los flujos establecidos en la región (Kralich *et al*, 2012). Dos elementos de especial importancia contribuyen a la riqueza y a la pobreza - es decir a la desigualdad - de la región: el primero, las Cataratas del Iguazú, en la frontera entre Brasil y Argentina, uno de los principales destinos turísticos naturales del mundo, declaradas Patrimonio de la Humanidad por la Organización de las Naciones Unidas para Educación y Cultura (UNESCO); el segundo, la central hidroeléctrica de Itaipú, una de las mayores plantas generadoras de energía hidroeléctrica del mundo, ubicada en la frontera entre Brasil y Paraguay. Ellos han contribuido a la particular fisonomía de la región, sin embargo, como señalan Moura y Cardoso (2008) la importancia estratégica de estos elementos no impide que el diseño de las metas locales se encuentre subordinado a decisiones y controles vinculados principalmente con las prioridades nacionales, cuando no directamente con los intereses de los grandes grupos de comercio y de servicios o de las grandes industrias internacionales. Así, la confluencia de oportunidades e intereses diversos es un elemento clave en la configuración urbana del aglomerado, tendiendo a privilegiar los intereses externos frente a los de la población local. Esto

² La categoría de región como instrumento conceptual admite múltiples interpretaciones, en este caso nos remitimos a su acepción como idea no asociada directamente a una entidad político administrativa, sino como construcción colectiva del espacio a partir de dimensiones simbólicas, de relaciones de poder y procesos en permanente transformación a partir de las prácticas materiales y culturales de la sociedad (Benedetti, 2009).

lleva a marcadas asimetrías entre una ciudad para los que habitantes y otra para los visitantes, turistas y consumidores.

En el plano simbólico, circulan acerca de la Triple Frontera múltiples narrativas, cada una de las cuales enfatiza diferentes aspectos de la región. Algunas destacan su armonía y unidad, otras las asimetrías, las desigualdades y los riesgos que implica el libre movimiento a través de las fronteras, ejemplo de ello son las ideas difundidas por Estados Unidos acerca de la presencia de "células terroristas dormidas". En este sentido, Winer (2015) sostiene que los cambios en las representaciones acerca de la región obedecen a la necesidad de justificar las intervenciones en diversos puntos estratégicos, con el objetivo no de combatir el tráfico de mercancías, personas, naturaleza o información, sino de gestionarlo a favor de los intereses de las grandes potencias y de sus aliados.

La conformación de ciudades articuladas en ubicaciones fronterizas en Sudamérica es una realidad de la que emergen rasgos de diversidad con una riqueza potenciada por las relaciones entre distintas culturas y economías, y de desigualdad, como resultado de las asimetrías y diferentes formas de inserción en la división social del trabajo (Kralich *et al*, 2012). Por último, el análisis de las representaciones regionales es insoslayable del registro de las asimetrías: Brasil y Paraguay se relacionan partiendo de diferentes grados de desarrollo y de infraestructura, con recursos financieros dispares y con disímiles posibilidades de hacer frente a los imprevistos y fluctuaciones económicas globales.

4. La operatividad de los derechos del niño

Las nociones de infancia, pobreza y desigualdad, adquieren rasgos específicos en una región transfronteriza, atravesada por dinámicas socioterritoriales que requieren modos de abordaje diferenciados para revertir o al menos paliar las consecuencias de la exclusión. Las condiciones de vida de gran parte de los habitantes se encuentran signada por el empleo precario y en actividades informales, el déficit habitacional y de infraestructura, la pobreza y la vulnerabilidad. En este contexto, los recursos de salud, educación y asistencia social no logran atender a una gran población de niños, niñas y adolescentes que se ven obligados a generar ingresos tempranamente (mendigando o con otras ocupaciones vinculadas a estrategias de supervivencia) para contribuir a su propia subsistencia y a la de sus familias (Unicef, 2005; OIM, 2011). Si bien el principal tratado sobre los derechos de la infancia, la Convención sobre los Derechos del Niño, fue ratificado por los tres países que conforman la región, su plena implementación se encuentra lejos de ser una realidad. Aun en la actualidad persisten múltiples miradas que disputan los sentidos en torno a la infancia, sin embargo las adecuaciones normativas

y conceptuales producto de la ratificación de la Convención, tienen consecuencias prácticas significativas. Una de estas adecuaciones fue la sustitución de "menor" por niño, niña y adolescente: el menor representaba a un niño sin derechos propios, un mero reflejo del mundo adulto, destinado a crecer como un pupilo, como asistido o como incapaz de hecho. A pesar de esta y otras modificaciones, persiste la tensión entre el discurso jurídico que considera a los niños, niñas y adolescentes como sujetos de derechos, y las condiciones necesarias para habilitar su ejercicio en determinados contextos socioeconómicos. En este sentido Pilotti señala que:

el formalismo que ha caracterizado la difusión de la Convención en la región, no ha contribuido al análisis de estas distancias y a la elaboración de estrategias para acortarlas, pues se tiende a sobreestimar el papel de las leyes como instrumento de cambio social, disociando el discurso de los derechos del niño de la realidad socioeconómica y cultural en que se manifiestan las injusticias que afectan a la infancia (Pilotti, 2000:7)

Por otra parte, las leyes no tienen un impacto directamente atribuible a sus disposiciones, sino una utilidad como base de sustento de la política social, es decir "como elementos precursores de una dinámica de interacciones conflictivas cuyo resultado es abierto" (Pilotti, 2000: 9). Desconocer que las normativas, por sí mismas, son insuficientes para resolver la variedad de formas que adquiere la desigualdad puede conducir a "una formalización excesiva de los derechos, aislándolos de las estructuras sociales en que existen y cobran sentido, dificultando el paso desde lo universal hacia lo social, histórico y contingente" (Pilotti, 2000:8). Las leyes son un instrumento de exigibilidad y garantía, pero no aseguran por sí solas la obligatoriedad del reconocimiento de un derecho. Sin embargo, la sanción de la Convención produjo una alteración sustantiva en la percepción de las normas legales, que dejaron de ser consideradas algo extraño a la práctica social. En este sentido, García Méndez (1995) destaca que comenzó a hacerse evidente el vínculo entre la *condición material* y la *condición jurídica* de la infancia. Ahora bien, estas disposiciones jurídicas fundamentales encuentran limitaciones para su aplicación; tal vez la principal sea la incapacidad del estado para dotar de contenido programático a los principios legales, ya que resulta más fácil promulgar disposiciones que hacerlas efectivas a través de políticas sociales que requieren recursos y capacidad organizativa y de planificación.

En cuanto a las luchas por los derechos, a menudo constituyen reivindicaciones parciales ya que cada grupo social busca visibilizar e instalar en la agenda política sus derechos, lo cual implica que los niños también deben "luchar para asegurarse un lugar en una agenda de derechos humanos tensionada y dinámica en lo que se refiere a los distintos contextos históricos" (Bustelo, 2007:117). Esta multiplicidad de luchas puede llegar a ser contraproducente dada la falta de solidaridad con causas consideradas ajenas a las que moviliza cada grupo particular³; esto es

³ Fenómeno correlativo a la pérdida de centralidad de los ideales colectivos que fue acompañado de una proliferación de organismos y asociaciones centradas en un interés particular, específico e inmediato, a diferencia del contenido colectivo totalizante de las luchas obreras (Bustelo, 1996).

especialmente perjudicial para la infancia dado que carece de capacidad de representación política o de la posibilidad de incluir sus demandas en la agenda pública.

5. La política social: entre el control y el reconocimiento de los derechos del niño

Consideramos a la política social como el “conjunto articulado de acciones, mecanismos e instrumentos conducidos por un agente público, explícitamente destinado a mejorar la distribución de oportunidades o corregir la distribución de activos a favor de ciertos grupos o categorías sociales” (Atria, 2005:55). Estas acciones podrían contribuir a acortar la brecha entre la normativa y las prácticas sociales por medio de la consolidación de los aspectos políticos y programáticos de la Convención sobre los Derechos del Niño, cuyo alcance trasciende con mucho la dimensión jurídica. La difusión de la Convención en América Latina ha contribuido a posicionar a la niñez en el ámbito público, como responsabilidad de los estados, la familia y la sociedad civil. Sin embargo, también puso de manifiesto la enorme distancia que separa los marcos legales de las condiciones materiales de la infancia. En este sentido, la política pública puede constituir una herramienta para el cambio social, pero también un instrumento para el control y el disciplinamiento de la infancia empobrecida.

Proponemos cuatro obstáculos que impiden que la política social pueda contribuir a mejorar las condiciones de vida de la infancia en la región de la Triple Frontera, especialmente en Argentina, donde se realizó la mayor parte del trabajo de campo. A saber: 1) el carácter asistencialista de las acciones implementadas, 2) la persistencia de un dispositivo adultocéntrico que no incorpora las voces de las niñas, niños y adolescentes, 3) las dificultades del Estado para alcanzar los espacios por fuera de los mecanismos de socialización tradicionales como la familia y la escuela, y 4) la preeminencia de políticas y acciones ancladas en un nivel nacional o provincial sin atender al carácter fronterizo de la región.

4.1. El carácter asistencialista de la política social en la región

Dicho carácter obedece en parte a la extensión de la pobreza estructural en las sociedades latinoamericanas, cuyas consecuencias se ven agravadas y ampliadas durante las coyunturas económicas recesivas⁴. Frente a necesidades extremas surgen respuestas puntuales, cortoplacistas

⁴ Se estima que a raíz de la crisis económica derivada de la pandemia del nuevo coronavirus, la pobreza alcanzaría un 34,7% en Latinoamérica en 2020. Esto significaría que casi 215 millones de personas (de las 660 millones que viven en la región) estarían sumidos en la pobreza, mientras que la pobreza extrema aumentaría al 13% (83,4 millones de personas) (CEPAL/OIT, 2020).

y desarticuladas para compensar mínimamente a los sectores más postergados de la población infantil. En los países centrales las acciones puntuales se dirigen a paliar las carencias de los hogares insertos en los bolsones de pobreza urbanos afectados por el desempleo crónico, compuestos principalmente por familias de jefatura femenina pertenecientes a grupos étnicos y raciales minoritarios (Pilotti, 2000). Ello contrasta con las características que asume el asistencialismo estatal en América Latina, donde

la magnitud de la pobreza determina que, lejos de ser residuales, los programas de este tipo terminen dirigiéndose a vastos sectores de la población, incluyendo aquellos insertos en el mercado laboral cuyos bajos ingresos los ubican en los grupos de alto riesgo. Por ello, las políticas sociales tienden a 'asistencializarse' y los programas destinados a combatir la miseria se encuentran sobrecargados ya que deben enfrentar las carencias de un tercio o más de la población. (Pilotti, 2000: 18)

Si bien existen políticas universales de salud y educación, también persisten el clientelismo y el asistencialismo, vinculados a la corrupción estatal, a los sobreprecios, desvíos de fondos y otras cuestiones que finalmente limitan el ejercicio de los derechos y reproducen la vulnerabilidad. El sesgo asistencialista de la política social expresa una relación instrumentalista, en la que los niños y adolescentes de sectores empobrecidos son considerados beneficiarios de servicios o prestaciones especiales debido a que su carencia o déficit les da ese "privilegio" que construye relaciones centradas en la entrega y recepción del beneficio, fomentando la dependencia y estigmatización social. El concepto de beneficiario remite a un sujeto que no puede participar de las decisiones sobre los medios que podrían contribuir a revertir sus condiciones -materiales y subjetivas- de vida. Se construye así "una visión del sujeto pobre asociado a la pasividad y a la incapacidad, al mismo tiempo que se promueve la construcción de una identidad del pobre como receptor y eterno deudor de la dádiva del Estado" (De Gatica, 2012: 47).

En oposición al asistencialismo se encuentra la categoría de ciudadanía, que implica el reconocimiento de los sujetos en tanto portadores de derechos que deben ser garantizados. Esta categoría, "asociada con prácticamente todos los movimientos reivindicativos hasta el punto de banalizarse" (Sorj, 2008), adquiere matices en los diferentes contextos. Por ello Bustelo (en base a los trabajos de Titmuss, 1958 y Varsavsky, 1971) distingue entre "ciudadanía emancipada" y "ciudadanía asistida" en tanto modelos en disputa por la orientación conceptual de la política social en América Latina. La ciudadanía asistida concibe a la desigualdad social como "natural", por lo que las políticas gubernamentales serán distributivamente neutras; la movilidad social se basa en la competencia y en la consideración de que "los mejores triunfan", se prioriza el interés individual, los pobres son objeto de intervención de las políticas sociales, siempre marginales y

posteriores a la política económica. La ciudadanía emancipada -extensiva a la infancia- requiere igualdad de oportunidades, el fortalecimiento de la inclusión, cohesión social y sentido de pertenencia a un proyecto colectivo, lo cual implica un enorme desafío ya que la equidad propuesta por estas políticas tensiona drásticamente la lógica del capitalismo⁵.

4.2. La persistencia de un dispositivo adultocéntrico que ignora las voces de niñas, niños y adolescentes

Los cambios en los paradigmas acerca de la infancia contribuyeron a redefinir los enfoques de las políticas públicas: los niños, niñas y adolescentes que no acceden al sistema educativo formal, a una vivienda o alimentación adecuadas, eran previamente caratulados como "menores", en "situación irregular", "de riesgo" o "de abandono material o moral". Estos escenarios son reconocidos por el paradigma de protección integral como una vulneración debido a las fallas en alguna institución del mundo de los adultos. Sin embargo aun resulta complejo desarticular la concepción paternalista establecida por el paradigma de la situación irregular que consideraba a la infancia objeto de asistencia, de la filantropía o la caridad. En oposición a esta doctrina, la definición de los niños como sujetos de derechos implica "una nueva forma de construcción de los problemas económicos, sociales y familiares que atraviesan los niños más pobres, que al mismo tiempo cambia el abanico de intervenciones del Estado y busca limitar la llamada criminalización de la pobreza" (García Méndez, 2008:128).

Igualmente central es el reconocimiento e incorporación de la subjetividad infantil en la construcción de las políticas sociales que los atañen; niñas y niños deberían ser interpelados como actores sociales concretos, y no como meros "apéndices de la familia" (Cilleruelo, 2006). Ello implica en primer lugar el reconocimiento efectivo del niño como sujeto de derecho, el reconocimiento de sus palabras, pero también de sus silencios, sus fugas, sus prácticas de resistencia frente a las ofertas institucionales de protección (Granada, 2010) muchas de las cuales continúan ancladas en la doctrina de la situación irregular. La indiferencia, cuando no el desprecio, hacia la subjetividad infantil, así como la imposición de las perspectivas de los adultos, actúan en detrimento del reconocimiento de las formas en que los niños y niñas construyen y transitan su infancia. Este debate conceptual posee implicaciones políticas ya que los dispositivos de intervención serán variados según la forma en que se construyen los problemas y las poblaciones.

⁵ Norberto Bobbio (1991) estudió los efectos perversos del mercado sobre el desarrollo democrático y se preguntó si el "abrazo vital" entre democracia y mercado no llegaría a convertirse en un "abrazo mortal", en el que el mercado podría sofocar a la democracia.

La política social, en tanto que herramienta de intervención para administrar, regular y cambiar la sociedad permea la constitución de la relación entre el individuo y la comunidad, el poder y las normas, el lenguaje y los sentidos que impone. La centralidad de la construcción discursiva e institucional, así como de los procesos de categorización y clasificación se torna evidente en el análisis empírico de diversos programas orientados a la infancia y sus limitados resultados manifiestos en la persistencia de la pobreza, sobre todo en las franjas etarias más jóvenes⁶.

4.3. Las dificultades del Estado para alcanzar los espacios por fuera de los mecanismos de socialización tradicionales

Otro déficit histórico de la política pública en América Latina es la imposibilidad de llegar a la población excluida de los mecanismos de socialización tradicionales como la escuela o la familia. Esto es especialmente acentuado en una región de fronteras, donde muchos niños y niñas no han sido registrados al nacer, por lo que no poseen documento de identidad, lo que vulnera su derecho a un nombre, una nacionalidad, y una existencia legal⁷.

En general, la oferta en materia de política de infancia privilegia los escenarios de socialización como la familia y la escuela, a los que tienen accesos niños y adolescentes integrados socialmente, mientras otros escenarios menos susceptibles de formalización como la infraestructura recreativa y deportiva del barrio son objeto de políticas más orientadas al control social y la prevención de conductas consideradas antisociales (Abad, 2002). Esta dificultad para alcanzar los márgenes de los espacios urbanos obedece a una limitación de los dispositivos estatales de asistencia que

arrastran un déficit histórico en la identificación, incorporación, cobertura y retención de las familias e individuos en riesgo social. Ni el accionar ni el alcance de las políticas sociales han sido suficientes para compensar o reparar el desigual acceso a los derechos sociales que aqueja a quienes han sido asignados a las posiciones más desventajosas por y en el mercado. (OIT, 2010: 94)

La acción pública no siempre ha logrado atender adecuadamente los efectos desigualitarios del mercado, como resultado de ello quienes son pobres estructurales son además “pobres en derechos”: su misma marginación en el mercado dificulta su acceso a las instituciones “que distribuyen derechos en efectivo” (OIT, 2010:94). En definitiva, se trata de problematizar

⁶ El 59,5% de la población menor a 17 años es considerada pobre en Argentina. Entre 18 y 29 años ese porcentaje es de 41,3%. Para la franja etaria de entre 30 y 59 años la pobreza afecta al 36,5%, mientras que de 60 años en adelante, al 13,6% (ODSA-UCA, 2020).

⁷ Unicef (2011) estima que en América Latina y el Caribe, 6,5 millones de niños no están registrados como nacidos y carecen de toda identidad legal.

las limitaciones del mercado como mecanismo de distribución de la riqueza y generar una base estable de recursos objetivos que permitan la proyección hacia el futuro. Como señala Castel (2015) esta es una de las deudas pendientes de la política social en las regiones empobrecidas de América Latina, donde las precarias condiciones de vida impiden diseñar un proyecto de vida ya que los recursos son invertidos en el día a día. El mismo autor nos advierte acerca de los efectos perversos de determinadas políticas que no hacen más que "estabilizar a las personas en situaciones de exclusión" y sugiere que para evitar esta "lucha desesperada e infinita" las políticas deberían actuar en instancias previas a la desafiliación (Castel, 2015: 78).

4.4. La preeminencia de políticas y acciones ancladas en un nivel nacional o provincial

Dichas escalas no dan cuenta del carácter fronterizo de la región, que requeriría acciones plenamente articuladas en un nivel transnacional. En la Triple Frontera, como ya se mencionó, el diseño de las metas locales se encuentra subordinado a las prioridades nacionales, tendiendo a privilegiar los intereses externos frente a los de la población local. A pesar de la centralidad geográfica y la intensa dinámica que une a Puerto Iguazú con Foz de Iguazú y Ciudad de Este, las cuestiones referentes a la integración se manejan principalmente en ámbitos suprarregionales: las distintas escalas y niveles en que se toman las decisiones aparecen como obstáculos para el desarrollo de las políticas de integración. Por otra parte, las acciones de las administraciones nacionales o federales (Brasilia, Buenos Aires y Asunción) no siempre atienden a las especificidades de cada una de las ciudades de frontera y mucho menos a la particularidad de su conjunción, por lo que "los actores locales perciben que las decisiones que afectan la vida en la frontera pasan por instancias sobre las que tienen escaso o nulo control" (Giménez Béliveau, 2010:56). Si bien la integración es reconocida -en el plano discursivo- como necesaria para el futuro y el desarrollo de la región, las actividades de políticos y funcionarios se encuentran alineadas hacia adentro de la frontera. Esto se puede explicar por el hecho de que la acción política ha estado organizada desde los orígenes del Estado Nacional sobre bases nacionales, es decir que el orden prioritario de las relaciones es primero nacional y luego internacional. El registro de las acciones orientadas a la infancia, junto con la investigación de campo, muestran lo desarticulado y puntual de las relaciones entre políticos y funcionarios a uno y otro lado de la frontera. En muchas ocasiones la intervención se limita a "dar aviso" a Prefectura, Migraciones u otras fuerzas de seguridad más preocupadas por el "orden" que por el bienestar de la población. Las actividades que se planean en general no conocen continuidad y contar con asistencia de los pares del otro lado de la frontera es un trabajo dificultoso, aún en problemáticas que requerirían espacios de colaboración permanente como aquellas que atañen a la infancia.

Por otra parte, la marginalidad, el desempleo, la pobreza estructural y la falta de oportunidades se encuentran en el origen de un circuito donde se entremezclan lógicas y acusaciones en torno a las atribuciones del Estado y de las familias en el bienestar de niños, niñas y adolescentes, debate que encuentra su correlato jurídico en la diversidad de normas “no siempre compatibles” (Pilotti, 2000) que atribuyen responsabilidades y deberes a cada uno de estos actores. Si bien el Estado es el principal garante de derechos, presenta limitaciones que resienten la capacidad de cumplir este rol, demasiado a menudo delegado en las familias o en las organizaciones de la sociedad civil. Entre estas limitaciones, que podrían ser consideradas desde una perspectiva menos piadosa como “manifestaciones extremas de la incompetencia estatal” (Bustelo, 1996) se encuentran la arbitrariedad burocrática, la ineficiencia en la gestión pública, la expansión de la ilegalidad de los comportamientos y su impunidad, la protección de privilegios corporativos y de garantías a reservas monolíticas, todo lo cual da lugar a un “proceso de desilusión con la dimensión de lo estatal”. En América Latina ello se tradujo en una primacía de la lógica del mercado, mediante la descentralización, desregulación, privatización, que posibilitó que el mercado detentara la hegemonía en las decisiones del sector público, guiado por criterios que poco tienen que ver con el bienestar de la población y la garantía de los derechos humanos en general y de la infancia en particular.

Reflexiones finales

En la manera de plantear un problema se prefiguran invariablemente, en formas más o menos explícitas, las políticas y estrategias para su erradicación
(Sivio Feldman, *Los niños que trabajan*, 1997)

En un sistema cuyo objetivo es maximizar el lucro mediante la diferencia entre el trabajo y los costos de la materia prima y el valor de cambio de un producto, la pobreza, las enfermedades, la desnutrición, la falta de acceso a agua potable, a saneamiento básico adecuado, entre otras carencias, son una constante. Los habitantes de las regiones empobrecidas son la contracara de la prosperidad de una minoría; según Jeffrey Sachs, ocho millones de personas mueren por año “porque son demasiado pobres para permanecer vivas” (Sachs, 2005:29). En el contexto latinoamericano y regional, signado por la desigualdad y la pobreza, la vulnerabilidad de gran parte de la población y la exclusión social, el reconocimiento de los derechos sociales es indispensable para la construcción de ciudadanía, en tanto que opuesta al sistema de desigualdades propio del capitalismo. Ahora bien, revertir la subordinación de la sociedad al mercado requiere “pensar lo impensable”, esto es, “la posibilidad de incidir directamente sobre

las estructuras económicas" (Coraggio, 2004) y la aceptación de que lo social y lo económico son inseparables y que las políticas sociales podrían ser más que meras compensadoras de los efectos del mercado.

En el análisis del Estado como formulador de políticas sociales, ocupan asimismo un rol central las aristas simbólica e ideológica, que desempeñan un papel activo en la construcción de la subjetividad. Ello condiciona la forma en que el Estado construye su relación con la población ya que en estas luchas simbólicas por imponer una determinada visión de los problemas sociales el objetivo es "asignar a otros a clases y decirles así lo que son y lo que han de ser" (Bourdieu, cit. por De Gatica, 2012:22). Estas "identidades tuteladas" implican una perspectiva estadocéntrica -y adultocéntrica en el caso de la infancia- que desconoce la particularidad del contexto, los desarrollos propios en las familias y en las comunidades a nivel territorial. Las intervenciones se basan en una determinada interpretación de las necesidades, en el marco de un discurso construido desde el saber experto institucionalizado por el Estado (Fraser, 1991) que no atiende a la especificidad de las fronteras y menos aun de la infancia en estas regiones. Este "saber experto" ha sido central en el campo de la infancia, atravesado por las más variadas perspectivas, que incluyen la caridad, la filantropía y diversas formas de intervención estatal. A pesar de las tensiones entre los diferentes enfoques, las políticas sociales pueden constituir espacios desde los que formular prácticas alternativas al modelo de desarrollo hegemónico. Ello implicaría repensar los mecanismos de intervención estatal y superar la lectura tradicional de los derechos sociales, que limita al Estado a funcionar como una "máquina de indemnizar" en la que los derechos serían "derechos de giro y compensación de un desajuste pasajero" (Rosanvallon, 1995:11). Las lecturas creativas pueden contribuir a hacer operativos los tratados de derechos humanos y romper con la aceptación pasiva de su erosión, antes que nos encontremos en una sociedad no de mercado - estamos en ella hace tiempo- sino en una sociedad "totalmente atravesada por las exigencias asociales del mercado" (Castel, 2010: 88). En este sentido, las adecuaciones normativas son necesarias pero no suficientes para revertir las situaciones de vulnerabilidad de la infancia, y podrían ser complementadas con un reordenamiento institucional, un esfuerzo de capacitación, asignación de recursos y un cambio en las representaciones culturales arraigadas en el modelo de la doctrina de la situación irregular, que consideraba a los niños y niñas como objetos de compasión y asistencia. Si bien esta perspectiva fue superada por el paradigma de la protección integral de derechos, su plena vigencia está lejos de ser efectiva; y las políticas públicas orientadas a la infancia se encuentran atravesadas por luchas por la imposición de sentidos, por perspectivas éticas e intereses a menudo contrapuestos. En este espacio de confrontación las políticas sociales finalmente se limitan a gestionar las desigualdades, lo que significa un desaprovechamiento de su potencial como tecnología para la transformación. Realizar este potencial implicaría replantear la

cuestión de la justicia social, el rol del Estado y la responsabilidad pública; las reivindicaciones de derechos, el sentido de la modernización y modernidad, de la ciudadanía y la democracia, pero también de las fronteras en tanto bordes materiales y simbólicos de los estados nacionales. Bordes donde la infancia empobrecida se encuentra a la intemperie porque está lejos, muy lejos, de los criterios en los que se basan el estado y el mercado para delimitar las intervenciones que podrían garantizar su supervivencia, su desarrollo y su felicidad.

Bibliografía

- ABAD, Miguel (2002), "Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil", *Última Década*. Vol. 10, n°16, Santiago de Chile.
- ABINZANO, Roberto (2010), "Las regiones de frontera: espacios complejos de la resistencia global", *IX Jornadas Argentinas de Estudios de Población, Comisión de Trabajo 25: Vulnerabilidad y pobreza*, Universidad Nacional de Misiones, Argentina, mayo de 2010.
- ATRIA, Raúl (2005), "Políticas sociales, concepto y diseño", *Estudios Sociales* 116, Semestre 2.
- BAUMAN, Sygmunt (2006), *La globalización, consecuencias humanas*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- BENEDETTI, Alejandro (2009), *Los usos de la categoría región en el pensamiento geográfico argentino*, Barcelona, Scripta Nova.
- BOBBIO, Norberto (1991), *El tiempo de los derechos*, Madrid, Debate.
- BUSTELO, Eduardo (1996), *Planificación social: del rompecabezas al abrecabezas*, Costa Rica, FLACSO.
- BUSTELO, Eduardo (2007), *El recreo de la Infancia: argumentos para otro comienzo*, Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CASTEL, Robert (2015), *Las trampas de la exclusión: trabajo y utilidad social* (edición ampliada), Buenos Aires, Topía Editorial.
- CASTEL, Robert (2010), *El ascenso de las incertidumbres*, México, Fondo de Cultura Económica.
- CILLERUELO, Alejandro (2006), *Esclavitud moderna: Trata de personas*, Misiones, S/E.
- CEPAL-OIT, (2020), *Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19)*. CEPAL/OIT.
- CORAGGIO, José Luis (2004), *De la emergencia a la estrategia: más allá del "alivio a la pobreza"*, Buenos Aires, Espacio Editorial.
- DEGATICA, Alejandra (2012), *La gestión social: la constitución de un saber experto y la lucha por el monopolio de nominación*, Buenos Aires, CLACSO.
- FELDMAN, Silvio (1997), *Los niños que trabajan*, Cuadernos de Unicef, Unicef Argentina.

- ZSÖGÖN, Cecilia (2020), “Infancia y política social en regiones de frontera: una mirada desde América Latina”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 39-55
- FRASER, Nancy (1991), “La lucha por las necesidades: esbozo de una teoría crítica socialista feminista de la cultura política del capitalismo tardío”, *Revista Debate Feminista*, Marzo de 1991.
- GARCIA CANCLINI, Néstor (2010), *Culturas híbridas, estrategias para entrar y salir de la modernidad*, Buenos Aires, Paidós.
- GARCIA MÉNDEZ, Emilio (2008), *Protección Integral de derechos de niños, niñas y adolescentes*, Buenos Aires, Ediciones del Puerto.
- GIMENEZ BÉLIVEAU, Verónica; MONTENEGRO Silvia (comp.) (2010), *La Triple Frontera: Dinámicas culturales y procesos transnacionales*, Buenos Aires, Espacio Editorial.
- GRANADA, Patricia (2010), *Abordajes epistemológicos y teóricos para las compresiones de los niños de la calle como sujetos políticos*, CLACSO Colombia.
- KRALICH, Susana; BENEDETTI, Alejandro; SALIZZI, Esteban (2012), “Aglomeraciones transfronterizas y movilidad, una aproximación desde casos sudamericanos”, *Boletim Gaúcho de Geografia*, 38: 111-136, maio, 2012.
- MOURA, Rosa; CARDOSO, Néstor, (2008), *Diversidad y desigualdad en aglomeraciones urbanas transfronterizas*, México, Universidad Autónoma de Ciudad Juárez.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM), (2011), *Asistencia a víctimas de trata de personas. Experiencias en la Triple Frontera*, Buenos Aires, Argentina, OIM.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT) (2010). *Intensificar la lucha contra el trabajo infantil: Informe global con arreglo al seguimiento de la Declaración de la OIT relativa a los principios y derechos fundamentales en el trabajo*. Informe I (B) Ginebra.
- PILOTTI, Francisco (2000), *Globalización y convención sobre los derechos del niño: el contexto del texto*, Washington, Organización de los Estados Americanos.
- RABOSSI, Fernando (2010), “¿Cómo pensamos la Triple Frontera?” en: Giménez Béliveau, M. y Montenegro, S. (comp.) (2010), *La Triple Frontera. Dinámicas culturales y procesos transnacionales*, Buenos Aires, Espacio Editorial.
- SACHS, Jeffrey (2005), *O fim da pobreza*, Portugal, Casa das Letras.
- SORJ, Bernard (2008), *La democracia inesperada*, Biblioteca Virtual de Ciencias Humanas del Centro Edelstein de investigaciones sociales, Brasil.
- UCA, Barómetro de Deuda Social de la Infancia (2020), *Condiciones de vida de las Infancias prepandemia COVID-19*, Universidad Católica Argentina, Buenos Aires.
- UNICEF (2005), *Situación de la Niñez y de la Adolescencia en la Triple Frontera entre Argentina, Brasil y Paraguay: Desafíos y recomendaciones*, Curitiba, Brasil, Unicef.
- WEBER, Max (1922), *Economía y sociedad*, México, Fondo de Cultura Económica.
- WINER, Sonia (2015), “Paraguay, la triple frontera y la representación imperial de los peligros”, *Voces en el Fénix*; págs. 120-13.

ZSÖGÖN, Cecilia (2020), “Infancia y política social en regiones de frontera: una mirada desde América Latina”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 39-55

Cecilia Zsögön. Universidad de Buenos Aires - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), (Buenos Aires – Argentina). Endereço: Godoy Cruz 2290, Buenos Aires, Argentina. Email: Cecilia.zsogon@gmail.com

Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos

Paulo Castro Seixas

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Ricardo Cunha Dias

Centro de Administração e Políticas Públicas
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Diogo Guedes Vidal

Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde
Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa

Resumo

O artigo propõe uma Escala que possibilita a discussão reflexiva de perfis identitários ambientalistas. O ambientalismo é um elemento identitário central do século XXI e, no entanto, a literatura falha em tipologias ambientalistas que permitam reflexão e posicionamentos. A metodologia seguida implicou uma análise histórica do ambientalismo. Tal análise deu lugar a 8 subescalas que se agregam num único instrumento metodológico: a Escala de Identidade Ambientalista (EIA). O contributo principal é um instrumento simples que possibilita uma aproximação reflexiva de cada sujeito a um conjunto de tipos ideais de identidades ambientalistas, sustentando metodologias ativas de intervenção.

Palavras-chave: Ambientalismo; Identidades Ambientais; Escala de Identidade Ambientalista.

Environmentalist identity scale: a tool to discover which environmentalists we are

Abstract

This article proposes a Scale that enables a reflective discussion of environmentalist identity profiles. Environmentalism is a central element of 21st century identity and, however, the literature fails in environmentalist typologies that allow reflection and positions on the topic. The methodology followed in this work implied a historical analysis of environmentalism. Such analysis resulted in 8 subscales that are aggregated in a single methodological instrument: the Environmentalist Identity Scale (EIA). The main contribution is to provide a simple instrument that allows a reflexive approach of each subject to a set of ideal types of environmentalist identities, supporting active intervention methodologies.

Keywords: Environmentalism; Environmental Identities; Environmentalist Identity Scale.

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

Échelle d'identité environnementaliste : un outil pour découvrir quels écologistes nous sommes

Résumé

L'article propose une échelle qui permet une discussion réflexive des profils d'identité environnementaliste. L'environnementalisme est un élément identitaire central du 21^e siècle et, cependant, la littérature échoue dans les typologies environnementalistes qui permettent la réflexion et les positions. La méthodologie suivie impliquait une analyse historique de l'environnementalisme. Une telle analyse a donné naissance à 8 sous-échelles qui sont combinées dans un seul instrument méthodologique : l'échelle d'identité environnementaliste (EIA). La contribution principale est un instrument simple qui permet une approche réflexive de chaque sujet à un ensemble d'identités environnementalistes idéales, soutenant des méthodologies d'intervention actives.

Mots-clé: Environnementalisme; Identités environnementales; Échelle d'identité environnementaliste.

Escala de identidad ambientalista : una herramienta para descubrir qué ambientalistas somos

Resumen

El artículo propone una escala que permite una discusión reflexiva de los perfiles de identidad ambientalistas. El ambientalismo es un elemento central de identidad del siglo XXI y, sin embargo, la literatura falla en las tipologías ambientalistas que permiten la reflexión y las posiciones. La metodología seguida implicó un análisis histórico del ambientalismo. Dicho análisis dio lugar a 8 subescalas que se agregan en un solo instrumento metodológico: la Escala de Identidad Ambientalista (EIA). La contribución principal es un instrumento simple que permite un enfoque reflexivo de cada sujeto a un conjunto de tipos ideales de identidades ambientalistas, apoyando metodologías de intervención activa.

Palabras clave: ambientalismo; Identidades ambientales; Escala de identidad ambientalista.

1. Introdução

O Ambiente é atualmente uma questão central e transversal da qual dependem as noções de desenvolvimento e qualidade de vida, traduzidas num conceito basilar: bem-estar (Oliveira, Vidal e Maia, 2020; United Nations, 2015; Vidal, 2019; Weitz et al., 2019). O ambiente trata-se já de uma questão de identidade psicossocial e topológica (Felonneau e Causse, 2017) tal como o trabalho e a habitação eram questões de identidade no século XIX e XX. Se ser ambientalista no século XX era pertencer a um grupo de intervenção, por vezes rebelde, contestatário, anarquista, vanguardista e visionário, mas sempre numa identidade de margem, na sociedade global e em rede do século XXI o ambientalismo é parte da nossa construção enquanto pessoas (Castells, 1998; Clayton, 2003). No entanto, muitos de nós, e, em particular, muitos dos jovens, terão dificuldade em escolher as ideias e as práticas pro-ambientais e em criar uma configuração que seja harmoniosa com todos os demais fatores sociais e pessoais que nos definem (Gifford e Nilsson, 2014).

Os jovens tendem a revelar um maior conhecimento sobre o ambiente global do que sobre o local e pouca capacidade de agir em relação ao meio ambiente (Thielking e Moore, 2001), sendo mesmo o grupo etário que menos participa em organizações ambientalistas (Maia *et al.*, 2018). Por outro lado, as evidências indicam que na valorização do ambiente, são os mais jovens, pelo peso da educação formal, e os mais velhos, pela ligação à terra, à agricultura e ao modo de vida rural que sobressaem (Schmidt *et al.*, 2016). Porém, quando se aborda o ambientalismo e a sustentabilidade com os jovens surgem *ideias-e-práticas* muito genéricas como os ‘3 R’s’, ou especificamente ‘a reciclagem’, a iluminação *led*, poupar água, ou a compostagem, entre outros. É verdade que o caminho seguido pelo tipo de projetos, temáticas e intervenientes da educação ambiental não têm ajudado neste processo (Schmidt e Guerra, 2013). Mas estas respostas, mais do que um desconhecimento, evidenciam a incapacidade de comunicar e agregar de forma harmoniosa, por um lado, conceitos e ideias muito abstratos como sustentabilidade, ambientalismo e resiliência por exemplo e, por outro, práticas demasiado fragmentadas (Connell, Fien, Sykes e Yenken, 2014).

Ainda que esta incapacidade em agir nos jovens seja ambivalente e possa estar a mudar (Partridge, 2008), tal não é apenas um problema de conhecimento ou de competências; é outrossim um problema de identidade nas gerações atuais que cria uma insatisfação pessoal e de socialização, característica da construção da identidade. Como investigadores e professores do ensino superior desta área, este diagnóstico é claro. E, por isso, essa incapacidade implica respostas científicas e pedagógicas das ciências sociais capazes de possibilitar a incorporação de forma mais simples do ambientalismo como parte das nossas vidas e, por essa via, sustentar uma mudança geracional em que a questão ambiental seja tão clara na construção da identidade quanto o é a questão da habitação e da carreira. No entanto, os instrumentos e escalas existentes na literatura para avaliar diferenças individuais na identidade ambiental têm-se centrado na previsão de reações e comportamentos a questões ambientais (Clayton, 2003), havendo uma lacuna relativa a tipologias ambientalistas que permitam reflexão e posicionamentos.

Neste quadro, este artigo propõe-se apresentar uma sistematização do movimento ambientalista, dos seus discursos, organizações e forma de ação, para que qualquer um de nós se possa descobrir ou/e inventar como ambientalista, ou seja, possa incorporar o ambientalismo como forma de construção da sua identidade social. A identidade faz-se por escolhas e o artigo propõe oito escolhas fundamentais para cada um de nós se compreender como ambientalista: 1) As questões ambientais são uma ‘falsa questão’ ou verdadeiramente relevantes? 2) Ser ambientalista é fundamental para o ser humano ou para o planeta? 3) Ser ambientalista é possível dentro do sistema ou só contra o sistema? 4) Ser ambientalista implica um valor forte ou fraco da

natureza? 5) Ser ambientalista por rutura ou por mudança na continuidade? 6) Ser ambientalista no discurso da modernização ou em discursos alternativos? 7) Ser ambientalista sem identificações organizacionais ou organizacionalmente implicado? 8) Ser ambientalista por práticas de autossuficiência ou por práticas de mudança coletiva?

O que procurámos fazer neste artigo foi uma sistematização, através de uma metodologia relativamente simples e, claro, discutível, mas que procura ser útil no sentido de responder à questão: o que é ser ambientalista hoje e para onde vamos na mudança ambiental? Criou-se, para isso, uma escala em que cada um dos oito aspetos que considerámos centrais para a nossa identidade ambientalista é tido em conta, estabelecendo-se uma divisão em duas partes: 1) a relevância do movimento social como consciência ambiental e relação com o planeta e a natureza, elegendo uma solução nesse quadro; e 2) do ambientalismo como mudança social e discursiva e como ancoragem organizacional e de Comunidades de Práticas. Propomos, assim, que tais subescalas possam servir para discutir combinações de posições ambientalistas e logo uma diversidade de posicionamentos identitários.

O artigo faz uma apresentação desses três aspetos do ambientalismo na secção seguinte. Numa secção posterior é proposta a Escala de Identidade Ambientalista (EIA) evidenciando-se um conjunto de tipos ideais de identidades ambientalistas. Nas considerações finais apresentamos alguns exemplos de metodologias ativas para colocar aos jovens, ajudando-os na construção da sua identidade ambientalista. Consideramos que a construção de identidades ambientalistas reflexivas pode promover uma maior consciência e ação ambiental.

2. O Movimento Ambientalista, Organizações e Comunidades de Práticas: Sistematizar Posições

2.1 As questões ambientais são uma ‘falsa questão’ ou verdadeiramente relevantes?

As evidências científicas, hoje disponíveis, são claras: a ação humana à escala planetária é a principal indutora de um conjunto alargado de mudanças biogeoquímicas e climáticas em curso (IPCC, 2014). A comunidade científica internacional propôs mesmo o termo ‘Antropoceno’ para caracterizar esta nova era de influência antrópica na Terra (Crutzen e Stoermer, 2000; Steffen *et al.*, 2011). No entanto, há ainda um conjunto alargado de pessoas que se recusa a acreditar na existência de uma crise ambiental global de base antropogénica. A literatura demonstra que esta tendência para o ‘negacionismo ambiental’, por exemplo, em relação às alterações climáticas, está diretamente relacionada com questões de identidade psicossocial, sobretudo com a procura por um ‘sentido de vida’ que, nas sociedades atuais, depende muito de um modo de vida baseado no

consumo (Grušovnik, 2012). De forma consciente ou inconsciente, essa dependência cria um dilema fundamental entre aceitar esse estilo de vida e pôr em causa o planeta. Perante este dilema, as opções são aceitar as consequências e a responsabilidade pela mudança, ou recusar acreditar que o problema ambiental existe.

É certo que as campanhas negacionistas realizadas em prol de interesses económicos têm ajudado a moldar a opinião pública para a segunda opção (Boykoff e Boykoff, 2004). Mas sabemos já que a tendência para negar os problemas ambientais está também relacionada com a falta de alternativas sólidas em torno das quais novas identidades “mais ecológicas” possam ser construídas (Grušovnik, 2012). Portanto, qualquer tentativa de mudar atitudes e comportamentos dificilmente será bem-sucedida se não houver uma base para a construção novas identidades sociais pró-ambientais. O ambientalismo forneceu-nos essa base, mas também teve de lidar com visões divergentes e com uma fragmentação ideológica que não torna fácil essa escolha nos dias de hoje. Vejamos a história do movimento ambientalista e quais as opções atuais.

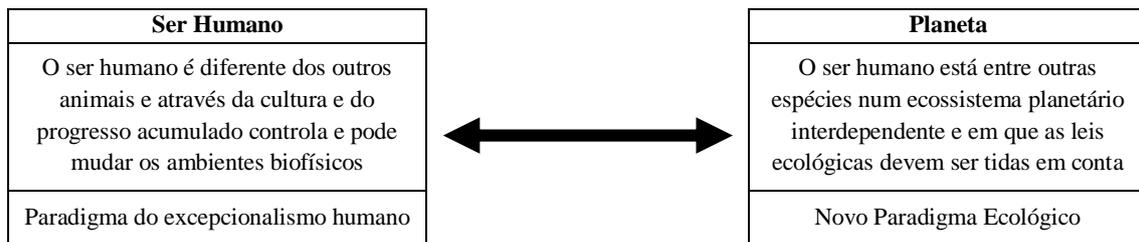
2.2 A solução ambiental é fundamental para o Ser Humano ou para o Planeta?

O ambientalismo surge na década de 60 do século passado como um movimento social global e multifacetado orientado por uma ideia de crise ecológica que ameaçava a existência humana (Pereira, 2018). Esta ideia emerge num contexto propício de renovação de valores sociais já em marcha com a luta pelos direitos civis e o movimento hippie nos Estados Unidos da América (EUA) e o movimento estudantil do maio de 68 em França. Tal contexto acabaria por incluir a causa ambiental com os primeiros sinais da retroatividade potencialmente fatal sobre a vida humana à escala global, provocada pelos impactos do desenvolvimento industrial no meio ambiente. De entre estes, ganharam destaque pelos efeitos nocivos e persistentes que tiveram, tanto nos ecossistemas como nas populações neles presentes, a *Big Smoke* que cobriu a cidade de Londres, em 1952 (Berend, 2006), o desastre da baía de Minamata no Japão (George, 2001), em 1958, e a utilização do DDT nos EUA, documentado no célebre e influente livro de Rachel Carson (1962).

Estes eventos foram o gatilho para que o paradigma então dominante de superioridade técnico-científica e de exceção humana proclamada pelo progresso industrial fosse posta em causa (Paradigma do excepcionalismo humano - HEP), primeiro por académicos e intelectuais e depois pela sociedade civil em geral. Uma nova mundivisão e um Novo Paradigma Ecológico (NEP) nasce, assim, na forma deste novo movimento que reconhecia a dependência do homem dos serviços dos ecossistemas, e que a sua destruição tinha consequências negativas sobre a saúde humana e o bem-estar (Catton e Dunlap, 1978) (Quadro 1). Incorporando o protecionismo e o conservacionismo originários do Séc. XIX, tal movimento vem superar a visão dualista entre

humanos vs. natureza (o ser humano é responsável pela proteção da natureza) que os caracterizava ao considerar que os humanos e natureza são um só. As primeiras fotografias da Terra tiradas a partir do espaço durante essa década também contribuíram para esta visão unificada do planeta como um único mundo compartilhado por inúmeras espécies, incentivando o movimento ambiental.

Quadro 1 - Dicotomia Paradigma do excepcionalismo humano vs Novo Paradigma Ecológico



Fonte: Elaborado a partir de Catton e Dunlap (1978).

A emergência do ambientalismo resultou, assim, de uma crise de valores e de uma mudança das representações sobre as relações possíveis entre humanos e natureza, mudando-se o enfoque do ser humano para o planeta e para uma ‘nova ética da Terra’ (Soromenho-Marques, 1998) em que se reconhece que todas as espécies fazem parte de um sistema complexo.

2.3 Ser ambientalista é possível dentro do sistema ou só contra o sistema?

A difusão deste movimento dá-se depois na década de 1970, também considerada “a era da ecologia” ou do ecologismo, movimento com base na ideia de que existem limites naturais ao crescimento (os recursos são finitos), defendendo que é necessária uma mudança social, política e económica (Pereira, 2018). Essa consciencialização originou o primeiro *Earth Day* em 1970 nos EUA, que contou com palestras de Paul Ehrlich, académico, Prémio Nobel e autor da célebre obra *The Population Bomb* (1970) que defendia o controlo da população mundial, reduzindo a taxa de crescimento a zero ou tornando-a negativa para responder aos problemas da fome e segurança alimentar resultantes da superpopulação, e de muitos outros nomes, que se tornariam referências para os movimentos ambientalistas em todo o mundo.

É nessa altura que a preocupação com a crise ambiental entra também na agenda política internacional, com as Nações Unidas a organizar a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH). O encontro realizou-se em 1972, na cidade de Estocolmo, na Suécia, e reuniu líderes de 113 países e de mais de 400 instituições governamentais e não governamentais para discutir os problemas ambientais. A Conferência de Estocolmo, como

ficou conhecida, foi influenciada pela publicação, nesse mesmo ano, de *The Limits to Growth* (Meadows *et al.*, 1972), estudo encomendado pelo Clube de Roma que modelou as consequências do crescimento da população mundial considerando os recursos disponíveis. Este estudo concluía que, tendo em conta os padrões mundiais de crescimento económico, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, a capacidade produtiva instalada da Terra seria atingida num máximo de 100 anos, provocando um colapso na população. Para evitar esse cenário, o relatório também defendia o chamado ‘crescimento zero’, ou seja, a necessidade de parar o crescimento.

A Conferência de Estocolmo foi palco de controvérsias que contribuíram para que se tornasse num acontecimento único e marcadamente histórico no campo ambiental. Um dos principais responsáveis da realização da conferência foi o do Secretário-Geral do evento, Maurice Strong. Na sessão de abertura da conferência, Strong reconheceu a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento seguido pelos países industrializados, mas também que o reivindicado crescimento zero era inviável (Layrargues, 1998). É curioso notar que Strong era um empresário do setor petrolífero e energético, tendo, porém, ficado conhecido como o pai da internacionalização do movimento ambiental, campanha que foi financiada pela fundação Rockefeller (também ligada ao setor petrolífero). Strong foi também o primeiro diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) nos EUA, criado depois da CNUMAH com o objetivo de promover globalmente a conservação do meio ambiente e o uso eficiente dos recursos naturais.

Em 1973, Maurice Strong popularizou ainda o conceito de ‘ecodesenvolvimento’, cujos princípios foram formulados por Ignacy Sachs na Conferência de Founex, em 1971: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação ambiental e dos recursos naturais; construção de um sistema social que garantisse o emprego, segurança social e o respeito por todas as culturas; e programas de educação ambiental. Esta visão de desenvolvimento referia-se principalmente às regiões subdesenvolvidas, e os debates que criou abriram espaço para o conceito de desenvolvimento sustentável. Novamente, Strong foi um dos comissários da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), órgão independente criado pelas Nações Unidas em 1983 para reexaminar as questões críticas relativas ao meio ambiente e reformular propostas alternativas de desenvolvimento.

Em 1987, a CMMAD, presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou um documento intitulado *Our Common Future*, introduzindo o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ como o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas próprias necessidades

(WCED, 1987). O relatório, contudo, não apresentava as mesmas críticas à sociedade industrial que caracterizaram os discursos anteriores: ainda que defendesse a necessidade de haver limites ecológicos, o documento reconhecia que havia questões de justiça e equidade social que não permitiam proibir o crescimento tanto em países industrializados como subdesenvolvidos. Esta proposta do Relatório Brundtland foi para muitos uma resposta política aos discursos mais radicais das décadas anteriores (Dias, Seixas e Lobner, 2020).

2.4 Ser ambientalista implica um valor forte ou fraco da natureza?

A segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, e, em particular, a Agenda 21 (Local), que foi um dos seus *outputs*, vieram depois transformar o conceito num programa de ação assente na integração de três pilares (*triple bottom line* ou tripé da sustentabilidade): o ambiental, o económico e o social (Seixas, 2014). No entanto, a ampla aceitação do conceito pela comunidade política internacional teve um efeito polarizador nos discursos ambientalistas e a relação entre os três pilares do desenvolvimento sustentável tonou-se controversa (Dias, Seixas e Lobner, 2020). De um lado, estavam aqueles que defendiam que os problemas ambientais implicavam uma mudança radical da sociedade e da superação do sistema capitalista. Do outro, os que acreditavam que numa reforma incremental e na capacidade política e dos instrumentos de mercado em criar um equilíbrio ambiental, modernizando as bases socioeconómicas existentes (Torgerson, 1995). Esta polarização depressa originou diferentes entendimentos do conceito, não sendo claro se seria possível que o desenvolvimento de um pilar compensasse a deterioração de outro e, portanto, que o capital natural fosse substituído por capital humano. Tal situação passou a ser referida como sustentabilidade ‘fraca’, por oposição a uma sustentabilidade ‘forte’ (Quadro 2.) que defendia ser necessária a priorização do valor da natureza para que a soma dos três pilares pudesse ser considerada positiva (Costanza e Daly, 1992; Ekins *et al.*, 2003; Dietz e Neumayer, 2007).

Quadro 2 - A solução ambiental implica um valor forte ou fraco da natureza?



Fonte: Elaboração dos autores.

2.5 Ser ambientalista por rutura ou por mudança na continuidade?

A discussão em torno dos valores fracos ou fortes sobre a natureza estiveram na origem de diferentes discursos de ação, havendo duas vertentes que estruturam polos de um espectro em que se podem posicionar as diferentes organizações ambientalistas (Dias, Seixas e Lobner, 2020). Numa ponta do espectro estão organizações que defendem uma ação direta e na outra ponta organizações que agem por via indireta, através da mudança individual e local em cadeia. O extremo da ação direta radical inclui organizações orientadas por valores anarquistas, antiautoritários e anticapitalismo, e pela filosofia da *deep ecology* (ecologia profunda) que defende a ideia de que o equilíbrio da Terra depende do respeito e da preservação de cada elemento da natureza, inclusive a humanidade. Estas organizações atuam geralmente de forma anónima e em células descentralizadas que recorrem a táticas de sabotagem e de guerrilha para combater a exploração e destruição do meio ambiente, sendo tal atuação atualmente classificada de eco-terrorismo (Leader e Probst, 2003; Loadenthal, 2014). Alguns exemplos emblemáticos de organizações¹ deste tipo são:

Earth Liberation Front (ELF) – Também conhecida como “The Elves” (Os Elfos), esta organização foi fundada no Reino Unido, em 1992. O seu objetivo é a eco-defesa de locais associados a usos comerciais e de construção residencial em que os integrantes do movimento acreditam existir destruição do meio ambiente. As suas ações envolvem técnicas conhecidas por eco-sabotagem e pelo termo inglês *monkeywrenching*, um tipo de destruição que pretende espalhar o caos para abrandar ou anular determinada atividade;

CrimethInc. – Surgiu em 1990 através da propaganda dos ideais anarquistas, praticando incêndios e “hacktivismo”. Organizaram eventos internacionais, participaram em manifestações e confrontos com as autoridades e realizaram performances artísticas mediáticas. Esta organização recebeu atenção mediática, bem como fortes críticas e elogios de outros grupos anarquistas pelas suas atividades.

Perto deste extremo, mas mais ao centro, seguem-se organizações que agem de forma mais pacífica de acordo com os princípios filosófico-morais da desobediência civil e do *lobby* sobre governos e empresas, tais como:

¹ As descrições sumárias das organizações tiveram origem em fontes generalistas: Wikipédia e páginas das organizações entre outras.

Greenpeace – Foi criada no Canadá, em 1971, para denunciar os testes nucleares realizados pelos EUA. O objetivo desta organização é a defesa da Terra e da sua capacidade em sustentar vida em toda a sua diversidade. Para isso, usa a ação direta pacífica, procurando sensibilizar a opinião pública através de ações, publicidade e outros meios;

Sea Shepherd Conservation Society – Foi criada nos EUA em 1977. O objetivo é a conservação dos oceanos e, conseqüentemente, o seu habitat. A mensagem transmite-se através da exposição e interseção sobre operações ilegais nos oceanos;

Robin Wood – Grupo fundado em 1982 por ex-membros da *Greenpeace*. Preocupados com a Floresta Negra, conservação da floresta, reciclagem de papel, redução da chuva ácida, fazem manifestações e protestos públicos como forma de sensibilização que chamam a atenção dos média. Embora pacífica, as manifestações são descritas como ilegais.

Ao centro da escala podemos encontrar organizações ligadas ao protecionismo e ao conservacionismo, que acabaram por se institucionalizar ou de fazer parte de uma política pública nacional. Algumas destas organizações são bastante antigas, enquanto outras surgiram com o ambientalismo moderno, demonstrando preocupações com a conciliação entre interesses económicos e as retóricas mais globais de proteção do meio ambiente e dos seus recursos ao nível doméstico. Um exemplo deste tipo de organizações é Quercus, associação portuguesa criada em 1985 para a conservação da natureza e da vida selvagem. No entanto, e tendo em conta o seu grau de institucionalização, dificilmente podemos atualmente classificar estas organizações como movimentos sociais ambientalistas.

No outro quadrante da escala, encontramos um conjunto alargado de organizações que visam promover a consciencialização ambiental, bem como boas práticas e o empoderamento e a ação individual para a mudança. De entre estas, destacaram-se recentemente as organizações associados a um discurso de ‘emergência climática’. O conceito foi popularizado no livro *Climate Code Red: The Case for Emergency Action*, publicado em 2008 por David Spratt e Philip Sutton para alertar para a necessidade de compromisso e ação política perante o alto grau de urgência e perigo das mudanças climáticas. Desde então, esta necessidade tornou-se uma reivindicação central de um conjunto novos grupos e movimentos, sobretudo juvenis e estudantis, perante a inação e mesmo o negacionismo político das alterações climáticas:

Sunrise Movement – São um grupo de jovens fundado em 2017 que pretendem que as alterações climáticas sejam uma prioridade nos EUA. Juntam-se em salas de aulas por todo o país e agem através do diálogo com as comunidades locais.

Friday for Future – Começou com Greta Thunberg e uns amigos, em 2018, na Suécia. Durante três semanas este grupo de estudantes fez greve escolar para se juntar em frente ao Parlamento, em forma de manifestação e protesto, para que o Governo tomasse medidas e colocasse a crise ambiental como prioridade.

Zero (Associação Sistema Terrestre Sustentável) – É uma associação portuguesa criada em 2015 por um grupo de ex-membros da Quercus. O seu nome foi inspirado na meta inscrita no Acordo de Paris que prevê para a segunda metade do século XXI o fim das emissões de gases com efeito de estufa por queima de combustíveis fósseis. Para além das temáticas tradicionais da preservação e conservação ambiental, esta organização surge para fazer também a ligação às questões económicas e aos problemas do desenvolvimento sustentável. O seu objetivo é acabar com as desigualdades no país, agindo através da mobilização da sociedade para a participação e procurando influenciar os decisores políticos (*advocacy*).

Climate Action Network Europe (CAN Europe) – Faz parte da *Climate Action Network International*, que é uma rede mundial criada desde 1989 com mais de 1.100 organizações não governamentais, cujo lema é confiança, abertura e democracia. Este grupo tem como objetivo a proteção global do clima, promovendo valores como o da igualdade, bem como justiça entre todos os indivíduos; desenvolvimento sustentável para toda e qualquer comunidade, assim como a proteção do meio ambiente. Os objetivos desta organização são conseguidos através do diálogo, sendo que muitos dos seus membros trabalham para tentar influenciar os responsáveis pela tomada de decisões, criando, de igual modo, políticas capazes de colocar em prática os seus objetivos.

Relativamente à escala, podemos situar esta última organização perto do Movimento de Transição, cuja crença/ideologia fecha o espetro e recai sobre o facto de ser possível alterar o sistema através de uma transição pacífica:

Transition Network – É uma rede global de Comunidades de Práticas que tem como objetivo reimaginar e reconstruir o nosso mundo através de um processo de criação de cultura humana saudável e sustentável. A atuação destas comunidades é feita através de iniciativas e projetos de partilha de experiências que procuram conciliar conhecimento científico e conhecimento local, tradicional e popular de forma a promover aprendizagem e modos de vida mais resilientes.

Assim, de um lado temos organizações que entendem que só é possível mudar pela via da revolução e da destruição do atual paradigma; enquanto do outro temos organizações que

defendem lógicas de crítica discursiva e de mudança na continuidade, aceitando uma mudança em “mancha de óleo”.

Quadro 3 - Dicotomia entre discursos de rutura e de mudança na continuidade

	Mudança drástica/rutura  Mudança lenta/na continuidade			
Ideologia	O capitalismo industrialista não é mutável por dentro		O sistema é passível de incorporar a mudança	
Abordagem	Ação Direta		Ação Indireta	
	Destuição/ <i>monkeywrenching</i> Eco-Terrorismo	Desobediência civil <i>Lobby of people</i>	Participar na Mudança	Mudar localmente Comunidades Intencionais
Acção	Necessidade de destruição das economias/ indústrias danosas para o ambiente	Necessidade de denunciar e expor agressões sobre o meio ambiente	Participar e acelerar a mudança do mundo	Fazer em nós a mudança que queremos ver no mundo
Grupos	<i>ELF – Earth Liberation Front CrimethInc.</i>	- <i>Greenpeace</i> - <i>Rebellion</i> - <i>Extinction</i> - <i>Sea Shepherd</i> - <i>Robin Wood</i> - <i>PETA</i>	- <i>Climate Action Network Europe</i> - <i>Friday For Future</i> - <i>Sunrise Movement</i>	Rede de Transição Rede de <i>Ecovillages</i>

Fonte: Elaboração dos autores.

Este outro polo do espectro está muito ligado ao conceito de permacultura. O termo significa “cultura permanente” e configura uma filosofia e uma abordagem idealista que enfatiza a integração das necessidades humanas num ambiente produtivo e criativo com estética, ética e harmonia, de acordo com os princípios básicos da natureza. Para a aplicação de tais princípios, a permacultura recorre a técnicas baseadas na agricultura natural, vertente da agricultura ecológica introduzida pelo agricultor e filósofo japonês Masanobu Fukuoka, no seu livro *A Revolução de Uma Palha* ([1975] 2001), e cujo método advoga o “modo natural de cultivar” (também conhecido como “método Fukuoka”), por oposição ao uso de produtos químicos e de instrumentos mecânicos dos sistemas industriais.

Mas a permacultura não se limita ao *design* sustentável dos sistemas alimentares e a um método para planear sistemas de escala humana idealizados a partir de ecossistemas naturais. Pelas mãos dos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren, o conceito evoluiu até aos dias de hoje, sobretudo na sua dimensão ética, inspirando diversos movimentos que defendem vidas mais socialmente justas e ecologicamente saudáveis, como é o caso da *Transition Network* e das Cidades em Transição iniciado pelo permacultor Rob Hopkins. Tal ética assenta atualmente

em três princípios ou pilares: cuidar da terra (criar condições para uma terra saudável para que todos os sistemas de vida continuem e se multipliquem); cuidar das pessoas (criar condições para que as pessoas tenham acesso aos recursos necessários para sua existência); e cuidar do futuro (incentivar limites ao crescimento e ao consumo e a partilha justa de excedentes).

2.6 Ser ambientalista no discurso da modernização ou em discursos alternativos?

Os princípios éticos sobre o *Cuidar* da terra, das pessoas e do futuro decorrem do reconhecimento de que a convergência entre a aceleração das mudanças climáticas e o pico do petróleo representa um desafio sem precedentes para a civilização humana. Em 2008, Holmgren publicou o livro *Future Scenarios: How Communities Can Adapt to Peak Oil and Climate Change*, onde procurou definir quatro cenários ou narrativas de futuro, em função da maior ou menor rapidez de cada uma destas mudanças (Quadro 4).

Quadro 4 - Narrativas de futuro

SIM ←				→ NÃO
Explosão Tecnológica	Tecno-estabilidade	Transição Ambiental	Colapso	
Esta narrativa defende que a humanidade dependerá de fontes de energia novas, mais abrangentes e mais concentradas que vão possibilitar o crescimento contínuo da riqueza material e do poder humano sobre as restrições ambientais, bem como o crescimento da população. Este cenário é geralmente associado com a exploração do espaço e à colonização de outros planetas.	Depende do equilíbrio entre o consumo de recursos e o crescimento populacional. Esta narrativa baseia-se no uso de energias e tecnologias renováveis, e na melhoria da qualidade dos serviços disponíveis a partir dos sistemas atuais. Envolve uma enorme mudança em quase todos os aspetos das sociedades, uma vez que os sistemas sustentáveis são definidos num lugar fixo, um estado constante de sociedade sustentável com muito menos alterações. A tecnologia fotovoltaica proveniente da energia solar é um ícone adequado ou símbolo desse cenário.	Parte do esgotamento dos combustíveis fósseis e implica uma redução da atividade económica e da população. A crescente dependência de recursos renováveis de menor densidade de energia vai, com o tempo, mudar a estrutura da sociedade regredindo a projetos básicos, nomeadamente das sociedades pré-industriais. Os recursos biológicos e a sua gestão sustentável tornar-se-ão cada vez mais importantes. Em muitas regiões as florestas vão recuperar seu <i>status</i> tradicional como símbolos de riqueza. A árvore é um ícone adequado a este cenário.	Sugere uma falha generalizada de todos os sistemas que sustentam a sociedade industrial, os combustíveis fósseis estarão esgotados e/ou as alterações climáticas danificam radicalmente os sistemas de apoio ecológico. Este colapso seria rápido e mais ou menos contínuo, sem o possível restabelecimento de energia. Perda do conhecimento e das infraestruturas necessárias para a civilização industrial, possivelmente até cenários mais graves, incluindo a extinção humana, juntamente com grande parte da biodiversidade do planeta.	

Fonte: Elaborado a partir de Holmgren (2008).

Estas narrativas de futuro do planeta foram já sugeridas como uma ‘escala de resiliência percebida do Antropoceno’, especificamente em função dos sistemas ideológicos HEP e NEP (Seixas e Dias, 2016). A primeira narrativa evidencia um forte otimismo na capacidade tecnológica para responder aos constrangimentos ambientais, ou seja, a crença no excepcionalismo humano e a primazia da ideologia HEP face à NEP. A segunda narrativa revela um otimismo moderado, parecendo aceitar a ideia de uma aliança simbiótica entre sistemas sociais e ecológicos. Ou seja, a ideia de que há uma adaptação mútua e relativamente difícil entre sistemas ecológicos e sociais, segundo os valores HEP. A terceira narrativa revela já um pessimismo face à resiliência dos sistemas sociais, implicando crises e regressão dos mesmos face aos sistemas ecológicos que, pelo contrário, dominam gradualmente. A transição ambiental só se dá num quadro de declínio de energia, sendo um cenário dominado pela mudança, caracterizada por uma série de estados de equilíbrio pontuado por crises que destroem alguns aspetos da cultura industrial. Finalmente, a última narrativa revela um pessimismo total em relação à resiliência dos sistemas sociais em face às suas próprias contradições e (in)capacidade de mudança social.

2.7 Ser ambientalista sem identificações organizacionais ou organizacionalmente implicado?

Como vimos, o tipo e o grau de mudança socioeconómica reivindicada pelo ambientalismo polarizou-se, ao longo do tempo, entre uma visão mais radical, hoje minoritária, e outra mais reformista, que se tornou *mainstream*. Alguns autores referem mesmo que, à medida que o discurso do desenvolvimento sustentável se normalizou nas agendas internacionais, o movimento quase deixou de existir (Jamison *et al.*, 1990; Eyerman e Jamison, 1991). Por um lado, os intelectuais do movimento foram-se institucionalizando junto do poder político e dos interesses económicos, e, por outro, o movimento foi-se fragmentando em grupos especializados com relações problemáticas entre si (Eyerman e Jamison, 1991). Nesse processo, o ambientalismo de intervenção foi sendo substituído por um ambientalismo grandemente centrado na sensibilização e numa educação ambiental muito restrita na mudança de comportamentos e atitudes individuais.

Tudo isto complexificou e fragmentou o ambientalismo, criando problemas de identificação e ação coletiva. Um conceito adequado para caracterizar essa fragmentação é o de ‘Comunidades de Práticas’ (Lave e Wenger, 1991; Wenger, 1998), enquanto agregação informal e *ad hoc* de novos comportamentos e atitudes associados à aprendizagem e inovação social. As Comunidades de Prática estão em todo lado e todos nós pertencemos a diversas dessas comunidades em cada momento e ao longo da nossa vida (Wenger, 1998). São formas legítimas de socialização periférica para os valores e práticas de uma determinada comunidade que

direcionam os novos membros para a construção de uma identidade compartilhada e para a participação (Lave e Wenger, 1991). As diversas disjunções entre indivíduos e instituições tanto podem ter origem em estratégias de adaptações sociais ritualistas e/ou conformistas, como pelo contrário, em estratégias de inovação social ou mesmo revolucionária complexa que tornam difícil encontrar ótimos de convergência entre indivíduos e organizações (Merton, 1938). Tais dificuldades podem também advir da inexistência de ferramentas de socialização ambientalista como a que neste texto se propõe.

2.8 Ser ambientalista por práticas de autossuficiência ou por práticas de mudança coletiva?

No quadro da questão ambiental, as Comunidades de Práticas são passíveis, cada vez mais, de ser agregadas dando origem a estilos de vida/identidades ambientais específicas e flexíveis que se definem num processo de gestão adaptativa da pertença a ‘grupos de referência’ (Merton, 1949) de forma diferencial ao longo do ciclo de vida. Tais estilos de vida/identidades podem ir desde uma mudança centrada no “Eu” até a uma mudança mais centrada no “Planeta”. No caso da primeira, essa mudança pode ser radical, e caracterizada pela procura de uma vida autossuficiente, ou pautada por mudanças graduais e da procura por uma vida simplesmente mais consciente. Do lado da autossuficiência podemos identificar Comunidades de Práticas como a Permacultura, o *Do It Yourself* (DIY) ou o *Homesteading*; enquanto do lado da vida consciente encontramos Comunidades de Práticas como o Minimalismo, os Circuitos Curtos Agroalimentares (CCA) ou dos vegetarianos. Já no caso de uma mudança centrada no Planeta, cada um pode optar participar na mudança em curso, através do que podemos chamar de ‘transição em ação’ (Hodgson e Hopkins, 2010); e/ou lutar por uma mudança que não podemos fazer sozinhos, acreditando que um ‘Outro Mundo é Possível’². Na ‘transição em ação’ falamos de mudanças coletivas e encontramos Comunidade de Práticas como as das hortas comunitárias, das moedas locais e do comércio justo e as redes de ecovilas e de ‘iniciativas de transição’; enquanto em um ‘Outro Mundo é Possível’ temos comunidades associadas, por exemplo, à defesa dos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do Rendimento Básico Universal ou das Cidades Sustentáveis.

² Slogan do movimento de Alter-globalização e do Fórum Social Mundial no final dos anos 90/2000.

Quadro 5 - Trajetórias de mudança entre a dimensão do “EU” e do “Planeta”

EU		O PLANETA	
Mudar Radicalmente a nossa vida	Fazer Mudanças na nossa vida	Participar na Mudança em curso	Lutar por uma mudança que não podemos fazer sozinhos
- Autossuficiência -	- Vida Consciente -	- Transição em Ação -	- Um ‘Outro Mundo é Possível’ -
C.P. DIY C.P. <i>off-Grid</i> C.P. <i>Homesteading</i> C.P. Permacultura C.P. <i>Tiny Houses</i>	C.P. do Minimalismo C.P. dos CCA (Circuito Curto agroalimentar) / <i>Reducing Food Miles /Buy Local Movement</i> C.P. vegetariana C.P. dos <i>Personal Farmers</i> C.P. do <i>indoor farming</i> e Jardins Verticais (<i>window farming/balcony garden; hydroponics; aeroponics</i>)	C.P. <i>WWOOfing</i> C.P. das moedas locais C.P. do Comércio Justo C. P. de Hortas Comunitárias C. P. <i>Guerrilla Garden</i> C. P. de Mobilidade Suave	Divulgar/lutar pelos ODS C. P. Rendimento Mínimo/Básico Universal e do Dividendo Básico Universal C. P. das Cidades-Jardim C.P. da <i>One Health</i>

Fonte: Elaboração dos autores.

É, portanto, necessário estar consciente das Comunidades de Práticas existentes e agregá-las em categorias ao mesmo tempo que cada pessoa vai criando configurações específicas. Tais categorias são úteis para a construção de um instrumento que ajude ao auto-posicionamento reflexivo em relação às identidades ambientalistas possíveis.

3. A Escala de Identidade Ambientalista (EIA)

As questões que colocámos nos pontos anteriores possibilitam a criação de uma escala de identidades ambientalistas que julgamos ser útil no quadro da ‘governança da resiliência do Antropoceno’ (Seixas, 2014; Seixas e Dias, 2016) em que cada um é chamado a desempenhar um papel, implicando uma consciência ativa da identidade ambientalista (Seixas, Dias e Pereira, 2017). Esta escala foi realizada em função da experiência docente dos autores em disciplinas da área em licenciaturas (Sociologia do Ambiente e Seminário de Desenvolvimento Sustentável) e, especificamente no quadro do ‘desafio das práticas’. É, antes de mais, neste quadro de consciência e ação cidadã no contexto do Antropoceno que propomos esta escala. Ou seja, o principal objetivo desta escala é o de contribuir para uma transferência de conhecimento efetivo possibilitando que as sistematizações académicas sobre o movimento ambientalista tenham uma tradução prática que possibilite a incorporação dos conhecimentos ambientais enquanto processos de socialização e de personalização. Neste sentido a sistematização apresentada deve dar origem, num primeiro

momento, a um instrumento simples que possibilite posicionamentos, e, num segundo momento, a uma apresentação de metodologias ativas que potenciem tal instrumento como ativador de consciências e de reposicionamentos, ou seja, de uma contínua educação para a sustentabilidade.

A sistematização que atingimos possibilita oito dialéticas ideológicas que se propõem à discussão, as quais por sua vez se agregam em duas grandes escolhas identitárias (Quadro 6.): a primeira que estabelece uma diferença entre uma identidade negacionista excecionalista exuberante vs. uma identidade ecologista consciente e crítica; a segunda em que se estabelece uma diferença entre ambientalistas relativistas e individualistas conscientes vs. uma identidade de ambientalistas alarmistas, implicados e revolucionários.

Quadro 6 - Campos de consciência/experiência e dialéticas identitárias correspondentes

Campos de Consciência/Experiência	Dialéticas Identitárias
1) do movimento social ambientalista como consciência ambiental e relação com o planeta e a natureza, elegendo uma solução nesse quadro.	1: Negacionistas ou Conscientes 2: Excecionalistas ou Ecologistas 3: Sustentáveis Fracos ou Sustentáveis Fortes 4: Industrialistas Exuberantes ou Prósperos Críticos
2) do ambientalismo como mudança social e discursiva e como ancoragem organizacional e de comunidades de práticas.	5: Relativistas ou Alarmistas 6: Mensageiros ou Revolucionários 7: Trânsfugas ou Implicados eco-terroristas 8: Conscientes ou Autossuficientes

Fonte: Elaboração dos autores.

Temos, assim, uma EIA dividida em duas partes, e em que cada uma delas se desdobra em quatro subescalas. Cada uma das oito subescalas pode e deve servir de base a metodologias ativas e que possibilitem uma discussão teórico-prática, uma efetiva transferência de conhecimento e uma socialização e personalização ambientalista constantemente aberta a reposicionamentos capazes de levar cada uma a contribuir para a governança da resiliência do Antropoceno.

Apresentamos de seguida as partes da escala com uma breve análise relativa a cada subescala. As oito subescalas dividem-se em duas partes, sendo que as primeiras quatro subescalas procuram identificar o movimento social ambientalista como consciência ambiental e relação com o planeta e a natureza, elegendo uma solução nesse quadro (Quadro 7).

Quadro 7. Negacionistas ou Conscientes

1	2	3	4
As questões ambientais e climáticas são ‘falsas questões’. Não são um verdadeiro problema.	As questões ambientais e climáticas são verdadeiros problemas, mas não tão graves quanto muitas vezes se refere.	As questões ambientais e climáticas são verdadeiros problemas, mas os especialistas e os políticos é que devem resolver esses problemas.	As questões ambientais e climáticas revelam problemas reais e implicam-nos a todos. Todos temos de ser ambientalistas.

Fonte: Elaboração dos autores.

Esta primeira subescala evidencia a dialética identitária entre negacionistas e conscientes, estabelecendo uma clara fronteira entre aqueles que não podem de todo ser considerados ambientalistas (1), aqueles que relativizam a situação (2), os que consideram ser um problema dos especialistas (3) e, finalmente, os ambientalistas conscientes (4).

Já na segunda subescala estabelece-se a divisão entre o paradigma HEP mais ‘exuberante’ (1), ou mais prudente (2), em que predomina o imperativo do ser humano, e o paradigma NEP em que predomina o imperativo do planeta de uma forma mais neutra (3) ou mais alarmista (4) (Quadro 8).

Quadro 8 - Excepcionalistas ou Ecologistas

1	2	3	4
O ser humano é diferente dos outros animais e pelo progresso da ciência e da tecnologia acumulados controla e pode mudar os ambientes biofísicos.	O ser humano é diferente dos outros animais, mas a ciência e a tecnologia têm limites e consequências imprevistas.	O ser humano está entre outras espécies num ecossistema planetário interdependente em que as leis ecológicas devem ser tidas em conta.	O ser humano está entre outras espécies num ecossistema planetário interdependente e há potencial colapso se não se atuar já.

Fonte: Elaboração dos autores.

A consciência de uma sustentabilidade fraca por *take-offs ad hoc* (1) ou por *take-offs* específicos, (2) ou a consciência de sustentabilidade forte absoluta (4) ou sujeita aos constrangimentos da vida quotidiana (3) é avaliada na terceira escala (Quadro 9).

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

Quadro 9 - Sustentáveis Fracos ou Sustentáveis Fortes

1	2	3	4
A natureza pode ser substituída/compensada por outras necessidades que eu tenha	A natureza é substituível pela via da tecnologia e da genética.	A natureza é insubstituível, mas as necessidades do dia-a-dia obrigam-nos a fazer escolhas.	A natureza é insubstituível e a mais importante das necessidades. É sempre uma prioridade nas minhas escolhas.

Fonte: Elaboração dos autores.

Na quarta subescala avalia-se a soluções sociais que se preconizam, entre um ‘business as usual’ mais tecnológico (1) ou mais prudente (2) ou, pelo contrário, uma mudança pela sobrevivência sempre em risco de colapso (4) ou pela ‘Transição’ ou prosperidade sem crescimento (3) (Quadro 10).

Quadro 10 - Industrialistas Exuberantes ou Prósperos Críticos

1	2	3	4
Uma Explosão Tecnológica (inclui uma aposta forte na descoberta de novas e mais potentes tecnologias e fontes de energia que nos libertem dos constrangimentos ambientais e dar continuidade ao crescimento populacional. O risco tecnológico é compensado pela exploração e colonização de outros planetas).	Uma Tecno-estabilidade (inclui uma industrialização prudente, o uso generalizado de energias renováveis e o abrandamento do crescimento populacional).	Uma Transição ambiental e prosperidade sem crescimento (o uso apenas de energias renováveis, um crescimento populacional diminuto ou nulo e um modo de vida em comunhão com a natureza e o planeta).	Uma Sobrevivência e Resiliência Ambiental sempre em Risco de Colapso (como não se está a fazer o suficiente para evitar o colapso ambiental, teremos de viver em adaptação contínua entre múltiplas crises e falências socioambientais que podem, em última instância, levar à extinção dos seres humanos).

Fonte: Elaboração dos autores.

Cada subescala pode ser usada no sentido de discutir uma determinada dialética identitária. No entanto, se usarmos as oito subescalas como um instrumento agregado, no final destas quatro subescalas os respondentes deverão efetuar um cálculo, somando os pontos correspondentes às repostas que deu, para perceber se são (ou não) ambientalistas. Concebemos quatro grandes posições identitárias:

- Até 7 pontos: Negacionista Excepcionalista que Defende uma Sustentabilidade Fraca: acha que o ser humano tudo controla e de tudo se safa. Não é um ambientalista. Propõe-se que o respondente reflita se está no caminho certo pois planeta precisa de todos. No

caso da aplicação do instrumento agregado, o respondente que se identifica com este perfil não continua o questionário.

- Entre 8 e 11 pontos: Ambientalista Relutante: está um pouco confuso sobre as suas escolhas.

- Entre 12 e 15 pontos: Ambientalista Comprometido: escolheu um caminho precisando de perceber por onde está a caminhar e se está a caminhar sozinho ou não.

- As respostas contabilizam 16 pontos: Ambientalista Radical: defende uma perspetiva ecológica profunda e uma sustentabilidade forte. Está entre o receio do colapso e a urgência da ação ambiental. Precisa ainda de saber até onde vai o seu radicalismo.

As quatro últimas subescalas procuram caraterizar o ambientalismo como mudança social e discursiva e como ancoragem organizacional e de Comunidades de Práticas. Apresentemos, então, cada uma das subescalas desta segunda parte do instrumento. Na subescala seguinte o ambientalista já confirmado como tal identifica-se ou com discursos entre o relativismo e o alarmismo: discursos de modernização ecológica (1), dos comuns (2), da crise climática (3) ou do colapso (4) (Quadro 11).

Quadro 11 - Relativistas ou Alarmistas

1	2	3	4
Discursos de compatibilização entre ecologia e crescimento económico: o compromisso político com a promoção do desenvolvimento sustentável é suficiente.	Discursos da governação do que é comum: a criação participada de regras/leis para o uso coletivo da água; dos alimentos; da qualidade do ar etc.	Discursos da Emergência Climática: é o alerta ecológico maior que nos deve mover a todos! Os políticos não estão a fazer o suficiente.	Discursos do colapso: a extinção de espécies e a situação da nossa própria espécie está já no limite. Há que atuar e romper com o modelo estabelecido.

Fonte: Elaboração dos autores.

Já nesta escala a identificação que se propõe é em função da participação da mudança no mundo, como mensageiro (1), como ativista local (2), como agente de ação direta (3) ou como revolucionário (4) (Quadro 12).

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

Quadro 12 - Mensageiros ou Revolucionários

1	2	3	4
Participar na mudança do mundo em geral. Fazer parte/passar a mensagem de organizações transnacionais que propõem mudanças.	Fazer a mudança que queremos ver no mundo. Mudar-me a mim e mudar localmente, aderindo e/ou criando Comunidades Intencionais ou de Transição.	Ação direta. Enfrentar numa desobediência civil não violenta todos aqueles e todas as atividades que prejudicam o ambiente.	Mudança Drástica/Portutura. Necessidade de destruição das economias/indústrias danosas para o ambiente e começar um novo modelo.

Fonte: Elaboração dos autores.

A avaliação da identificação organizacional, desde uma lógica de recusa organizacional ou trânsfuga (1), passando por organizações de ‘transição’ (2), organizações de ação direta (3) e eco-terrorismo (4) ocorre nesta subescala (Quadro 13).

Quadro 13. Trânsfugas ou Implicados eco-terroristas

1	2	3	4
Não me identifico com organizações.	Organizações que agem através da mudança individual e local em rede: <i>Transition Network</i> ; <i>Ecovillages Network</i> ; etc.	Organizações que agem através da ação direta pacífica para expor e denunciar ameaças e agressões ao meio ambiente: <i>Greenpeace</i> ; <i>Extinction Rebellion</i> ; <i>Sea Shepherd</i> ; <i>Robin Wood</i> ; PETA; etc.	Organizações que agem através da ação direta violenta para travar a exploração e destruição do meio ambiente: <i>Earth Liberation Front</i> ; <i>CrimethInc.</i> ; etc.

Fonte: Elaboração dos autores.

Finalmente, a última subescala deste grupo identifica Comunidades de Práticas que procuram configurar estilos de vida ambientais em função de combinações plausíveis, desde uma consciência ambiental (1), uma participação na mudança local (2), uma participação numa mudança mais vasta (3) ou mesmo numa mudança radical pela autossuficiência (4) (Quadro 14).

Quadro 14 - Conscientes ou Autossuficientes

1	2	3	4
Fazer Mudanças na Nossa Vida: Vida Consciente (consumir local; Minimalismo/ consumir só o essencial; etc.).	Participar na Mudança em Curso: Transição em Ação (comércio justo; hortas comunitárias; mobilidade suave; moedas locais).	Lutar por uma Mudança que não podemos fazer sozinhos: Outro Mundo é Possível (defender os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; Rendimento Básico Universal; Cidades Sustentáveis; etc.).	Mudar Radicalmente a Nossa Vida: Autossuficiência (Permacultura; <i>off-Grid</i> ; DIY; <i>Tiny Houses</i> ; etc.)

Fonte: Elaboração dos autores.

Esta segunda parte da escala possibilita que aqueles que se identificaram como ambientalistas numa primeira parte possam refletir sobre as suas posições. Propõe-se 5 tipos ideais de ambientalistas em função desta escala. Tal tipologia deve ser entendida grandemente como um conjunto de aproximações para discutir a consciência e ação ambiental de cada um.

- Até 4 pontos: um Ambientalista Resignado e Individualista. A sua visão é generalista e aceita o discurso político. Não se identifica com organizações, mas procura ter uma atitude de consciência pessoal, quando muito familiar.
- Entre 4 e 7 pontos: um Ambientalista Ambivalente. Está entre o individualista e o coletivista. Em princípio, terá escolhido entre as respostas 1 e 2 de cada escala. Defende uma posição de abertura à ação coletiva e, portanto, uma participação na defesa do que é de todos. Mas depende dos dias!
- Entre 8 e 11 pontos: um Ambientalista Implicado e Coletivista. Defende a ação coletiva e o ambiente é parte da sua identidade como pessoa. Pode ser até que seja já um ambientalista planetário! Está apto a participar em redes de transição.
- Entre 12 e 15 pontos: um Ambientalista Apocalíptico. Favorável à ação direta, considera que existe uma emergência ambiental. Tem uma posição crítica e, porventura, receio do colapso. Certamente é um descrente dos políticos e da sua ação ambiental. Tem o perfil de quem faz parte de uma organização ambientalista.
- 16 pontos: um Ambientalista Terrorista e ‘Survivor’. Acredita no colapso e que a ação violenta é necessária para criar uma rutura. Pensa já em processos de autossuficiência para o *day after*. Está certamente a construir um *bunker* no quintal!

4. Considerações Finais. Testagem da Escala e Metodologias Ativas de Intervenção

A testagem e afinação desta escala foram realizadas através de um questionário que foi posto a circular entre alunos do ensino superior e na rede social Facebook³. O questionário compôs-se por três grupos de questões: um de identificação e caracterização dos respondentes; outro em que se apresentou a escala; e um último de avaliação da utilidade da escala. Até a data de submissão do presente artigo, o questionário tinha obtido 103 respostas. Lembramos, porém, que se trata de um instrumento reflexivo, cuja utilização se prende mais com o desenvolvimento de metodologias ativas do que com uma validação estatística que terá ainda de ser realizada no futuro caso se pretenda utilizar a escala como instrumento para fazer inferências a partir de determinadas populações. Neste quadro, o número de repostas apenas tinha como objetivo avaliar até que ponto os respondentes entenderam que a escala foi útil para os ajudar a descobrir a sua identidade ambientalista.

Os resultados da avaliação da escala evidenciam que em 76 % dos casos os respondentes consideraram que a mesma os ajudou a descobrir/esclarecer a sua identidade ambientalista. Em 71 % dos casos, a escala também foi considerada útil para pôr os respondentes a pensar sobre a necessidade de mudar comportamentos e atitudes em relação ao meio ambiente, e em 65,6 % para ajudar a pensar sobre a necessidade de agir coletivamente e para despertar o interesse em saber mais sobre a questão ambiental e as organizações ambientalistas. Nos casos em que a resposta foi de orientação negativa, a questão não parece ser tanto a falta de utilidade da escala, mas o facto de existir já alguma consciência do posicionamento individual em relação à questão ambiental, algo que transpareceu num campo de comentários deixado em aberto para que os respondentes pudessem fazer sugestões de melhorias.

As metodologias ativas em educação ambiental são consideradas como práticas de sucesso validadas (Meredith *et al.*, 2000). Assim, e para finalizar, parece-nos pertinente evidenciar, sem uma preocupação de exaustividade, as possibilidades múltiplas de investigação, formação e ação que esta ferramenta pode ter nos mais diversos contextos.

- Como base de um programa de sensibilização/posicionamento/reflexão ambientalista;
- Na comparação entre grupos (geracionais, profissionais, culturas científicas, religiosas, políticas, etc.);

³ <https://forms.gle/WD6TFihVyUkQB9YH7>

- Como autoavaliação da mudança de atitudes e comportamentos em função de momentos de aprendizagem (exemplo: no início e no fim da cadeira de sociologia do ambiente);
- Como gestão de identidades organizacionais: caracterizar consensos de trabalho em função de partilha de identidades ambientalistas (entre dirigentes e funcionários, entre áreas funcionais, etc.);
- Diversas Comunidades de Práticas distintas poderão não só perceber melhor o seu posicionamento em função da escala, mas confrontar de forma heurística o seu posicionamento com o de outros.

Cada subescala, por sua vez, pode ainda dar origem a uma série de possibilidades. O caso da subescala, por exemplo, sobre Comunidades de Práticas, abre a uma reflexão sobre estilos de vida específicos e sua categorização em função de combinações entre diversas Comunidades de Práticas. Por fim, a escala tem também uma função investigativa clara, podendo com vantagem associar tal função a uma lógica reflexiva e de ação, ou seja, num quadro de pesquisa-ação. Enfim, a EIA que apresentámos neste texto apresenta um contributo para saber ‘onde estamos e para onde vamos na mudança ambiental’ ao constituir-se como uma ferramenta multiusos que, quer numa lógica longitudinal, quer numa lógica transversal, possibilita um acompanhamento ativo das múltiplas direções e sentidos que atualmente concorrem na nossa construção identitária enquanto ambientalistas.

Bibliografia

- BEREND, Ivan (2006), *An Economic History of Twentieth-Century Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- BOYKOFF, Maxwell; BOYKOFF, Jules (2004), “Balance as Bias: global warming and the U.S. prestige press”, *Global Environmental Change*, 14, pp. 125-136.
- CARSON, Rachel (1962), *Silent Spring*, Boston, Houghton Mifflin.
- CASTELLS, Manuel (1997), *The Power of Identity*, Oxford, Blackwell.
- CATTON Willian Robert; DUNLAP, Riley (1978), “Paradigms, theories and the primacy of the HEP-NEP distinction”, *The American Sociologist*, 13, pp. 256-259.
- CLAYTON, Susan (2003), “Environmental Identity: A Conceptual and an Operational Definition”, in Clayton, Susan & Opatow, Susan (Eds.), *Identity and the natural environment: The psychological significance of nature*, Cambridge, MIT Press, pp. 45-65.
- CONNELL, Sharon; FIEN, John; SYKES, Helen; YENKEN, David (2014), “Young people and the environment in Australia: Beliefs, knowledge, commitment and educational implications”, *Australian Journal of Environmental Education*, 30:1, pp. 78-87.

- SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83
- COSTANZA, Robert; DALY, Herman (1992), “Natural capital and sustainable development”, *Conservation Biology*, 6:1, pp. 37-4.
- CRUTZEN, Paul; STOERMER, Eugene (2000), “The ‘Anthropocene’”, *41 Global Change Newsletter*, pp. 17-18.
- DIAS, Ricardo Cunha; SEIXAS, Paulo Castro; LOBNER, Nadine (2020), “Desenvolvimento, Ciência e Sustentabilidade: Discursos de Mudança e Mudanças de Discurso”, *Revista Científica Monfragüe Desarrollo Resiliente*, 13, pp. 169-201.
- DIETZ, Simon; NEUMAYER, Eric (2007), “Weak and strong sustainability in the SEEA: concepts and measurement”, *Ecological Economics*, 61:4, pp. 617-626.
- EHRlich, Paul (1968), *The Population Bomb*, New York, Ballantine.
- EKINS, Paula *et al.* (2003), “A framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability”, *Ecological Economics*, 44, pp. 165-185.
- EYERMAN, Ron; JAMISON, Andrew (1991), *Social Movements: A Cognitive Approach*, University Park, Pennsylvania State University Press.
- FELONNEAU Marie-Line; CAUSSE, Elsa (2017), “Pro-environmentalism, Identity Dynamics and Environmental Quality of Life”, in Ghozlane, Fleury-Bahi; Enric Pol, & Oscar Navarro (org.), *Handbook of Environmental Psychology and Quality of Life Research*, Cham, Springer, pp. 1-8.
- FUKUOKA, Masanobu ([1975] 2001), *A Revolução de Uma Palha*, Porto, Via Ótima.
- GEORGE, Timothy (2001), *Minamata: Pollution and the Struggle for Democracy in Postwar Japan*, Cambridge, Harvard University Press.
- GIFFORD, Robert; NILSSON, Andreas (2014), “Personal and social factors that influence pro-environmental concern and behaviour: A review”, *International Journal of Psychology*, 49:3, pp. 141-157.
- GRUŠOVNIK, Tomaž (2012), “Environmental Denial: Why We Fail to Change Our Environmentally Damaging Practices”, *Synthesis Philosophica*, 53, pp. 91-106.
- HODGSON, Jacqi; HOPKINS, Rob (2010), *Transition in Action: Totnes and District 2030, an Energy Descent Action Plan*, Totnes, Transition Town Totnes.
- HOLMGREN, David (2008), *Future Scenarios: How Communities Can Adapt to Peak Oil and Climate Change*, Chelsea, Chelsea Green Publishing.
- IPCC (2014), *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, IPCC, Geneva, Switzerland.
- JAMISON, Andrew; EYERMAN, Ron; CRAMER, Jacqueline; LÆSSØE, Jeppe (1990), *The Making of the New Environmental Consciousness: A Comparative Study of the Environmental Movements in Sweden, Denmark, and the Netherlands*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- LAVE, Jean; WENGER, Etienne (1991), *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*, Cambridge, Cambridge University Press.

- SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83
- LAYRARGUES, Philippe Pomier (1998), *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*, São Paulo, Annablume.
- LEADER, Stefan; PROBST, Peter (2003), “The Earth Liberation Front and Environmental Terrorism” *Terrorism and Political Violence*, 15:4, pp. 37-58.
- LOADENTHAL, Michael (2014), “Eco-Terrorism? Countering Dominant Narratives of Securitisation: a Critical, Quantitative History of the Earth Liberation Front (1996-2009)”, *Perspectives on Terrorism*, 8:3, pp. 16-50.
- MAIA, Rui Leandro; VIDAL, Diogo Guedes; OLIVEIRA, Gisela Marta (2018), “Ambiente e Saúde: uma leitura comparada a partir das estatísticas dos meios rurais e urbanos”, *A Obra Nasce: Revista de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa*, 13, pp. 57-69.
- MEADOWS, Dennis; MEADOWS, Donella; RANDERS, Jorgen; BEHRENS, William (1972), *The Limits to Growth, 1972*, Falls Church, Potomac Associates.
- MEREDITH, Joyce; CANTRELL, Diane; CONNER, Michael; EVENER, Bruce; HUNN, Diana; SPECTOR, Paul (2000), *Best Practices for Environmental Education: Guidelines for Success*, Akron, Environmental Education Council of Ohio.
- MERTON, Robert (1938), “Social structure and anomie”, *American Sociological Review*, 35, pp. 672-682.
- MERTON, Robert (1949), *Social Theory and Social Structure*, United States of America, The Free Press.
- OLIVEIRA, Gisela Marta; VIDAL, Diogo Guedes; MAIA, Rui Leandro (2020), “Monitoring Portuguese living conditions at local scale: a case study based on sustainable development indicators”, *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, 27:2, pp. 140-152.
- PARTRIDGE, Emma (2008), “From ambivalence to activism Young people's environmental views and actions”, *Youth Studies Australia*, 27:2, pp. 18-25.
- PEREIRA, Elenita Malta (2018), “Sensibilidade ecológica e ambientalismo: uma reflexão sobre as relações humanos-natureza”, *Sociologias*, 49, pp. 338-366.
- SCHMIDT, Luísa; GUERRA, João (2013), “Do Ambiente ao Desenvolvimento Sustentável: Contextos e Protagonistas da Educação Ambiental em Portugal”, *Revista Lusófona de Educação*, 25, pp. 193-211.
- SCHMIDT, Luísa; TRUNINGER, Mónica; GUERRA, João (2016), *Primeiro Grande Inquérito sobre Sustentabilidade - Relatório Final*, Lisboa, Observa/ICS-UL.
- SEIXAS, Paulo Castro (2014), “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: A primeira Política Pública Global do Antropoceno”, *Revista Científica Monfragüe Desarrollo Resiliente*, 2: 2, pp. 191-213.
- SEIXAS, Paulo Castro; DIAS, Ricardo Cunha (2016), “‘Narrativas de Futuro’ como ‘Resiliência Percebida’ e as ‘Duas Culturas’. Implicações para a ‘Governança da Resiliência’ do Antropoceno”, *Revista Científica Monfragüe Desarrollo Resiliente*, 7, pp. 121-136.
- SEIXAS, Paulo Castro; DIAS, Ricardo Cunha; PEREIRA, Pedro Queirós (2017), “Uma Cidade Boa para Viver. Planeamento Cultural e Ciência Cidadã no Desenvolvimento Urbano Sustentável”, *Revista A Obra Nasce*, n.º. 12, pp. 9-25.

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

SOROMENHO-MARQUES, Viriato (1998), “Crise do Ambiente, Ética e Valores”, In Viriato Soromenho-Marques (org.), *O futuro Frágil. Os Desafios da Crise Global do Ambiente*, Mem Martins, Publicações Europa-América, pp. 127-149.

SPRATT, David; SUTTON, Philip (2008), *Climate Code Red: The Case for Emergency Action*, Melbourne, Scribe US.

STEFFEN, Will *et al.* (2011), “The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship”, *Ambio*, 40(7), pp. 739-761.

THIELKING, Monica; MOORE, Susan (2001), “Young People and the Environment: Predicting Ecological Behaviour”, *Australian Journal of Environmental Education*, 17, pp. 63-70.

TORGERSON, Douglas (1995), “The uncertain quest for sustainability: public discourse and the politics of environmentalism”, in Frank Fischer & Michael Black (org.), *Greening environmental policy: the politics of a sustainable future*, London, Paul Chapman, pp. 3-20.

UNITED NATIONS (2015), *Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, A/RES/70/1*, Geneva, United Nations.

VIDAL, Diogo Guedes (2019), “Por uma sociologia do desenvolvimento sustentável: uma reflexão sobre a criação de um novo campo disciplinar”, *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, 7:8, pp. 115-125.

WCED (1987), *Our Common Future*, Oxford, Oxford University Press.

WEITZA, Nina *et al.* (2019). *SDGs and the environment in the EU: A systems view to improve coherence*, Stockholm, Stockholm Environment Institute.

WENGER, Etienne (1998), *Communities of practice: learning, meaning and identity*, Cambridge, Cambridge University Press.

Paulo Castro Seixas (autor de correspondência). Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (Lisboa-Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, R. Almerindo Lessa, 1300-666 Lisboa. Portugal. Email: pseixas@iscsp.ulisboa.pt

Ricardo Cunha Dias. Docente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (Lisboa-

SEIXAS, Paulo Castro, DIAS, Ricardo Cunha e VIDAL, Diogo Guedes (2020), “Escala de Identidade Ambientalista: uma ferramenta para descobrirmos que ambientalistas somos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXIX, pp. 56-83

Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, R. Almerindo Lessa, 1300-666 Lisboa. Portugal. Email: rdias@iscsp.ulisboa.pt

Diogo Guedes Vidal. Investigador da Unidade de Investigação UFP em Energia, Ambiente e Saúde da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Fernando Pessoa (Porto-Portugal). Endereço de correspondência: Universidade Fernando Pessoa, Praça de 9 de Abril 349, 4249-004 Porto. Portugal. Email: diogoguedesvidal@hotmail.com

SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

N.º XXV, JANEIRO-JUNHO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

A mudança em Portugal, nos romances de Lídia Jorge: esboço de interpretação sociológica de uma interpretação literária

Augusto Santos Silva

Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica

Alfredo Campos

Desigualdades sociais e ação coletiva nas sociedades contemporâneas: a fecundidade teórica de Pierre Bourdieu e de Nicos Mouzelis

Nuno Nunes

Uma proposta multidisciplinar para o entendimento da centralidade urbana como facto social total

Adriano Zilhão

Propagandas e blogues como narrativas de políticas urbanas na cidade de Almada

Roselane Gomes Bezerra

A celebridade pós-moderna da solidão plural e da banalidade pública

Paulo Barroso

A política de *classe* na economia do Estado Novo: a burguesia como classe beneficiária

João Valente Aguiar

A inovação social como utopia renovada: o caso da Associação Humanitária Habitat

Vera Diogo e Paula Guerra

Para uma gramática museológica do (re)conhecimento: ideias e conceitos em torno do inventário participado

Lorena Sancho Querol

Incerteza e redefinições do trabalho médico: um estudo de caso sobre o aconselhamento genético no cancro hereditário

Hélder Raposo

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Des bons voisins. Enquête dans un quartier de la bourgeoisie progressiste*

Tiago Castro Lemos

N.º XXVI, JULHO-DEZEMBRO 2013

EDITORIAL

ARTIGOS

Toward a Sociology of Wealth: definitions and historical comparisons

Richard Lachmann

Principais estádios evolutivos da sociologia em Portugal

Hernâni Veloso Neto

Condomínios habitacionais fechados: (im)precisões conceptuais. Apontamentos para um debate sobre urbanidade e autonomia, segregação e qualidade de vida

Marta Martins

Análise comparativa dos divórcios em casais nacionais e binacionais em Portugal (2001-2010)

Sofia Gaspar, Madalena Ramos e Ana Cristina Ferreira

Carreira, arte feminista e mecenato: uma abordagem à dimensão económica do circuito artístico principal sob uma perspetiva de género

Rui Pedro Fonseca

Os movimentos sociais e a crítica epistemológica ao local de produção do conhecimento científico

Caetano De' Carli e Elizardo Scarpati Costa

As Paneleiras de Goiabeiras e a dinâmica da Cultura do Barro

Marcelo de Souza Marques e Vinicius de Aguiar Caloti

FÓRUM

The Vale do Amanhecer. Healing and spiritualism in a globalized brazilian new religious movement

Massimo Introvigne

Panoramas umbrais da modernidade: autoidentidade e o *dissensu* matrimonial em Anthony Giddens

Antônio Augusto Oliveira Gonçalves e Daniella Santos Alves

Implantação geográfica dos portugueses em França: evolução observada entre 1990 e 2009

Jorge Portugal Branco

RECENSÃO

Recensão crítica do livro *Portugal nas Transições – O Calendário Português desde 1950*

Miguel Quaresma Brandão

N.º XXVII, JANEIRO-JUNHO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

A nova morfologia do trabalho e as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil dos anos 1990

Ricardo Antunes

Trabalho e processos de marginalização social no século XXI: aproximações teóricas e dados estatísticos

Agostinho Rodrigues Silvestre e Luís Fernandes

Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos

Luísa Pinheiro

Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal

Luís Junqueira, Ana Delicado, Raquel Rego e Cristina Palma Conceição

A economia social como setor empregador nos distritos de Viseu e da Guarda

Maria Teresa de Sousa e Ilona Kovács

Autonomia, autoridade e confiança em tempo de novas TIC: atitudes e práticas diferenciadas entre os alunos do secundário

Nuno Ferreira

Deambulações exploratórias no Centro Histórico de Guimarães – pontos de chegada sociológicos num estudo multidisciplinar

Natália Azevedo e Raquel Cadilhe Pereira

N.º XXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2014

EDITORIAL

ARTIGOS

Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo

João Bilhim

Para uma história operária do capital: classe, valor e conflito social

Ricardo Noronha

Da Geração à Rasca ao *Que se Lixe a Troika*. Portugal no novo ciclo internacional de protesto

José Soeiro

Rituais Familiares: Práticas e Representações Sociais na Construção da Família Contemporânea

Rosalina Costa

Padrões de mudança de casa e eventos de vida: uma análise das carreiras habitacionais

Magda Nico

A fotografia como retrato da sociedade

Ana Rita Bastos

Narrativas das relações entre o Estado e as organizações do terceiro setor: algumas pistas de análise

Paula Guerra e Mónica Santos

A Socialização Antecipatória para a Profissão Docente: estudo com Estudantes de Educação Física

Patrícia Gomes, Paula Queirós e Paula Batista

Fundos de conhecimento e egoredes: traduzindo uma abordagem teórico-metodológica

Filipa Ribeiro

TEXTOS

Contributos para a definição de uma visão estratégica na construção de um percurso profissional de sucesso

Rui Santos

N.º XIX, JANEIRO-JUNHO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Uma etnografia das práticas e dos processos de produção de conhecimento em empresas e laboratórios

Luísa Veloso, Joana Lucas e Paula Rocha

Reverberações da medicalização: paisagens e trajetórias informacionais em consumos de performance

Telmo Costa Clamote

Pressupostos para a construção de uma sociologia das redes sociais

Joaquim Fialho

Redes sociais no recrutamento de imigrantes: fundamentos teóricos de uma proposta de explicação

Filipa Pinho

Das tensões entre desmistificar e reconhecer os discursos ao repensar o “social”: manifesto por uma sociologia ecléctica

Pedro dos Santos Boia

Espaços públicos: interações, apropriações e conflitos

Luciana Teixeira de Andrade e Luís Vicente Baptista

RSI, tolerância zero: o embrutecimento do estado

Ricardo Sá Ferreira

Os menores estrangeiros isolados ou não acompanhados em França e Portugal: a “batata quente”

Vítor Rosa

RECENSÃO

Recensão crítica da obra *De l’artification. Enquêtes sur le passage à l’art*

Natália Azevedo

N.º XXX, JULHO-DEZEMBRO 2015

EDITORIAL

ARTIGOS

Texturas, ou sobre os efeitos sociais das artes

Sara Melo

Palcos de inovação social: atores em movimento(s)

Ana Alves da Silva e Joana Almeida

O ensino público no olhar das elites escolares: representações sociais dos agentes educativos de dois colégios privados

Maria Luísa Quaresma

Da saúde e bem-estar/mal-estar ao termalismo

Maria Engrácia Leandro e Ana Sofia da Silva Leandro

Governança, participação e desenvolvimento local

Isabel Ferreira

Acidentes com tratores agrícolas e florestais: aprender para prevenir

Carlos Montemor, Luísa Veloso e João Areosa

A insustentável sustentabilidade das previsões económicas: reflexividade, etnoeconomia e neoliberalismo

Fernando Ampudia de Haro

N.º XXXI, JANEIRO - JUNHO 2016

EDITORIAL

ARTIGOS

Précarités: les effets de la rupture du lien social

Augusto Santos Silva

Políticas de reabilitação urbana e recomposição do tecido social no centro histórico do Porto: representações e discursos de moradores sobre a respetiva evolução recente

João Queirós

Conceitos e métodos para a avaliação de programas sociais e políticas públicas

Mauro Serapioni

Diferenças nas perceções dos valores organizacionais dos candidatos a cargos de direção superior na Administração Central do Estado

João Abreu de Faria Bilhim, Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

O Catolicismo nos Contextos e Circunstâncias da Modernidade em Cabo Verde

Adilson Filomeno Carvalho Semedo

Comment les psychiatres se représentent-ils aujourd’hui “la” maladie mentale?

Caroline Guibet Lafaye

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Notas sobre a dominação social em António Gramsci e Pierre Bourdieu

Marcello Felisberto Morais de Assunção

N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

Isabel Silva Cruz

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

Vanessa Marcos

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

Cristina Cunha Mocetão

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

Mónica Santos

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski

RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

Carolina Pimentel Corrêa

N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra
(I Parte)

Jordi Estivill

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education
to the labor market

Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho
por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

Ana Isabel Couto

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de
cibersegurança e cibercrime

*Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos,
João Abreu de Faria Bilhim*

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

Rita Espanha, Tiago Estêvão

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um *evento* musical/social

Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas
contemporâneas

Pedro Quintela, Paula Guerra

N.º XXXIV, JULHO – DEZEMBRO DE 2017

EDITORIAL

ARTIGOS

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

Jordi Estivill

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

José Nuno Matos

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

Jorge Botelho Moniz

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

Magda Nico, Nuno de Almeida Alves

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

Paula Sequeiros

RECENSÃO

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) *Crescer e tocar na Orquestra Geração*, Vila do Conde, Verso da História.

Irene Serafino

N.º XXXV, JANEIRO – JUNHO DE 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos

Hélder Alves; Idalina Machado; Sidalina Almeida; Joana Guedes; Adriano Zilhão; Óscar Ribeiro

Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais

Paula Casaleiro; Andreia Santos

As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?

Hélder Raposo

A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)

Carolina Pimentel Corrêa

O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a perceção dos estudantes como evidência

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia; Ireneu de Oliveira Mendes

Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social

Vera Diogo

Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade

Elizardo Scarpati Costa; Pablo Almada

N.º XXXV, JULHO-DEZEMBRO - 2018

EDITORIAL

ARTIGOS

Desvendando a praxe: desafios de uma incursão etnográfica

Inês Maia

Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à
Revolução dos Cravos

Rui Canário

A Igreja Universal do Reino de Deus no espaço público religioso global

Ari Pedro Oro e Marcelo Tadvald

Papel da Sociedade Civil em prol da Boa Governação – o caso de Moçambique

Pedrito Carlos Chiposse Cambrão

Ciência à medida: conflitos de interesse e interferência na investigação científica
financiada

Rita Faria

Conhecer doença: os doentes em primeiro lugar

Paula Silva

Alianças e conflitos nos segmentos artísticos relativamente especializados: o caso do rock
independente de Teresina no início do século XXI

Thiago Meneses Alves

Nº XXXVII, JANEIRO-JUNHO 2019

EDITORIAL

ARTIGOS

Quando nem a palavra é de prata, nem o silêncio é de ouro. Análise de conflitos sobre mineração em Portugal

Ana Raquel Matos e Lúcia Fernandes

A percepção de justiça na avaliação do desempenho na Administração Pública e a produtividade

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Ireneu de Oliveira Mendes e Sara Raquel dos Santos Rodrigues Manaia da Silva

Ser (um) expatriado, numa empresa: uma obrigação, uma distinção, um parêntese

João Vasco Coelho

A Bandeira Vermelha em números: uma análise sobre o semanário da Federação Maximalista Portuguesa (1919-1920)

André Costa Pina

A intolerância religiosa à brasileira: estudo de caso na cidade de Londrina / Paraná

Cláudia Neves da Silva e Fábio Lanza

Nº XXXVIII, JULHO-DEZEMBRO 2020

EDITORIAL

ARTIGOS

Descodificar as paredes da cidade: da crítica à gentrificação ao direito da habitação no Porto

Inês Barbosa e João Teixeira Lopes

The concept of us and them: communitarianism and the rise of populist politics

Ihsan Cetin

Processos de criação artística comunitária: questões metodológicas

Irene Serafino

Madonna, “sex” e o fetichismo pós-moderno

Roney Gusmão

Trabalho de equipa em saúde como processo de relação formal potenciador da satisfação e motivação laboral

Ana Teresa Nogueira Jeremias e Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia

Motivações e repercussões da formação em agricultura biológica em contexto urbano: uma abordagem sociológica

Cristina Parente, Rui Santos e Madalena Ramos

NÚMERO TEMÁTICO | 2016 - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ARTIGOS

Conceptual foundations of qualitative life course research

Walter R. Heinz

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

O mundo aos nossos olhos: socialização familiar e reflexividade

Ana Caetano

A seu tempo: um estudo sobre transições familiares precoces em Portugal no contexto Europeu

Diana Carvalho

A família conta: ilustrações a partir do fado

Ana Gonçalves

Quantas vidas cabem numa vida? Da autobiografia de 52 trabalhadores ao caso de um funcionário administrativo

Pedro Abrantes

Redes pessoais em Portugal numa perspetiva do percurso de vida

Rita Gouveia

NÚMERO TEMÁTICO | 2017 - Processos sociais e questões sociológicas

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO

Bruno Monteiro, Ester Silva e Idalina Machado

ARTIGOS

A religião na cidade: territórios, materialidades e comunicação

Helena Vilaça

Artes e inclusão social: projetos e ações enquanto experiências metodológicas

Natália Azevedo

Diplomados universitários e sobre-educação

Carlos Manuel Gonçalves

Ensino politécnico, empreendedorismo e transição para o trabalho

Luís Nuno Sousa

“Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório
por excelência de inovação social

Naldeir dos Santos Vieira, Cristina Parente, Allan Claudius Queiroz Barbosa

Perfis de profissionalização: um contributo sociológico para
a compreensão das ONGD portuguesas

Vanessa Marcos

NÚMERO TEMÁTICO | 2018 - Cidade, cultura e turismo: novos cruzamentos

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO. A ambivalência do turismo na transformação das cidades

João Teixeira Lopes; Helena Vilaça; Natália Azevedo

ARTIGOS

Mobilidade, Cidade e Turismo: pistas para analisar as transformações em curso no centro histórico de Lisboa

Luís Vicente Baptista; Jordi Nofre; Maria do Rosário Jorge

A cidade imaginável: elementos para uma viagem visual e sensorial na cidade do Porto

Diogo Guedes Vidal

La ciudad y el turismo. Experiencias desde la gestión del *street art*

Ricardo Klein

The touristic Porto – gazing over the city

Tiago Miranda

Entre o fazer etnográfico e o fazer psicanalítico: reflexões sobre a “escuta” da população sem-abrigo na rua de Cimo de Vila da Cidade do Porto

Julio Cesar Nicodemos; Lúcia Ferro

**NÚMERO TEMÁTICO | 2019 - A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise**

EDITORIAL

NOTA DE APRESENTAÇÃO. A construção civil numa perspetiva sociológica:
enquadramento e análise

Virgílio Borges Pereira

ARTIGOS

Estrutura económico-productiva, sistema de emprego e qualificações na Construção:
uma breve leitura sobre tendências e mudanças recentes

José Madureira Pinto, Vanessa Rodrigues e Maria Inês Coelho

O campo das grandes empresas da construção civil. Perspetiva teórica e análise
relacional sobre o caso português (em 2012)

Virgílio Borges Pereira

A crise da construção civil sob múltiplos pontos de vista: (des)regulação da atividade
económica e recomposição do trabalho na perspetiva dos atores institucionais do setor da
construção civil no período posterior a 2008

João Queirós, Laura Galhano e Virgílio Borges Pereira

Azares, riscos e culpas: representações sobre os acidentes de trabalho da construção
civil na imprensa portuguesa (1996-2017)

Bruno Monteiro e Carla Aurélia de Almeida

O Estado à beira-mar. Estratégias burocráticas na formação do mercado
imobiliário em *Matosinhos Sul* - o exemplo da *Comissão* de 1 de março de 1996

Tiago Lemos

Social policy and labour mobility in Europe - the gap between law and enforcement

Jan Cremers

Comment étudier les classes populaires contemporaines? De l'analyse statistique
d'un espace social à une enquête par monographies de ménages

*Thomas Amossé, Lise Bernard, Marie Cartier, Marie-Hélène Lechien,
Olivier Maslet, Olivier Schwartz, Yasmine Siblot*

ESTATUTO EDITORIAL

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

A *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

Responsabilidade dos autores:

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu

consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;

- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos provenientes de outras fontes;
- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

Responsabilidade dos avaliadores:

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo

noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

Responsabilidade do editor:

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO

– INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respectivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.

7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. A *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.
8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
- a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
 - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
 - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
 - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’ Água, pp. 99-107.
 - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
 - f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.

g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf>.

h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual”, in *V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:
revistasociologia@letras.up.pt